



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**PIÊTRA GERMANA CARVALHO DE ANDRADE PORPINO**

**A FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA E A  
CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO (1960-1964)**

**João Pessoa**

**2024**

**PIÊTRA GERMANA CARVALHO DE ANDRADE PORPINO**

**A FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA E A  
CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO (1960-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha de pesquisa:** História da Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado.

**João Pessoa**

**2024**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

P837f Porpino, Piêtra Germana Carvalho de Andrade.  
A federalização da Universidade da Paraíba e a  
consolidação do ensino superior no estado (1960-1964) /  
Piêtra Germana Carvalho de Andrade Porpino. - João  
Pessoa, 2024.  
92 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior. 2. Ensino superior -  
Federalização. 3. História da educação - Paraíba. I.  
Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

**PIÊTRA GERMANA CARVALHO DE ANDRADE PORPINO**

**Aprovado em: 15/02/2024**

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr.** Charliton José dos Santos Machado  
PPGE/UFPB - Orientador



---

**Prof. Dra.** Tânia Maria Rodrigues Lopes  
UECE - Externa



---

**Profa. Dra.** Maria Elizete Guimarães Carvalho  
PPGE/UFPB – Interna

---

**Prof. Dr.** Francisco Ari de Andrade  
UFC – Suplente Externo

---

**Prof. Dr.** Severino Bezerra da Silva  
PPGE/UFPB - Suplente Interno

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado, dedico minha mais profunda e sincera gratidão pelo suporte, compreensão e humanidade que caracterizaram nossa jornada compartilhada de orientação. Sua figura foi fundamental para me impulsionar nos momentos de dificuldade e me fortalecer durante essa etapa desafiadora da minha formação acadêmica.

À banca examinadora, representada pela Profa. Dra. Tânia Maria Rodrigues Lopes e pela Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho, agradeço profundamente o acolhimento e as valiosas contribuições que enriqueceram significativamente este trabalho. As sugestões e críticas construtivas durante a banca de qualificação e de defesa foram de grande importância para o aprimoramento da pesquisa.

Minha eterna gratidão ao apoio incondicional da minha mãe, Penelope Carvalho de Andrade Pereira, da minha avó Tânia Porpino Marinho do Nascimento e das minhas tias, Semiramis e Catharina. Vocês foram pilares de força e incentivo, especialmente nos momentos mais desafiadores. Sua presença constante e amor incondicional me motivaram a seguir em frente.

Agradeço a meus queridos amigos pela amizade, escuta e compreensão. Sou profundamente grata pela presença, incentivo e apoio inestimável do meu companheiro, Lucas Felliipe Lomba Perdigão. Seu suporte e amor me fortaleceram e me motivaram a seguir em frente.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde iniciei minha jornada acadêmica na graduação e que foi o foco principal desta dissertação. Investigar sua história e contribuir para a preservação de sua memória foi um privilégio e uma grande honra.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) e ao Arquivo Histórico do Estado da Paraíba na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC) e seus servidores. Sem a generosidade em compartilhar seu acervo e o apoio prestado, esta dissertação não teria sido possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estendo meus sinceros agradecimentos pelo apoio fundamental à realização deste estudo. O PPGE/UFPB me proporcionou o ambiente ideal para aprofundar meus conhecimentos e desenvolver minhas

habilidades como pesquisadora. A CAPES, por sua vez, viabilizou a dedicação integral à pesquisa, possibilitando não apenas a realização deste estudo, mas também o aprimoramento contínuo de minhas competências acadêmicas.

*[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens (...) Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. (Marc Bloch)*

## RESUMO

Em meio ao cenário heterogêneo do ensino superior brasileiro, as universidades públicas federais ocupam uma posição central na formação de profissionais qualificados e no avanço da ciência no país (Saviani, 2010; Vasconcelos, 2007). A criação de instituições universitárias ocorreu de forma bastante tardia no contexto brasileiro. A partir da década de 1940, a expansão do ensino superior foi notável, sendo a federalização destacada como o principal meio de criar universidades públicas do Estado. Esse mecanismo contribuiu significativamente para a *gratuidade de fato* do ensino superior público brasileiro, e foi fundamental para a expansão e integração do ensino superior ocorrido durante o período que corresponde a Terceira República (Cunha, 1983). No contexto paraibano, a federalização foi vital para a "salvação, sobrevivência e desenvolvimento" do ensino superior local. Este trabalho teve como objetivo analisar os significados e desdobramentos da federalização da UFPB entre 1960 e o 1964, utilizando a imprensa, entrevistas coletadas entre 1979 e 1980 no âmbito do projeto "História da UFPB/NDHIR e estatutos da universidade como principais fontes históricas da pesquisa. As fontes foram coletadas em três acervos: Arquivo Central (UFPB); Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB); e o Arquivo Histórico do Estado da Paraíba na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC). A abordagem metodológica incorporou contribuições do Círculo de Bakhtin, com ênfase nos conceitos de dialogismo e ideologia. Os resultados analisados apontaram para a centralidade do movimento estudantil no período entre 1960 e 1964. A atuação dos universitários foi essencial para mobilizar os agentes públicos e políticos e implementar transformações concretas na instituição. A concretização do processo de federalização e o maior aporte de recursos em relação ao período das isoladas e da universidade estadual foram fundamentais para a continuidade e a consolidação da educação superior no estado. A análise dos movimentos sociais, discursivos e institucionais proporcionou uma reflexão singular sobre a consolidação do ensino superior na Paraíba e aprofundou a compreensão da trajetória da UFPB, uma instituição que mantém sua presença no cenário atual e desempenha um papel de extrema relevância para o estado da Paraíba. Além disso, a pesquisa permitiu avaliar características comuns à formação do ensino superior no Brasil durante a Terceira República (1945-1964), proporcionando uma reflexão sobre a prática da federalização como elemento fundamental no desenvolvimento do ensino superior brasileiro.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Federalização. História da Educação.



## ABSTRACT

Amidst the heterogeneous landscape of Brazilian higher education, federal public universities play a central role in training qualified professionals and advancing science in the country (Saviani, 2010; Vasconcelos, 2007). The creation of university institutions occurred quite late in the Brazilian context. From the 1940s onward, the expansion of higher education was remarkable, with federalization standing out as the main means of creating public universities in the State. This mechanism significantly contributed to the effective free nature of Brazilian public higher education and was fundamental for the expansion and integration of higher education during the period corresponding to the Third Republic (Cunha, 1983). In the context of Paraíba, federalization was vital for the "salvation, survival, and development" of local higher education. This study aimed to analyze the meanings and implications of the federalization of UFPB between 1960 and 1964, using the press, interviews collected between 1979 and 1980 under the project "History of UFPB/NDHIR," and university statutes as the main historical sources of research. The sources were collected in three collections: Central Archive (UFPB); Nucleus of Regional Historical Documentation and Information (NDIHR/UFPB); and the Historical Archive of the State of Paraíba at the Cultural Space Foundation of Paraíba (FUNESC). The methodological approach incorporated contributions from the Bakhtin Circle, with an emphasis on the concepts of dialogism and ideology. The analyzed results pointed to the centrality of the student movement in the period between 1960 and 1964. The role of university students was essential in mobilizing public and political agents and implementing concrete transformations in the institution. The realization of the federalization process and the greater allocation of resources compared to the period of isolated institutions and the state university were fundamental for the continuity and consolidation of higher education in the state. The analysis of social, discursive, and institutional movements provided a unique reflection on the consolidation of higher education in Paraíba and deepened the understanding of the trajectory of UFPB, an institution that maintains its presence in the current scenario and plays an extremely relevant role for the state of Paraíba. Additionally, the research allowed evaluating common characteristics in the formation of higher education in Brazil during the Third Republic (1945-1964), providing a reflection on the practice of federalization as a fundamental element in the development of Brazilian higher education.

**Key-words:** Higher education. Federalization. History of Education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABE - Associação Brasileira de Educação  
ABC - Academia Brasileira de Ciências  
AI-5 - Ato Institucional Número Cinco  
API - Associação Paraibana de Imprensa  
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações  
CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CFE - Conselho Federal de Educação  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
DCE - Diretório Central dos Estudantes  
FAPESP - Federação de Associações dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba  
FUNESC - Fundação Espaço Cultural da Paraíba  
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IF - Instituto Federal  
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica  
JK - Juscelino Kubitschek  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PL - Projeto de Lei  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSC - Partido Social Cristão  
PSD - Partido Social Democrático  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UB - Universidade do Brasil

UDF - Universidade do Distrito Federal

UEEP - União Estadual dos Estudantes da Paraíba

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UMG - Universidade de Minas Gerais

UNB - Universidade de Brasília

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UP - Universidade da Paraíba (Estadual)

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. FUNDAMENTOS DA PESQUISA E CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>                                                                              | <b>11</b> |
| 1.1 Ensino superior e federalizações: situando o objeto de pesquisa .....                                                                       | 11        |
| 1.2 As escolhas do historiador e a tessitura historiográfica.....                                                                               | 16        |
| 1.3 Ideologia, dialogismo e as contribuições do Círculo de Bakhtin .....                                                                        | 22        |
| <b>2. DINÂMICAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA PARAÍBA: DA RESISTÊNCIA À EXPANSÃO .....</b>                                 | <b>26</b> |
| 2.1 Ensino superior no Brasil: resistência, expansão e integração .....                                                                         | 26        |
| 2.1.1 Do surgimento tardio à era das Isoladas .....                                                                                             | 26        |
| 2.1.2 Nascem as primeiras Universidades .....                                                                                                   | 33        |
| 2.1.3 Federalização e integração do ensino superior brasileiro na Terceira República....                                                        | 38        |
| 2.2 “Em busca da maioria intelectual e cultural da Paraíba”: a formação do ensino superior em solo paraibano.....                               | 48        |
| 2.2.1 Das primeiras iniciativas à criação das Escolas Isoladas .....                                                                            | 49        |
| 2.2.2 A Universidade da Paraíba: tempos de escassez e incertezas .....                                                                          | 56        |
| 2.2.3 “Salvação, sobrevivência e desenvolvimento” do ensino superior paraibano: a federalização da Universidade da Paraíba .....                | 58        |
| <b>3. IMPLEMENTAÇÃO DA FEDERALIZAÇÃO DA UFPB: DESAFIOS E PROTAGONISMO ESTUDANTIL .....</b>                                                      | <b>64</b> |
| 3.1 O ano de 1961 na história da UFPB: a consolidação do processo de federalização .....                                                        | 65        |
| 3.2 Repercussões institucionais da federalização da Universidade Federal da Paraíba: transformações estruturais e implicações pedagógicas ..... | 75        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                             | <b>81</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                        | <b>84</b> |

## 1. FUNDAMENTOS DA PESQUISA E CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 1.1 Ensino superior e federalizações: situando o objeto de pesquisa

Em meio ao cenário heterogêneo do ensino superior brasileiro<sup>1</sup>, as universidades públicas federais ocupam uma posição central na formação de profissionais qualificados e no avanço da ciência no país (Saviani, 2010; Vasconcelos, 2007). Idealizadas para serem “centros unificadores do pensamento científico brasileiro” (Brasil, 1950) e servirem de modelo para as demais instituições de ensino superior (IES) (Sanfelici, 2005), as universidades federais consolidaram-se como autênticos “centros de excelência” tanto no imaginário social quanto nos indicadores de qualidade educacional.

Essas universidades se distinguem das demais IES principalmente devido ao financiamento direto da União, o que proporciona recursos relativamente estáveis às instituições federais de todo o Brasil. Em um país de dimensões continentais, marcado por profundas desigualdades socioeconômicas entre suas regiões, a existência de uma rede de universidades federais assumiu um papel fundamental na promoção de uma educação superior pública, gratuita e de qualidade às diferentes regiões.

A criação de instituições universitárias ocorreu de forma bastante tardia no contexto brasileiro. A primeira universidade do país surgiu no ano de 1920 e a segunda foi criada vinte e nove anos depois, em 1949. A partir desse ponto, a expansão do ensino superior foi notável, sendo a federalização<sup>2</sup> destacada como a principal forma de criação de universidades públicas do Estado. Do ano de 1949 até 1960 foram criadas 14 universidades pela União, das quais 11 surgiram mediante a federalização de IES já existentes (Brasil, 2023).

---

<sup>1</sup>O ensino superior brasileiro organiza-se academicamente em quatro tipos de IES: faculdades, centros universitários, universidades e Institutos Federais (IFs) ou Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que correspondem respectivamente a 77%, 13,1%, 8,3% e 1,6% das IES brasileiras (Brasil, 2022b). Faculdades, centros universitários e universidades distinguem-se com base no seu compromisso com a produção intelectual institucionalizada, pesquisa e extensão, bem como pela qualificação do corpo docente e proporção de professores em regime de tempo integral. Em relação a esses parâmetros, as faculdades caracterizam-se por requisitos menos rigorosos, enquanto, num polo posto, as universidades impõem padrões mais exigentes, e os centros universitários têm uma posição intermediária entre ambos. Os IFs ou CEFETs diferenciam-se das demais instituições por sua especialização na educação profissional e tecnológica e pela ênfase na oferta de ensino de nível médio. As IES também podem ser classificadas com base na natureza jurídica de suas mantenedoras como públicas ou privadas (Mondini; Domingues, 2005). As primeiras, são mantidas pelo Poder Público e podem ser municipais, estaduais ou federais, conforme o ente federativo responsável pela instituição. Por sua vez, as IES privadas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, e dividem-se em instituições com ou sem fins lucrativos. Atualmente, a rede de educação superior privada corresponde a 87,6% do total IES brasileiras, enquanto as IES públicas constituem apenas 12,4% do total (Brasil, 2022b).

<sup>2</sup>É importante ressaltar que a federalização não se limitou exclusivamente às universidades, abrangendo também faculdades, escolas isoladas e centros de ensino profissionais e tecnológicos, constituindo assim “uma política de criação de um sistema de ensino superior com prerrogativas díspares” (Vasconcelos, 2007, p. 109).

A federalização refere-se ao processo pelo qual instituições de ensino superior públicas e/ou privadas preexistentes passam a ser mantidas pelo governo federal e são transformadas em órgãos da administração indireta do Estado. Esse mecanismo contribuiu significativamente para a *gratuidade de fato*<sup>3</sup> do ensino superior público brasileiro, e foi fundamental para a expansão e integração do ensino superior ocorrido durante o período denominado Terceira República<sup>4</sup> (Cunha, 1983).

Os movimentos em prol da federalização das IES de diferentes estados brasileiros se multiplicaram nas décadas de 1950 e 1960. Esse período foi marcado pelo acentuado processo de industrialização e pelo crescimento dos grandes centros urbanos do país. Por meio da opinião pública, a ideologia de modernização e nacional-desenvolvimentismo alcançou todas as regiões do Brasil, estimulando a demanda pela ampliação do ensino superior público e universitário. Conforme observado por Vasconcelos (2007, p. 11),

existem manifestações para com as instituições de ensino superior (e particularmente às universidades) em forma de pressões sociais que se originam essencialmente da própria estrutura produtiva, exigindo desse modo uma preparação de força de trabalho qualificada e o desenvolvimento da ciência e da técnica. Tais pressões se devem às universidades serem socialmente reconhecidas por sua atividade de produção e reprodução do saber, o que faz com que diferentes segmentos da comunidade que as integram, como o Estado e os segmentos sociais com posturas crítico-reflexivas, tragam à tona uma série de conflitos e oposições a respeito da melhor forma de sua organização e estrutura.

Apesar da relevância das federalizações para a formação do ensino superior brasileiro, esta é uma temática pouco explorada por produções acadêmicas (Bretas, 2008; Vasconcelos, 2007).

A pesquisa que conduzimos para identificar teses e dissertações que abordam diretamente o processo de federalização, usando como critério a presença do termo

---

<sup>3</sup>Desde sua formação ao longo do século XIX, o ensino superior no Brasil era pago, inclusive nos estabelecimentos oficiais. Embora a Constituição de 1946 estabelecesse que o ensino superior deveria ser gratuito apenas “para quantos provarem falta ou insuficiência de recurso” (Brasil, 1946) a gratuidade para todos era frequentemente objeto de reivindicação por parte do movimento estudantil e de setores médios. Uma das principais ações que concorreram para a *gratuidade de fato* das instituições públicas de educação superior foi o aumento da participação da União no financiamento do ensino superior mediante a prática das federalizações (Cunha, 1983).

<sup>4</sup>O termo proposto por Gomes e Ferreira (2018) para identificar os anos de 1945 a 1964 diverge das interpretações historiográficas da segunda metade do século XX, que cunharam o conceito de populismo para descrever o período. Os autores criticam de forma incisiva a abordagem populista e, na contramão da historiografia tradicional, propõem pensar o período como “uma experiência de democracia representativa em processo de consolidação”. Para uma compreensão mais aprofundada do debate, sugerimos a leitura do artigo: GOMES, A. M. C.; FERREIRA, J.. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locust: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

“federalização” no título, resultou em apenas sete trabalhos identificados.<sup>5</sup> A relação levantada contou com uma produção de cunho teórico, a dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UNB), de Vasconcelos (2007), enquanto as demais analisaram casos de instituições específicas<sup>6</sup>, das quais apenas a tese de Campos (2019), defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), trabalhou<sup>7</sup> a ocorrência do fenômeno em uma instituição localizada na região Nordeste.

As federalizações desempenharam um papel ainda mais significativo para regiões e estados menos favorecidos, uma vez que:

os Estados que comandavam a política e a economia da Nação e eram sede do poder econômico, estavam em condições privilegiadas para equipar, com melhores recursos, o aparelho educacional, enquanto os Estados mais pobres, sem condições de se colocar em pé de igualdade suas reivindicações junto ao poder público, ficavam à mercê de sua própria sorte (Vasconcelos, 2007, p. 53)

Quando os estados menos desenvolvidos conseguiam criar instituições de ensino superior públicas, enfrentavam sérios desafios em mantê-las devido à escassez de recursos. Era uma questão latente e paradoxal para as “elites pensantes” e camadas médias dessas regiões em meados do século XX. Ao mesmo tempo que seus estados não contavam com verbas suficientes para manter IES públicas e de qualidade, essas instituições eram vistas como elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento e superar a situação de atraso.

A política de federalizações agiria em prol da resolução dessa questão, dispondo de recursos da União para IES de diferentes localidades do Brasil, organizadas preferencialmente

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES e Google Scholar em 19 de setembro de 2022.

<sup>6</sup> CAGNACCI, C.V. **Processo de federalização da Escola Paulista de Enfermagem**. 2013. 151 f... Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2013.; PEREIRA, W. **A ordem política e a reforma universitária: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968-1978)**. 2012. 311 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.; TURMENA, L. **Redes e meandros da relação entre o público e o privado no processo de federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS: a arte de cair em pé**. 2016. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.; SANTOS, F. B. O.. **A trajetória histórica da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais: desdobramentos da federalização (1950-2004)**. 2018. 194 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.; SOUZA, E. F.. **Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico e político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971)**. 2016. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

<sup>7</sup> Campos (2019) trabalha a federalização de forma tangencial, dado que não era seu objeto principal de investigação. As partes do texto que mais se relacionam com o tema constam nos subtítulos 5.3 “A federalização das Faculdades Isoladas do Piauí”, 5.4 “A Constituição da Universidade: o Reitor Pró-Tempore” e o capítulo 6 “Processos de criação e as relações de poder na construção de uma Universidade”.

na forma universitária, formando um sistema de ensino a nível nacional com certa homogeneidade na qualidade de ensino, em contrapartida às condições socioeconômicas díspares dos estados.

A Paraíba compartilhava desse anseio e, após mobilizações de professores, estudantes e políticos, o estado conquistou finalmente uma universidade federal para orgulhar-se como sua. A Universidade da Paraíba (UP), instituição de responsabilidade estatal criada no ano de 1955, foi federalizada apenas cinco anos depois de sua criação, mediante a Lei nº 3.853 de 13 de dezembro de 1960. O caso da UP ocorreu conforme uma tendência da formação do ensino superior universitário durante as décadas de 1950 e 1960 conforme descrito por Rodrigues (1986, p. 101):

Para satisfazer às pressões latentes ou manifestas, os governos estaduais criavam como podiam uma universidade em seus domínios. Após instalada a universidade, premissa pelos gastos que a iniciativa implicava, o governo estadual se empenhava por sua federalização, contando para tanto com o concurso dos agentes político-partidários.

A federalização da UP surgiu em nossa trajetória acadêmica, como questão de pesquisa, no decorrer de nossa participação na iniciação científica enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) durante a graduação no curso de licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O projeto do qual fizemos parte localizava-se no campo da História da Educação e se destinava a levantar e analisar publicações a respeito da educação paraibana e de mulheres educadoras, tendo como referência para pesquisa, o jornal oficial do estado no início da década de 1960. Mas, provavelmente devido à nossa ligação acadêmica e afetiva à UFPB, as publicações sobre as origens da instituição despertaram particular interesse para nós.

O movimento reivindicatório em favor da federalização da antiga Universidade da Paraíba era um tema frequente nas páginas do jornal pesquisado e mobilizava variados setores da sociedade paraibana: intelectuais, estudantes, professores, políticos e seu principal porta-voz, a imprensa. Embora esses grupos possuíssem interesses distintos, convergiam na defesa da importância de um ensino superior sólido no estado.

O contato com as raízes da instituição suscitou diversos questionamentos: como se configurava o ensino superior paraibano antes da federalização? Por que essa prática era considerada por muitos uma estratégia fundamental para a continuidade e consolidação do ensino superior paraibano? Quais as ideologias predominantes em relação ao ensino superior presentes dos discursos do período analisado? Quem eram os sujeitos envolvidos no ensino



superior paraibano e quais seus interesses? Quais as repercussões da federalização na configuração administrativa e pedagógica da instituição?

Esses questionamentos começaram a ser respondidos durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A campanha pela federalização da Universidade da Paraíba na imprensa local” (Porpino, 2021). O trabalho buscou elucidar os principais aspectos sobre a campanha pela federalização da UP a partir do jornal oficial do estado, A União. A pesquisa apontou algumas respostas, mas serviu, sobretudo para levantar novas questões ligadas as consequências iniciais da criação de uma universidade federal na Paraíba.

Com base na ausência de produções mais robustas sobre o tema<sup>8</sup> e na relevância de responder às indagações levantadas anteriormente, para o campo da História da Educação e da História Institucional da UFPB, decidimos ampliar o objeto da pesquisa realizada durante o TCC e pesquisa-lo mais amplamente durante o mestrado. Nesse sentido, temos como objeto de investigação nessa dissertação a federalização da UP e suas repercussões para a consolidação do ensino superior paraibano.

As repercussões imediatas da federalização da instituição podem ser divididas em dois tipos: repercussões no imaginário social, presentes nos discursos dos sujeitos que falaram publicamente sobre ensino superior e a UFPB; e repercussões administrativas e pedagógicas, ligadas às transformações ocorridas na instituição após o processo de federalização.

A análise desses movimentos discursivos e institucionais oferece uma oportunidade singular para refletir sobre a consolidação do ensino superior na Paraíba. Propicia, também, uma compreensão mais aprofundada da história da UFPB, uma instituição que mantém sua presença no cenário atual e desempenha um papel de extrema relevância para o estado da Paraíba. A investigação também permite a avaliação de características comuns à formação do ensino superior no Brasil durante o intervalo democrático a que correspondeu a Terceira República. Além disso, possibilita uma ponderação sobre a prática da federalização como elemento fundamental no desenvolvimento do ensino superior brasileiro.

Nesse sentido, o objetivo principal desse trabalho é analisar os significados e desdobramentos articulados à federalização da UFPB. Para explorar os diferentes aspectos do objeto pesquisado tanto, apresentamos como objetivos específicos: examinar os principais elementos que contribuíram para a federalização da Universidade da Paraíba; avaliar as

---

<sup>8</sup>Ao buscar publicações específicas sobre a federalização da Universidade da Paraíba encontramos apenas três textos: 1) o artigo “UFPB e o processo de federalização” de Zélia Cavalcanti de Melo (1990), 2) o capítulo “O processo de federalização da Universidade da Paraíba” da mesma autora, resumo do artigo mencionado anteriormente, presente no livro “UFPB 50 anos” (2006) e 3) o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de nossa autoria.

repercussões que o processo de federalização imprimiu na Universidade Federal da Paraíba e examinar os discursos sobre a federalização da Universidade da Paraíba buscando distinguir quais as ideologias predominantes sobre o ensino superior e a universidade na Paraíba<sup>9</sup>.

Este trabalho se estrutura em quatro partes: (i) o presente capítulo, dedicado a situar o objeto de pesquisa e a apresentar a fundamentação teórico-metodológica que norteia o texto; (ii) o segundo capítulo, intitulado “Dinâmicas da Implementação do Ensino Superior no Brasil e na Paraíba: da resistência à expansão”, em que são exploradas as origens do ensino superior e das instituições universitárias no Brasil, além de abordar a evolução do ensino superior na Paraíba, desde a era das Escolas Isoladas até o processo de federalização da Universidade da Paraíba; (iii) o terceiro capítulo, intitulado “Repercussões Administrativas e Pedagógicas da Federalização na UFPB”, tem como propósito analisar as transformações institucionais ocorridas após a lei de federalização. Este capítulo analisa os desafios na implementação da federalização, as alterações legais, ajustes administrativos, inovações no âmbito pedagógico e os impactos percebidos pelo corpo docente e discente da instituição; e, finalmente, (iv) as considerações finais, em que se delineiam as interconexões entre a trajetória de implementação da federalização na UFPB, a consolidação do ensino superior na Paraíba e o cenário do ensino superior durante a Terceira República. Além disso, discutem-se as dificuldades enfrentadas durante a investigação e abre-se caminho para novas pesquisas neste campo.

## 1.2 As escolhas do historiador e a tessitura historiográfica

Delimitado “o que” pesquisar e “por que” pesquisar, nos deparamos enfim com a etapa mais desafiadora da construção da pesquisa, estabelecer “como” conduzir a investigação.

A pesquisa historiográfica é toda ela permeada de *escolhas*, em que “face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas” (Bloch, 2001, p. 52). Tínhamos, portanto, três escolhas fundamentais a fazer: 1) o recorte 2) as fontes e 3) o método.

O ponto de partida envolveu a definição precisa do período ao qual a pesquisa se refere. Dessa maneira, determinamos que o intervalo de tempo desde o ano da federalização da UP em 1960 até o golpe civil-militar de 1964 atendeu de maneira satisfatória aos objetivos propostos.

---

<sup>9</sup> O exame dos discursos sobre a federalização da Universidade da Paraíba está diluído ao longo do texto, notadamente no subtópico 2.2.3, que analisa o processo de federalização, e no terceiro capítulo, dedicado ao exame da implementação da federalização e das repercussões dessa transformação institucional no contexto do ensino superior paraibano.

A tomada de poder pelo regime autoritário em abril de 1964 provocou profundas transformações no ambiente universitário brasileiro. Na UFPB, as transformações se desencadearam de forma veloz logo após a deflagração do golpe. Poucos dias depois do ocorrido, o reitor Mário Moacyr Porto foi destituído e substituído pelo interventor Prof. Guilardo Martins Alves, docente da Faculdade de Medicina e alinhado aos princípios do novo regime.

Ainda no mês de abril de 1964 iniciou-se um “amplo processo de expurgo a professores e estudantes considerados subversivos e contrários à nova ordem estabelecida” (Cittadino, 1995, p. 173). Entidades estudantis atuantes politicamente, como a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), foram desarticuladas e implementou-se desde então um sistema de triagem ideológica para a admissão de novos membros na universidade.

Nessa perspectiva, sustentamos que a mola propulsora das mudanças processadas na UFPB após abril de 1964 deixou de ser a federalização da instituição, passando a ser derivada das transformações provocadas pelo novo regime político instaurado.

Determinado o escopo da pesquisa, seguimos para o levantamento e seleção das fontes a serem analisadas. Começamos explorando os arquivos da própria instituição pesquisada, o Arquivo Central (UFPB) e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB).

O Arquivo Central continha uma vasta documentação institucional da UFPB em bom estado de conservação. Sua principal contribuição consistiu nos estatutos, embora tenhamos também coletado portarias, resoluções e ofícios como fontes suplementares. O estatuto corresponde a um instrumento normativo que define normas e princípios que orientam o funcionamento de uma organização. No estatuto de uma instituição universitária, são explorados temas como a organização administrativa, financeira, acadêmica e disciplinar, bem como questões relacionadas à posição do corpo docente e discente na instituição. Coletamos três estatutos para composição do *corpus* documental da pesquisa: o estatuto da Universidade antes da federalização (1956); o estatuto da UFPB após a federalização (1961; 1963).

Partindo para o arquivo do NDIHR/UFPB tivemos uma grata surpresa ao nos deparar com as produções do projeto “História da UFPB”. O projeto, dentre outras ações, efetuou a coleta de 18 entrevistas de nomes ligados a história da Universidade entre os anos de 1979 e 1980<sup>10</sup>. As entrevistas foram transcritas, digitadas e digitalizadas. A coordenação do projeto

---

<sup>10</sup>O contexto histórico em que um relato oral foi produzido é essencial para sua interpretação. O período entre 1979 e 1980 se insere no contexto de abertura política “lenta, gradual e segura” da ditadura militar brasileira. O chamado “milagre econômico” tinha se esgotado, cedendo espaço a uma fase de estagnação e crise inflacionária.

esteve a cargo da Prof<sup>a</sup>. Rosa Maria Godoy Silveira (NDIHR/UFPB) e teve como entrevistadoras as Profa<sup>as</sup>. Zélia Cavalcanti de Melo (supervisora do projeto), Maria das Dores Limeira F. dos Santos e Zeluiza da Silva Formiga Brandão (auxiliares de pesquisa).

Optamos por concentrar nossa análise em sete entrevistas, seguindo o critério de maior pertinência para o escopo de nossa pesquisa. Os entrevistados foram políticos, docentes e líderes estudantis que desempenharam papéis significativos no processo de federalização da Universidade e nos primeiros anos da UFPB. As professoras empregaram perguntas semelhantes para todos os entrevistados, assegurando homogeneidade nas temáticas abordadas nas entrevistas.

As questões exploraram diversas pautas, incluindo vinculação dos entrevistados com o ensino superior paraibano, a fase das escolas isoladas, a fundação da UP, o processo de federalização, a atuação de diferentes personagens na conquista da federalização, os primeiros impactos da transformação institucional, o papel do movimento estudantil, as repercussões do golpe de 1964 na UFPB e perspectivas individuais dos entrevistados em relação à sua concepção de universidade.

As entrevistas escolhidas envolveram as seguintes personalidades, que ocuparam os respectivos cargos durante o período de 1960 a 1964: os políticos 1) Abelardo Jurema, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e líder da maioria durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e 2) Pedro Moreno Gondim, governador do estado da Paraíba e figura célebre na política local nas décadas de 1950 e 1960; os professores 3) Mário Moacyr Porto, professor fundador da Faculdade de Direito e Reitor da Universidade entre abril de 1960 e abril de 1964; 4) General José de Oliveira Leite, Professor e Diretor da Escola de Engenharia; e os líderes estudantis 5) Luís Lindenberg Farias, estudante da Faculdade de Medicina da Paraíba e Presidente da UEEP entre 1958 e 1960; 6) Antônio Augusto Arroxelas, estudante da Faculdade de Odontologia da Paraíba e Presidente da UEEP entre 1961 e 1962.

Nesse ponto, havíamos escolhido duas bases essenciais para a construção do trabalho: as tradicionais “fontes oficiais” e os testemunhos orais. Fontes históricas essencialmente

---

Paralelamente, observou-se um fortalecimento das mobilizações pela redemocratização e da atuação dos movimentos sociais. Na UFPB, onde o projeto responsável pela coleta das entrevistas foi desenvolvido, estava em curso o reitorado de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1976-1980). Durante o seu reitorado, a UFPB experimentou um crescimento notável, estabelecendo quatro campi no interior do estado, inaugurando laboratórios, núcleos de pesquisa e cursos de pós-graduação (Motta, 2014). Além disso, houve a flexibilização das atividades estudantis na instituição, permitindo a rearticulação do movimento estudantil da UFPB (Nascimento, 2015). Dessa maneira, a conjuntura em que as entrevistas analisadas foram realizadas envolve o cenário nacional de enfraquecimento do regime ditatorial enquanto, no âmbito institucional, a UFPB assumia posição entre as principais universidades do país, liderada por um reitor que favorecia a liberdade acadêmica nas atividades da instituição.

distintas, elas correspondem respectivamente às “duas grandes classes entre as quais se divide a massa, imensamente variada, dos documentos colocados pelo passado à disposição dos historiadores” (Bloch, 2001, p. 76). Os testemunhos fazem parte do primeiro grupo, composto pelas fontes voluntárias, enquanto os documentos oficiais pertencem ao segundo, referente às fontes não voluntárias.

As fontes voluntárias apresentam diversos pontos positivos: fornecem uma perspectiva única e pessoal dos eventos históricos, proporcionam uma visão mais abrangente do contexto em que ocorreram e contribuem para o fortalecimento do caráter humano da narrativa histórica, muitas vezes invisibilizado pelos registros mais formais.

Entretanto, quando utilizado de maneira isolada, esse tipo de fonte apresenta um potencial risco ao historiador, podendo levá-lo a “tornar-se prisioneiro dos preconceitos, das falsas prudências, das miopias que a própria visão dessas gerações sofrera” (*ibidem.*, p. 78). Esse fenômeno decorre da inclinação dos testemunhos em dar destaque às temáticas mais relevantes para o contexto em que são relatados, o que pode ocultar diversas nuances<sup>11</sup> presentes nos eventos históricos descritos.

Portanto, é essencial saber interrogar a fonte, discernir o que ela sugere sem declarar explicitamente, e, principalmente, confrontar as informações obtidas com registros de natureza diferente. Além das entrevistas e documentos oficiais, decidimos incorporar um terceiro tipo de fonte histórica, fundamental para nosso processo formação como pesquisadora e extremamente valiosa para a História da Educação: a imprensa.

Os jornais fornecem uma visão cronológica e contextualizada das transformações do campo da educação. A partir deles, é possível avaliar a importância atribuída aos diferentes temas que dizem respeito a educação, constatar silenciamentos, apreender os elementos ideológicos dos debates pedagógicos e verificar a atuação de diferentes grupos sociais em torno das questões educacionais. Fundamentamos nossa abordagem na concepção da imprensa como agentes ativos na seleção, ordenação e narração do que elegem como acontecimento publicável (Martins, 2006).

Decidimos pelo jornal “A União”, acessado através do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC). Fundado no século XIX, “A

---

<sup>11</sup> Marc Bloch (2005, p. 78) ilustra de forma didática esse processo na seguinte passagem: “(...) por exemplo, o medievalista não dar senão pequena importância ao movimento comunal, sob pretexto de que os escritores da Idade Média não falavam muito dele a seu público, ou desdenhar os grandes elãs da vida religiosa, pela simples razão de que ocupam, na literatura narrativa da época, um lugar bem mais modesto do que as guerras dos barões; a história, em resumo (para retomar uma antítese cara a Michelet), tornar-se menos exploradora, cada vez mais ousada, das épocas consumadas do que o eterno e imóvel aluno de suas ‘crônicas’.”

União” surgiu e se mantém até os dias atuais como jornal oficial do Estado da Paraíba (Machado *et al.*, 2023). O periódico destaca-se dos demais por oferecer a perspectiva governista dos acontecimentos, sendo considerado o “documento vivo de todos os governos” (Martins, 1977, p. 57). Este diferencial foi a razão pela qual optamos por ele, uma vez que não haviam divergências substanciais nas abordagens editoriais dos três principais jornais paraibanos daquela época: A União, Correio da Paraíba e O Norte<sup>12</sup>.

A folha contava com 8 páginas e circulava 6 dias por semana e foi consultada diariamente entre janeiro de 1960 e março de 1964. A maior parte de seu conteúdo era dedicado a eventos políticos em esferas local, nacional e internacional, além da publicação de editais e comunicações oficiais. Era incomum encontrar anúncios comerciais no jornal, sendo a grande maioria composta por publicidades do próprio governo da Paraíba. Diante disso, presume-se que, “detrás do jornal”<sup>13</sup>, os interesses predominantemente políticos superavam os financeiros, com influência direta do executivo estadual e dos grupos políticos a ele vinculados.

Durante o período em análise, os líderes do executivo estadual foram, sequencialmente: Pedro Gondim do PSD, que exerceu a função de governador interino<sup>14</sup> entre 4 de janeiro de 1958 a 18 de março de 1960; José Fernandes de Lima (PSD), presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o cargo entre 18 de março de 1960 e 31 de janeiro de 1961, durante o afastamento de Gondim para concorrer à eleição de 1960 para governo do estado; e Pedro Gondim, eleito governador, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>15</sup>, exerceu o mandato de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

Deste modo, entre 1960 e 1964, A União alinhava-se predominantemente às perspectivas gondinistas. Pedro Gondim, durante seu governo interino e nos primeiros anos de

<sup>12</sup>Análise realizada por CITTADINO, M. Populismo e golpe de Estado na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998, p. 23.

<sup>13</sup>Adotamos as orientações metodológicas de Albert (1976 *apud* ZICMAN, 1985) que defende a caracterização prévia do jornal utilizado como fonte histórica em três linhas fundamentais: “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal. “Atrás do jornal” refere-se à consideração de todos os elementos que influenciam sua construção, incluindo os interesses que moldam sua linha editorial, a entidade proprietária e o corpo de colaboradores. “Dentro do jornal” engloba o conteúdo das publicações, o destaque atribuído a elas e como determinados eventos são abordados ou silenciados. Por fim, o “em frente do jornal”, se refere ao público-alvo das notícias e escritos, representando a audiência para a qual esses textos selecionados são direcionados.

<sup>14</sup>Em 1955 foram eleitos na Paraíba o governador Flávio Ribeiro Coutinho da União Democrática Nacional (UDN) e o vice-governador, Pedro Gondim (PSD). No início de 1958, Coutinho foi afastado por questões de saúde e Gondim assumiu de forma interina. Durante esse período, as eleições para governador e vice eram realizadas de forma independente. Entre 1950 e 1964, a UDN perdeu sua preponderância política, e o estado da Paraíba foi palco da alternância de poder entre a UDN e o PSD na condução da política local. Os dois partidos cultivavam estreitas conexões com influentes grupos familiares proprietários de terras, não divergindo estruturalmente. Apesar das disputas entre eles, ao longo de todo o período da Terceira República, ambos os partidos construíram alianças e composições em sua trajetória política (Cittadino, 1998).

<sup>15</sup>Mais tarde, em maio de 1962, Gondim ingressou no Partido Social Cristão (PSC). Importante notar que essas trocas partidárias se deram por motivos políticos, não ideológicos, e não tiveram um impacto significativo em sua conduta política (Cittadino, 1998).

seu segundo mandato, adotou uma política caracterizada pelo personalismo, estabelecendo o diálogo e a negociação com os movimentos sociais, cuja intensificação foi notável até o golpe de 1964. O governo Gondim também se destacou pela “tecnificação do aparelho de Estado”, uma iniciativa que privilegiava os critérios técnicos na escolha de quadros para o funcionalismo público e abrandou a prática clientelística na distribuição de cargos no estado (Cittadino, 1998).

Essa conduta estava intrinsecamente ligada ao seu compromisso com o estímulo à ideologia nacional-desenvolvimentista vinculada aos princípios de modernização e fomento à industrialização. Nesse contexto, observou-se um aumento expressivo na demanda por ensino secundário e superior no período.

No entanto, o aumento dessa demanda não foi decorrente do processo de urbanização e industrialização estadual, bem abaixo do nível verificado no contexto nacional, que pudesse justificar uma modificação do mercado de trabalho, apesar de certo desenvolvimento do setor comercial, dos serviços públicos, dos meios de transporte e de comunicação. A industrialização não apresentava crescimento significativo, mesmo com as medidas adotadas pela SUDENE e do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB). O aumento das expectativas em torno do Ensino Secundário e Superior somente poderia ser entendido a partir de uma necessidade gerada em outras regiões mais industrializadas do país, sobretudo no Sul/Sudeste, responsáveis por ‘influências’ modernizadoras e possíveis mudanças no *sistema de valores* dos paraibanos (...) (Castelo Branco, 2005, p. 172)

A propagação desses valores pelo líder do governo estadual e pela imprensa local desempenhou um papel fundamental na consolidação da ideologia nacional-desenvolvimentista entre as camadas médias, que passaram a privilegiar a educação secundária e superior como instrumento de ascensão social e meio de fuga da proletarização.

A partir dessas três fontes de natureza distinta, almejamos oferecer contribuições significativas sobre o processo de federalização da UFPB, suas repercussões e sua importância fundamental para a consolidação do ensino superior na Paraíba<sup>16</sup>. A coleta e organização das fontes ocorreu segundo a metodologia da pesquisa documental sócio-histórica de Rodrigues e França (2010). A análise dos documentos, por sua vez, foi guiada pelas contribuições do Círculo de Bakhtin<sup>17</sup>, que serão detalhadas no tópico a seguir.

<sup>16</sup> A sustentação da hipótese de que a federalização desempenhou um papel fundamental na consolidação do ensino superior na Paraíba será abordada nos subtópicos 2.2.1 e 2.2.2. Essas seções irão investigar a trajetória histórica da formação do ensino superior no estado, ressaltando suas deficiências, a posterior integração de todas as IES existentes na universidade estadual (UP) e a persistência da sua “pobreza franciscana”. A transformação desse cenário ocorre apenas com o advento da federalização, que afasta o risco iminente de encerramento das atividades da educação superior no estado e assegura a continuidade de sua existência e subsequente desenvolvimento.

<sup>17</sup> Círculo de Bakhtin é uma expressão utilizada para fazer referência as formulações e obras do grupo de intelectuais que discutia e elaborava em conjunto com Mikhail Bakhtin (1895-1975). A “célula mater” do pensamento do Círculo, o dialogismo, justifica esta expressão. Este conceito destaca a presença do outro no discurso do interlocutor pontuando que as comunicações se dão “entre sujeitos reais e sócio historicamente situados

### 1.3 Ideologia, dialogismo e as contribuições do Círculo de Bakhtin

A teoria proposta pelo Círculo é fundamentada numa posição epistemológica que dá primazia ao real concreto na origem de formação das consciências. Embora destaque a sua predominância, Sobral (2005, p. 13) sustenta que o Círculo propõe uma “terceira via”, uma “síntese entre a ontologia do existente, do ‘que está aí’, o dado, e os processos epistemológicos de apreensão, de postulação, do mundo”. Ou seja, é necessário a mediação da consciência para o indivíduo experienciar e ler o mundo. Dessa maneira,

[...] o sensível é o plano de apreensão ‘intuitiva’ do mundo sem elaboração teórica, o plano do dado, das ‘impressões totais’ (ou ‘globais’). O inteligível é o plano da elaboração do apreendido. Enquanto o sensível privilegia o processo de percepção e de ação como criador de impressões, o inteligível privilegia a transformação dessas impressões numa unidade de conteúdo, num conceito. O sensível é, portanto, o plano da multiplicidade, da descontinuidade; e o inteligível, o da busca da unidade, da continuidade. (*ibidem*, p. 23-24)

Para apreender as diferentes dimensões da experiência humana, o ponto de partida é o texto (Bakhtin, 1997). “Partindo de um texto, perambulam-se nas mais variadas direções, recolhendo-se fragmentos heterogêneos na natureza, na vida social, no psiquismo, na história, que serão unidos numa relação ora de causalidade, ora de sentido” (*ibidem*., p. 341). É a partir do texto que o ser humano expressa sua consciência e é por meio dele que é possível apreender as dinâmicas do real.

O texto, enquanto enunciado, é sempre único e singular. Embora a combinação de termos possa ser repetida ao longo do tempo por diferentes indivíduos, o significado jamais será o mesmo pois o contexto é diferente. Isso ocorre porque o enunciado emerge de condições de comunicação específicas que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Outra característica fundamental para analisar os enunciados é o seu caráter dialógico. Segundo o dialogismo:

---

(...) E, por ser realizada entre sujeitos sócio historicamente situados, a enunciação concreta carrega consigo visões de mundo, acentos valorativos, orientações apreciativas que constroem o significado das palavras, já que sentido e apreciação estão intrinsecamente articulados na linguagem da vida real” (Molon; Viana, 2012, p. 149). Portanto, o enunciado de um sujeito tem como componente (ou dialoga com) os discursos prévios com que esse sujeito teve contato, seja “uma fala verbalizada entre sujeitos reais, um discurso construído sob a forma de um texto, um artigo científico, um poema, etc.”. A defesa de que qualquer enunciado consiste numa resposta a enunciados anteriores é a base do dialogismo. Por isso a expressão Círculo de Bakhtin, que considera as produções bakhtinianas como fruto de construção coletiva realizada com base nos debates empreendidos pelo grupo.



Não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que lhe sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia. Existe entre os enunciados uma relação impossível de definir por termos de categorias mecânicas ou lingüísticas. Esta relação não tem analogia. (Bakhtin, 1997, p. 375)

Como elo da cadeia discursiva, o enunciado surge como resposta e demanda uma resposta. Assim,

[...] se o enunciado possui uma marca, trata-se do seu caráter responsivo, ou seja, é como resposta aos enunciados antecedentes que ele deve ser visto. Refere-se sempre à mesma pergunta: a quem ele responde? Resposta aqui é entendido no sentido mais amplo possível, no sentido de que se trata de um ato enunciativo que, ao mesmo tempo, repele, completa, discorda, ratifica, pressupõe, subentende enunciados alheios. Isso porque, para além de simplesmente compreender o significado de determinado objeto, um enunciado é sempre uma atitude valorativa em relação a esse objeto, às questões que o envolvem; mas, com isso, o enunciado extrapola sua relação com o objeto e acaba se correlacionando, querendo ou não, com outras posições valorativas inseridas na esfera da comunicação discursiva (Pinheiro, 2015, p. 33-34).

Os pesquisadores são mais um elo dessa cadeia discursiva “assim, a construção do conhecimento nas ciências humanas se dá no encontro entre os sujeitos, no diálogo mediado pelo texto. O pesquisador participa dos enunciados a serem produzidos, entra no texto como um novo participante.” (Endlich, 2017, p. 58)

Os enunciados sempre expressam uma posição valorativa em relação ao que se fala, o que o coloca necessariamente no domínio da ideologia. Na visão de bakhtiniana, a ideologia se corresponde às interpretações da realidade, emergindo na consciência dos indivíduos e manifestando-se por meio da linguagem. Em outras palavras,

a ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados. É então que se poderá falar do modo de pensar e de ser de um determinado indivíduo, ou de determinado grupo social organizado, de sua linha ideológica, pois que ele vai apresentar um núcleo central relativamente sólido e durável de sua orientação social, resultado de interações sociais ininterruptas, em que a todo momento se destrói e se reconstrói os significados do mundo e dos sujeitos. (Miotello, 2005, p. 167)

Na concepção do Círculo, a ideologia não é uma entidade estática imposta de cima para baixo, mas sim um campo de interação complexo permeado pelo diálogo ininterrupto. Nesse sentido, ela difere da concepção clássica proposta pelo marxismo em que a ideologia corresponde as ideias da classe dominante, que a perpetuam no poder.

O Círculo distingue dois tipos de ideologia: a ideologia oficial “entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo” (*ibidem.*, p. 168) e a ideologia do cotidiano “considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida” (*ibidem.*, p. 169).

A despeito da estabilidade e predominância aparentes da ideologia oficial, a ideologia do cotidiano é extremamente relevante para a dinâmica do campo ideológico. Estas duas formas de ideologia estabelecem entre si uma relação dialética, convergindo para formar o todo do contexto ideológico.

As elaborações teóricas do Círculo de Bakhtin ofereceram contribuições valiosas para orientar a análise das fontes selecionadas, destacando-se especialmente os conceitos de dialogismo e ideologia. Os textos foram interpretados buscando tecer os diálogos que estabeleciam e as ideologias que reproduziam. A partir dos documentos, tornou-se viável reconstruir aspectos relevantes relacionados aos indivíduos, às instituições, aos fenômenos educacionais, enfim ao contexto social que se pretendeu retomar.

Operamos predominantemente com três gêneros do discurso<sup>18</sup>: entrevistas, publicações de jornais e documentos oficiais. Essas três tipologias guardam diferenças importantes entre si. As entrevistas tem como objetivo explorar as perspectivas individuais em torno de temas determinados previamente pelos entrevistadores. Os entrevistados respondem a questões diretas<sup>19</sup> fundamentados nas reflexões que realizaram sobre os eventos que a entrevista pretendeu revisitar. Com um caráter dialógico inerente, as interações entre eles estabelecem conexões e revelam perspectivas compartilhadas e, por vezes, conflituosas. No caso das entrevistas do projeto “História da UFPB”, observa-se uma posição de “consciência histórica” própria das fontes históricas voluntárias, estabelecendo uma diferença significativa em relação às demais fontes examinadas.

Ao contrário das entrevistas, as publicações na imprensa têm o propósito de atender a demandas momentâneas, engajando-se em diálogos com debates contemporâneos e participando ativamente deles. De acordo com Bakhtin (1997, p. 393),

[...] o jornalista é acima de tudo um contemporâneo. É realmente obrigado a sê-lo. Vive na esfera das questões que podem ser resolvidas na contemporaneidade (ou, pelo menos, num tempo próximo). Participa de um

<sup>18</sup> Segundo Bakhtin (1997, p. 279), os gêneros do discurso são os “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados pela língua.

<sup>19</sup> Embora nesse processo respondam também a outros interlocutores além do entrevistador.

diálogo que pode ser concluído, de um diálogo que pode passar à ação, pode converter-se em força empírica.

O documento oficial é um tipo de discurso-ação. Fruto de extensos diálogos, produzido por diferentes mãos, os textos normativos mesmo que possam parecer monológicos, “também são dialógicos e podem permitir o desvelo de contradições, concepções de sujeito de educação e de política, além de possibilitar discussões teoricamente fundamentadas sobre decisões que as políticas educacionais têm tomado.” (Endlich, 2017, p. 63).

Ao abordar esses três gêneros discursivos, consideramos cinco pontos de análise: o contexto histórico que permeia a produção do texto, a condição imediata em que o texto foi gerado, com quem a comunicação dialoga, os potenciais destinatários e as atitudes valorativas em relação ao objeto discutido, ou seja, a ideologia.

Abordaremos algumas dessas questões no capítulo subsequente, com propósito de proporcionar uma contextualização histórico-social e política do período em que se processou a federalização da UFPB e a consequente consolidação do ensino superior no estado da Paraíba.

## **2. DINÂMICAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA PARAÍBA: DA RESISTÊNCIA À EXPANSÃO**

O ensino superior brasileiro manifesta uma dinâmica de mudanças e permanências ao longo de sua trajetória. Mudanças legais, administrativas e institucionais coexistiram com características que acompanharam toda a formação e desenvolvimento do ensino superior no país. Dentre essas características, destacam-se a sua implementação tardia, a convivência entre as redes pública e privada, e o desafio persistente em alcançar uma democratização integral desse nível de ensino.

Como destacam Neves e Martins (2016, p. 95), “o Brasil é um país de contrastes e o seu ensino superior reflete, nesse sentido, um traço histórico persistente da sociedade brasileira como um todo”. Atualmente, apesar da implementação do sistema de cotas, programas de financiamento estudantil e políticas de expansão, o acesso a esse nível educacional continua a ser um privilégio restrito a uma minoria da população brasileira<sup>20</sup>.

O viés elitista marcou o ensino superior brasileiro desde sua origem no século XIX, quando era destinado apenas às camadas economicamente abastadas da sociedade brasileira. O processo de inclusão das camadas médias só se iniciou na segunda metade do século XX, principalmente por meio das federalizações.

Neste capítulo, propomos revisitar essa trajetória no contexto do Brasil e da Paraíba, destacando as tentativas de implementação do ensino superior, e os dispositivos legais que regulamentaram a formatação da universidade e das federalizações no início da década de 1960. Também buscamos delinear os processos de formação do ensino superior no estado da Paraíba, aprofundando a discussão sobre a idealização, campanha e o processo de federalização da Universidade da Paraíba.

### **2.1 Ensino superior no Brasil: resistência, expansão e integração**

#### **2.1.1 Do surgimento tardio à era das Isoladas**

---

<sup>20</sup>A taxa de conclusão da educação superior entre jovens brasileiros de 25 a 34 anos é atualmente de aproximadamente 21%, revelando-se abaixo da média observada em outros países latino-americanos, tais como Argentina (40%), Chile (34%) e Colômbia (29%). Em comparação com o total de nações pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é ainda mais alta, chegando a 44% (OCDE, 2021).

A implantação e consolidação do ensino superior no território brasileiro foram processos notavelmente tardios. Essa realidade não se justifica somente pela condição colonial, uma vez que a Espanha, por exemplo, começou a instalar universidades em suas colônias no século XVI. Portugal, por outro lado, “não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil” (Cunha, 2000, p. 152).

Diversos fatores contribuem para explicar essa postura da Coroa Portuguesa. Entre eles, destaca-se o temor de que as instituições universitárias pudessem se tornar um símbolo de autonomia e um potencial catalisador para uma revolução na colônia (Castelo Branco, 2005); a convicção metropolitana de que obrigar a elite colonial a estudar em Portugal fortaleceria seu sentimento de “lusitanidade” (Pinto, 1997) e a falta de demanda por parte da maioria dos brasileiros, que não enxergava razões para a instalação de instituições desse tipo na Colônia (Fávero, 2006).

Considerando essas questões, a metrópole limitou-se a conceder bolsas a um número restrito de filhos de colonos ricos em suas universidades e a autorizar os estabelecimentos jesuítas a oferecerem cursos superiores de Filosofia e Teologia. Essa representou a primeira experiência que pode ser relacionada à “educação superior” no território brasileiro, com seu início situado na segunda metade do século XVI. No entanto, o modelo de ensino superior jesuítico não encontrou aderência nem continuidade (Cunha, 2000).

Desprovida de ensino superior, a educação colonial até meados do século XVII limitava-se à instrução primária – destinada à conversão dos “gentios” e à educação das elites locais –, à formação dos quadros religiosos e aos cursos preparatórios destinados às elites que almejavam ingressar nas universidades portuguesas.

Nesse período, a educação brasileira estava sob responsabilidade da Igreja Católica, mais especificamente dos jesuítas. Castelo Branco (2005, p. 58) destaca a atuação desse grupo que, ao disseminar entre as “novas gerações a mesma fé, língua e costumes”, dava início ao processo de construção da unidade política na colônia. Essa empreitada era realizada sobretudo por meio da educação e conferiu elementos que persistiram por um longo tempo na mentalidade brasileira, como a aversão ao trabalho manual, o enaltecimento da cultura ornamental e a valorização do diploma de bacharel como elemento de distinção social entre as elites.

O sistema de ensino jesuítico caracterizava-se pelo seu caráter excessivamente retórico e livresco, destituído de “preocupações utilitárias e científicas” e avesso ao trabalho físico (*ibidem.*, p. 60). Esse panorama se transformou com as reformas realizadas por Marquês de Pombal visando a modernização do Estado português e o aprimoramento na administração das suas colônias. As Reformas Pombalinas (1750-1777) repercutiram no Brasil, resultando na

elevação da colônia à vice-reino de Portugal, na expulsão dos jesuítas e em reformas na educação brasileira. Os objetivos principais das reformas educacionais conduzidas pelo Marquês incluíam a centralização do controle estatal sobre a educação, secularização do ensino e padronização do currículo.

A reforma modificou profundamente a principal universidade que formava os bacharéis da elite brasileira, a Universidade de Coimbra. Uma instituição outrora dominada pelo aristotelismo medieval abriu-se para novas perspectivas, passando por uma profunda modernização (Castelo Branco, 2005). Essa transformação repercutiu no território brasileiro, abrindo caminho para a introdução das ideias iluministas por meio dos bacharéis formados no exterior, o que impulsionou movimentos de questionamento à ordem estabelecida ocorridos entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Os anos subsequentes testemunharam o evento que iria alterar drasticamente a trajetória histórica do Brasil: a chegada de D. João VI e da corte portuguesa em 1808 e a consequente transformação do Brasil em sede do poder metropolitano. Esse episódio desencadeou um verdadeiro *bom cultural*, “instituições econômico-financeiras, administrativas e culturais, até então proibidas, foram criadas, assim como foram abertos os portos ao comércio das nações amigas e incentivadas as manufaturas” (Cunha, 2000, p. 153). Nesse período, o ensino superior dá os primeiros passos em território nacional.

Apesar da existência de universidades em Portugal, a estrutura universitária não foi a escolha de D. João VI para o Brasil. O ensino superior brasileiro despontou por meio de cátedras isoladas. (Mendonça, 2000; Cunha, 2000), descritas por Cunha (*ibidem.*, p. 154) como “unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados”. Os cursos isolados:

estavam, na sua grande maioria, diretamente articulados à preocupação com a defesa militar da colônia, tornada a sede do governo português [...] marcados pela mesma preocupação pragmática de criar uma infra-estrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia, tornada Reino-Unido. (Mendonça, 2000, p. 134).

As cátedras isoladas foram a pedra fundamental do ensino superior brasileiro. A partir delas, por meio de “sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações”, originaram-se as escolas e faculdades profissionalizantes que, até a República, constituíram o conjunto das nossas instituições de ensino superior (*ibidem.*). Posteriormente, a partir das federalizações, essas instituições foram aglutinadas para formar as universidades.

A instalação da corte portuguesa no Brasil desencadeou conflitos entre os diversos grupos sociais brasileiros e entre estes e a metrópole. Esses embates culminaram no movimento pela independência (Costa, 1999). A independência brasileira foi um movimento ideológico influenciado pelo pensamento ilustrado e pelas ideias liberais.

O *liberalismo conservador* adotado no Brasil caracterizava-se por assumir “uma face externa liberal, em suas relações comerciais, e uma face interna autoritária, nas relações entre a elite e os trabalhadores” (Castelo Branco, 2005, p. 77). A expressão peculiar do liberalismo no contexto brasileiro revelou-se extremamente contraditória, uma vez que mantinha o sistema escravista de exploração de mão de obra, violando a *liberdade* da maioria da população que habitava o vice-reino.

A independência do Brasil marcou o término dos vínculos coloniais, contudo, não resultou em transformações significativas na estrutura social brasileira. Tratou-se de um movimento encabeçado pelas classes dominantes, empenhadas na preservação de seus interesses, que resultou na ascensão ao poder de Dom Pedro I, filho do rei de Portugal. Como resultado, não houveram transformações econômicas e sociais significativas, prevalecendo “muito mais as características de continuidade do que os aspectos de ruptura” (Carvalho, 2010, p. 10).

Da mesma forma, o ensino superior experimentou poucas transformações durante o período do Império (1822-1889). O Ato Adicional de 1834, que conferiu competência às assembleias provinciais para legislar sobre instrução pública, excluía explicitamente “as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral”. Em outras palavras, apesar da descentralização do ensino elementar e secundário, o ensino superior permanecia sob responsabilidade da iniciativa oficial “refletindo ser esse o nível que mais interessava ao poder político da época, pois eram os cursos superiores que formariam as elites dominantes, responsáveis pelo controle da sociedade.” (Carvalho, 2010, p. 17).

No período imperial, apesar de uma expansão limitada, observou-se um aumento na complexidade do ensino superior. As cátedras isoladas evoluíram para cursos, e os cursos se aglutinaram para formar academias, escolas e faculdades, estabelecimentos que correspondiam a “unidades de ensino superior que possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não-docentes, meios de ensino e local próprios” (Cunha, 2000, p. 154).

Nesse contexto, o interesse civil pelo ensino superior aumentou, acompanhado por uma demanda crescente pela criação de instituições efetivamente *universitárias*. No entanto, ao

mesmo tempo, enfrentou-se uma resistência constante por parte de alguns setores da sociedade e do poder político imperial em relação à expansão do ensino superior no Brasil (Mendonça, 2000). Conforme apontado por Castelo Branco (2005, p. 104), ainda que o debate acerca da criação de uma Universidade tenha percorrido toda a era imperial, ao término desse período, o Brasil contava somente com seis instituições de Ensino Superior e nenhuma Universidade.

O Império chegou ao fim no ano de 1889 com o golpe de Estado articulado pelas elites dirigentes, liberais, positivistas e militares, descontentes com o reinado de D. Pedro II.

Com a abolição da escravidão e implantação da República, o pensamento liberal adquiriu novas forças e significado, propiciados pelas novas condições econômicas, pujantes desde a segunda metade do século XIX. É um período de emergência da sociedade capitalista no país, cuja classe hegemônica era associada à burguesia internacional. O capitalismo internacional encontrava-se em fase de superação da etapa de livre concorrência para a etapa monopolista, configurando o processo de imperialismo. (*ibidem.*, p. 109)

Esse processo tem seu início durante a Primeira República ou República Oligárquica, período que abrange desde a instauração do regime republicano, em 1889, até o movimento de 1930. Nessa época, o Brasil enfrentava um cenário profundamente marcado pelo passado escravista e agrário, caracterizado por uma sociedade predominantemente rural, analfabeta e desigual, além de um sistema educacional precário. Surgia a necessidade de educar a população para a nova realidade almejada: republicana, livre, urbana e inserida ao contexto do mundo capitalista.

Apesar da inclinação à introdução de ideias burguesas e liberais após a proclamação da República, até 1930 o Brasil ainda se encontrava fortemente inserido na estrutura agrária, com a hegemonia da burguesia cafeeira no cenário político, através da “política dos governadores”. O sistema federalista, que destacava a autonomia dos estados, fortalecia ainda mais as oligarquias, consolidando práticas como o coronelismo, mandonismo e relações de compadrio. Ao mesmo tempo, observava-se um crescimento paulatino dos setores urbanos nos grandes centros e “uma valorização conseqüente das profissões não-manuais em substituição ao antigo controle desempenhado pela classe dominante pré-industrial” (*ibidem.*, p.110), marcando o surgimento das camadas médias na sociedade.

Em relação a educação, a primeira Constituição da recém-proclamada República, promulgada dois anos após a proclamação, apresentava uma abordagem. Sob a égide do federalismo, o texto constitucional de 1891, conferia aos estados a responsabilidade de legislar sobre instrução pública, incumbindo-os da organização de seus próprios sistemas educacionais. Em contraste com o período imperial, a descentralização educacional se estendia também aos



estabelecimentos de ensino superior, permitindo a criação de instituições desse nível por parte dos governos estaduais e particulares (Brasil, 2022a).

Uma transformação significativa decorrente da promulgação da Constituição de 1891 foi a instauração da laicidade no ensino oferecido nos estabelecimentos públicos. Essa mudança assume relevância, especialmente ao considerar que, ao longo de todo o período colonial e imperial, a administração das instituições educacionais oficiais estava fortemente vinculada à atuação da Igreja.

Entretanto, foram as diversas reformas educacionais ocorridas entre 1889 e 1930 as principais responsáveis por transformações mais profundas educação durante a Primeira República, colocando no cerne da discussão educacional nacional o ensino secundário e as formas de acesso ao ensino superior<sup>21</sup>.

A Reforma Benjamin Constant, elaborada um ano antes da primeira constituição republicana, sintetizava boa parte do ideário educacional que permeou as primeiras décadas de República. Constant realizou no documento a defesa de uma educação leiga, livre, gratuita, pretendendo a homogeneização do ensino brasileiro a partir de diretrizes nacionais.

[...] Benjamin Constant estabeleceu o Ginásio Nacional como modelo e padrão do ensino secundário a ser ministrado em todo o país e instituiu a obrigatoriedade dos exames de madureza, que ofereceriam aos alunos o certificado de conclusão do ensino secundário, permitindo-lhes candidatarem-se ao ensino superior. Segundo o decreto, quando os estados tivessem organizado estabelecimentos de ensino secundário segundo o plano do Ginásio Nacional, seus exames de madureza dariam o mesmo direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo. Inspirado pelo positivismo de Augusto Comte, Benjamin Constant se bateu pela substituição do ensino acadêmico por um conjunto mais amplo de ensinamentos, com a inclusão de disciplinas científicas, rompendo drasticamente com a tradição do currículo clássico jesuítico. (BOMENY, 2023, p. 4)

---

<sup>21</sup>Mendonça (2000) apresenta uma visão diferente da apresentada neste capítulo e defendida por Cunha (2000) e Bomeny (2023). Enquanto esses autores destacam o progresso do debate educacional das duas primeiras décadas de República, Mendonça afirma que: “Os anos de instalação do novo regime viriam a propiciar um intenso debate sobre a questão da educação, no bojo da Constituinte, que, no entanto, arrefeceu-se rapidamente com a promulgação da Constituição outorgada e a consolidação de uma ordem política e social que se sustentava nas mesmas oligarquias regionais hegemônicas durante o Império, através da chamada política dos governadores. Apenas após 1920, quando essa ordem começaria a sofrer uma forte contestação por parte de distintos grupos e movimentos, nucleados em torno da bandeira da *republicanização da República*, esse debate seria retomado com força, num novo contexto, marcado pela ampliação decorrente do esforço de mobilização da opinião pública e pelo confronto entre diferentes projetos de *construção/reconstrução da nacionalidade*” (*ibidem.*, p. 136). Divergimos da interpretação de Mendonça, argumentando que as reformas educacionais das primeiras décadas da Primeira República desempenharam um papel fundamental na promoção do debate sobre a facilitação do acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, na sua expansão.

A reforma passou por diversas reformulações que a descaracterizaram, mas lançou os pontos de gravitação do debate educacional do período: o ensino secundário e as formas de acesso ao ensino superior. As demais reformas educacionais no plano nacional atuaram sobre esses temas apresentando discordâncias sobre a equiparação de liceus e demais institutos de ensino secundário ao Colégio Pedro II como forma de acesso direto ao ensino superior<sup>22</sup>, e sobre o grau de responsabilidade da União sobre a educação.

As primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior. Como foi mencionado anteriormente, o Estado passou a possibilitar a criação de instituições de ensino superior por particulares e governos estaduais. Somou-se a isso a maior demanda por instrução, decorrente da ampliação da burocracia estatal e privada, o que gerou medidas de facilitação do acesso ao ensino superior. Esses fatores se traduziram num momento de grande expansão do ensino superior no Brasil, do ano de 1891 até 1910 foram criadas 27 escolas de cursos superiores (Cunha, 2000).

Após uma década de implantação da República, surgiram as primeiras tentativas de criação de uma instituição com status universitário no país. Por iniciativas de particulares ou de estados da federação foram criadas a Universidade de Manaus, no ano de 1909, a Universidade de São Paulo em 1911 e a Universidade do Paraná em 1912. No entanto, todas essas experiências foram malsucedidas e não perduraram<sup>23</sup>, sendo dissolvidas poucos anos após sua criação.

Em contrapartida, entre os anos de 1915 e 1930 houve um período de “contenção da expansão”, com dispositivos legais que buscavam maior controle do acesso às escolas superiores. Cunha (*ibidem.*, p. 158-159) explicita os motivos desta contenção destacando que:

A função desempenhada pelo sistema educacional escolar, como fonte fornecedora de diplomas garantidores da posse dos conhecimentos “apropriados” aos cargos conferidores de maior remuneração, prestígio e poder, chegou a ser ameaçada por aquele processo de expansão/facilitação: os

---

<sup>22</sup>“A admissão dos candidatos às escolas superiores estava condicionada, desde 1808, à aprovação nos chamados ‘exames de estudos preparatórios’ (ou, simplesmente, ‘exames de preparatórios’), prestados no estabelecimento de ensino procurado por cada candidato. Mais tarde, a partir de 1837, os concluintes do curso secundário do recém-criado Colégio Pedro II passaram a ter o privilégio de matrícula, sem exames, em qualquer escola superior do Império.” (Cunha, 2000, p. 155) Esse “privilégio” dos estudantes do Pedro II no acesso ao ensino superior começou a ser questionado com as reformas educacionais do início da República.

<sup>23</sup>A Universidade do Paraná pode ser considerada uma exceção. Criada em 1912 por iniciativa de particulares, recebeu ostensivo apoio do governo estadual, “mas a proibição da equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes pôs fim ao projeto da universidade, que foi dissolvida. Restaram, como faculdades livres, as de Medicina, de Engenharia e de Direito” (Cunha, 2000, p. 162) que recorrem, após sua dissolução, em 1918, à “estratégia de reformar seus Estatutos, separando as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, e concedendo-lhes autonomia de ensino, mantendo-as, porém, no mesmo edifício, sob uma única Diretoria. Os diversos cursos existentes agruparam-se no interior dessas faculdades, e foram posteriormente reconhecidas pelo Governo Federal” (UFPR, 2023) dando origem a Universidade Federal do Paraná. Seguindo esta linha de pensamento, a UFPR pode ser considerada a primeira universidade do país.

diplomas das escolas superiores tendiam a perder raridade e, em consequência, deixavam de ser um instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítimo. Além do mais, o imediatismo na busca dos diplomas escolares, principalmente do grau superior, comprometia a função do ensino de formar os intelectuais das classes dominantes, mais necessitadas deles do que nunca, agora que a hegemonia de umas frações sobre outras e de todas elas sobre as demais classes encontrava-se em crise. A introdução dos exames de ingresso às escolas superiores para todos os pretendentes foi uma tentativa de restabelecer o desempenho daquela função. Em suma, induzidos pela ideologia do bacharelismo, os jovens das classes dominantes e das camadas médias buscavam obter, de qualquer maneira, um diploma superior, qualquer que fosse. Paralelamente ao movimento pela desoficialização do ensino e abolição dos privilégios dos diplomas escolares, desenvolvia-se intensa crítica à qualidade do ensino secundário e superior.

O ensino superior estava em transição, deixando seu cunho estritamente bacharelesco e começando a ser percebido por alguns setores emergentes como uma oportunidade para ascensão social. A fim de preservar seus privilégios, as elites mantinham uma posição contrária à ampliação do acesso ao ensino superior, buscando manter sua exclusividade nesse espaço.

As universidades não surgiram para combater o privilégio da elite, mas corresponderam a um passo extremamente importante em direção ao desenvolvimento do ensino superior brasileiro e, em um segundo momento, contribuíram significativamente para a ampliação do acesso à educação superior. Até a década de 1920, o ensino superior ainda era dominado por estabelecimentos isolados, de qualidade inferior e com acesso mais restrito. A partir das federalizações, a União passou a assumir o protagonismo na oferta de ensino superior. Com isso, a educação superior deixou de ser exclusividade das elites e passou a tornar-se mais acessível a uma parcela maior da população.

### **2.1.2 Nascem as primeiras Universidades**

A busca de controle da expansão do ensino superior pela União não foi eficaz em interromper o processo em curso de fortalecimento da educação superior no país. Em 1920 foi criada a primeira instituição duradoura de caráter universitário do país, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A nova universidade resultou da reunião das faculdades federais de Medicina e de Engenharia (descendentes das cátedras criadas em 1808 e 1810), e de uma faculdade de Direito, resultado da fusão e da federalização de duas instituições privadas existentes na capital do país. Ou seja, a reunião das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das que se seguiram. O procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro

foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião de faculdades profissionais preexistentes. (Cunha, 2000, p. 163)

Criada pelo governo federal, por meio do Decreto n.º 14.343, a URJ foi criada a partir da aglutinação e federalização de instituições de ensino superior pré-existentes. Este foi o procedimento paradigmático para criação de universidades e consequente expansão do sistema universitário brasileiro ao longo do século XX (*ibidem.*).

No entanto, o potencial transformador dessa mudança de *status* das faculdades que iriam compor a URJ para a Universidade do Rio de Janeiro em si é contestado (Fávero, 2006; Mendonça, 2000). De acordo com Mendonça (*ibidem.*, p. 136):

*A reunião em universidade* dessas instituições, entretanto, não teve um maior significado e elas continuaram a funcionar de maneira isolada, como um mero conglomerado de escolas, sem nenhuma articulação entre si (a não ser a disputa pelo poder que se estabelece entre elas, a partir daí) e sem qualquer alteração nos seus currículos, bem como nas práticas desenvolvidas no seu interior.

De qualquer forma, a criação dessa instituição foi crucial para intensificar o debate em torno da questão universitária no Brasil (FÁVERO, 2006). Esse debate, fortalecido pela atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), se voltou sobretudo às questões relacionadas à:

[...] concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil. No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, há duas posições: os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova (ABE, 1929). (p. 22-23).

A segunda instituição de ensino superior com status universitário no país, a Universidade de Minas Gerais (UMG), foi criada em 1927 a partir da união de quatro escolas de nível superior do estado. Diferentemente da URJ, a UMG não surgiu por iniciativa da União, mas como uma instituição privada subsidiada pelo estado. Logo após sua criação, o governo federal promulgou um dispositivo legal buscando regulamentar a criação de universidades nos estados. O decreto instituiu a autonomia universitária e estabeleceu critérios para sua concessão, exigindo que a instituição contasse com um patrimônio superior a trinta mil contos, tivesse um reitor nomeado pelo Presidente do Estado e que, pelo menos, três das escolas que a compusessem tivessem mais de quinze anos de funcionamento efetivo.

A conjuntura econômica, política e social da passagem dos anos 1920 aos anos 1930 foi marcada por transformações que reverberaram no ensino superior do país. A crise econômica mundial de 1929 repercutiu no Brasil correspondendo a perda de poder dos cafeicultores e, conseqüentemente, a reconfiguração da estrutura política e econômica do país, no qual as oligarquias perderam força enquanto as elites urbano-industriais ganharam cada vez mais peso no jogo político.

A hegemonia dos estados e das oligarquias locais no comando das instituições, própria do início da República, foi rompida com o centralismo imprimido por Vargas após o movimento de 1930. O movimento correspondeu ao golpe que pôs fim a política de café com leite, instrumento das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais para se alternarem no poder. Isso resultou na:

[...] transferência do foco de poder dos governos estaduais para o âmbito nacional. Esse período se caracteriza, igualmente, pela emergência, na cena política, das massas urbanas, que se expandem e se diferenciam de forma acelerada como resultado do processo de industrialização e urbanização – produto indireto, nesse momento, da própria dinâmica da economia exportadora – e do processo de burocratização, decorrência, por um lado, da própria ampliação das funções do Estado, e, por outro, da incipiente industrialização do país. Esse contexto condiciona tanto o estabelecimento de um sistema de educação de massa – vide a crescente expansão da rede pública de ensino primário, a partir daí – quanto o surgimento de diferentes projetos de educação das elites que deveriam dirigir o processo global de transformação da sociedade brasileira, via a reorganização da escola secundária e do ensino superior. (Mendonça, 2000, p. 136-137)

Logo após a tomada de poder, Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, fortalecendo a formação de uma orientação nacional para a educação brasileira. Em 1931, o governo federal criou o Estatuto das Universidades Brasileiras sob forma do decreto nº 19.851. O decreto estabeleceu os padrões de organização técnicas e administrativas das IES do país, universitárias ou não-universitárias e determinou a preferência do ensino superior brasileiro pelo sistema universitário. De acordo com Vasconcelos (2007, p. 66), a reforma foi responsável por consagrar “a competência do governo central em relação ao controle do ensino superior”, buscando superar a estrutura desconexa e isolada do ensino superior vigente naquele período.

De acordo com o primeiro artigo do estatuto, o ensino universitário tinha como finalidades:

[...] elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as

actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (Brasil, 1931)

As principais diretrizes do ensino superior pós 1930, conforme estabelecidas pelo Estatuto, estavam estreitamente vinculadas à ideologia nacionalista. O propósito das universidades brasileiras, segundo o texto, era contribuir para a “grande obra nacional que lhes incumbe realizar”, formando cidadãos cultos e tecnicamente capacitados para promover o progresso e a “grandeza da Nação”.

O decreto inova ao atribuir importância não apenas ao ensino, mas também à pesquisa e extensão. De acordo com o regulamento, as instituições universitárias deveriam atender ao “o duplo objectivo de ministrar ensino eficiente dos conhecimentos humanos adquiridos e de estimular o espirito da investigação original, indispensavel ao progresso das sciencias” e “facilitar os meios para a realização de pesquisas originaes” (*ibidem.*).

Os institutos de ensino profissional superior também foram incumbidos de oferecer cursos de extensão universitária “destinados a prolongar, em benefício colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitários” por meio de cursos e conferências intra e extra-universitários destinados à “diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou colectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagacção de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionais” e acessíveis ao grande público (*ibidem.*).

Outro documento relevante que marcou o cenário educacional brasileiro na década de 1930 foi o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” (1932), publicado por um grupo de intelectuais conhecidos como os Pioneiros da Educação Nova. Em conformidade com os princípios universitários delineados no Estatuto, que preconizavam a integração entre ensino, pesquisa e extensão, o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” apresentou uma abordagem inovadora para o cenário educacional superior.

[...] onde explicitavam o seu programa de reforma da educação, que incluía a criação de *verdadeiras universidades*. (...) A universidade é concebida numa trílice função de “criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes” (Azevedo, 1958, p. 74-75). Defende-se a centralidade da pesquisa, como “sistema nervoso da Universidade, que estimula e domina qualquer outra função” (*idem, ibidem*, p. 75), assumindo a crítica às instituições de ensino superior existentes no Brasil, que nunca teriam ultrapassado os limites e as ambições da formação profissional. (Mendonça, 2000, p. 138)

O Manifesto avançou em relação ao Estatuto na discussão sobre a democratização do ensino e responsabilidade do poder público em sua oferta, defendendo a promoção de uma educação obrigatória, gratuita, integral, laica e acessível a todos. Os pioneiros defendiam o

dever do Estado “de considerar a educação, na variedade de seus grãos e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que elle é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociaes” (Azevedo *et al.*, 1984, p. 412).

A concepção presente no Manifesto de 1932 influenciou as duas experiências universitárias que se desenvolveram nos anos seguintes: a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Ambas criadas por intelectuais renovadores, buscavam a autonomia em relação ao Estado no campo cultural. No entanto,

A idéia comum aos projetos da USP e da UDF, de formar na universidade as elites que, com base na autoridade do saber, iriam orientar a nação (colocando-se, de certa forma, acima do Estado), seria, no contexto do Estado Novo, considerada perigosa. Ao governo federal interessava ter o monopólio de formação dessas elites e por isso impunha sua tutela sobre a universidade. (Mendonça, 2000, p. 140)

O centralismo varguista atingiu o seu ápice durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), sua expressão máxima no campo do ensino superior foi a criação da Universidade do Brasil (UB)<sup>24</sup> no ano de 1937. Em contraste com as iniciativas dos intelectuais renovadores que buscavam autonomia universitária em relação ao Estado, como observado nos casos da USP e UDF, a UB foi instituída pelo governo federal com o intuito de estabelecer-se como um padrão para as instituições de ensino superior já estabelecidas e aquelas que emergiriam futuramente. Sua missão primordial era o “controle e padronização do ensino superior no país” (*ibidem.*, p. 135).

O modelo que a UB pretendia oferecer como paradigma, convergia com o Estatuto e os escolanovistas ao privilegiar a relação entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, distanciava-se da proposta dos renovadores de uma universidade integrada, fixando “mais uma vez o modelo de universidade como um conglomerado de escolas profissionalizantes” (*ibidem.*, p. 141). A preocupação fundamental de Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934 e 1945 e idealizador da UB, “não era com a integração mas com a abrangência da universidade, que deveria no caso da UB abarcar a totalidade dos cursos superiores oferecidos no país” (*ibidem.*). Na sua concepção, a universidade deveria servir como instrumento de homogeneização cultural e formação da identidade nacional.

Embora contando com certa expansão, o modelo universitário continuava minoria dentro do conjunto de IES do Brasil. Em síntese, a situação do ensino superior brasileiro na

---

<sup>24</sup>A UB reorganizou e transformou a URJ e incorporou a ela institutos colaboradores e faculdades preexistentes.

década de 1930 correspondia à existência de uma variedade de faculdades, criadas e geridas pelos governos estaduais ou por particulares, convivendo com um número bastante reduzido de universidades.

### **2.1.3 Federalização e integração do ensino superior brasileiro na Terceira República**

As contradições inerentes ao regime ditatorial de Getúlio Vargas conduziram à sua derrubada no ano de 1945, quando foi iniciado um período de regimes liberais-democráticos. Esse período foi denominado Terceira República, que correspondeu a primeira experiência efetivamente democrática do Brasil “cuja dinâmica foi incapaz de processar os conflitos sociais resultando no autoritarismo em 1964” (Oliveira, 2017).

O discurso modernizante que vinha sendo propagado desde o início da era Vargas se ampliou e a transformação da orientação econômica de um modelo primário-exportador para o modo de acumulação por substituição de importações<sup>25</sup>, se consolidou ainda mais no pós-Estado Novo. Para atender às demandas desenvolvimentistas, o governo federal observou a necessidade de estimular o crescimento educacional – sobretudo nos níveis secundário e superior - a fim de formar pessoal capacitado para atuar nos novos setores econômicos emergentes.

No ano subsequente à queda do regime ditatorial varguista, foi promulgada uma nova constituição. O aspecto mais relevante da Constituição de 1947 em relação à educação foi a determinação de que a União legislasse sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O debate sobre essa normativa perdurou desde o final da década de 1940 até 1961, quando finalmente foi promulgada a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro, exercendo uma influência significativa na orientação da educação nacional.

A Constituição garantiu a educação como um direito para todos e reiterou a orientação da Constituição de 1937 sobre a obrigatoriedade da oferta pública destinada apenas para o ensino primário. Apesar de proclamada como um direito universal, o ensino oficial além do primário seria disponibilizado somente mediante comprovação de carência ou insuficiência de recursos (Brasil, 1946), perpetuando o caráter privilegiado do ensino secundário e superior, acessível apenas a uma minoria da população.

---

<sup>25</sup>Cunha (1983) aponta como um dos principais fatores determinantes das mudanças ocorridas na educação escolar do período de 1945 à 1964 a intensificação dos processos de industrialização e monopolização, que ocorrem como consequência da emergência de um novo modo de acumulação de capital no país. O modo de acumulação por substituição de importações consiste numa orientação econômica que foca no aumento da produção interna do país paralelamente a diminuição das suas importações.



A Constituição de 1947 representou um avanço em relação à sua antecessora ao estabelecer o concurso de provas e títulos como critério para ocupar cátedras no ensino secundário oficial e superior oficial ou livre. Além disso, assegurou a liberdade de cátedra, refletindo os princípios democráticos que começavam a predominar na época.

Além disso, estipulou-se o aporte financeiro que os entes federativos deveriam destinar à educação, conforme estabelecido no texto era previsto que anualmente, a União deveria destinar não menos que dez por cento, enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios não deveriam aplicar menos de vinte por cento da receita proveniente dos impostos na sustentação e evolução do ensino (*ibidem.*).

Quanto ao sistema federal de ensino, há uma diretriz voltada para a atenuação das disparidades regionais. Isso se evidencia na afirmação de que, embora o sistema federal tenha uma natureza supletiva, sua extensão deveria abranger “todo o país nos estreitos limites das deficiências locais” (*ibidem.*). Essa abordagem estava em harmonia com a ideologia desenvolvimentista predominante durante a Terceira República, que tinha como objetivo não apenas promover o desenvolvimento nos grandes centros, mas também estimular o avanço nas regiões mais carentes. No âmbito do desenvolvimento regional, merece destaque a criação do Banco do Nordeste (1952) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959).

O rápido desenvolvimento da década de 1950 deixou uma marcante influência no sistema educacional brasileiro. O crescimento econômico impulsionou a necessidade de uma expansão educacional para atender às crescentes demandas da industrialização, acelerar a modernização do Brasil e alinhar-se às exigências da indústria, que buscava padrões científicos para otimizar sua produção (Bretas; Oliveira, 2014).

Além do crescimento econômico, outros fatores estimularam a expansão do ensino no período democrático pós-Estado Novo como: o êxodo rural<sup>26</sup>, as Campanhas de Alfabetização, a urbanização do país, a crescente exigência de escolarização das mulheres e o aumento da sensibilidade dos governos às pressões populares, que passaram a demandar cada vez mais pela ampliação do ensino ofertado (Cunha, 1983; Cunha, 2000). Entretanto, o fator que mais contribuiu para o crescimento da demanda por educação no Brasil durante a Terceira República, conforme destacado por Cunha (1983), foi o deslocamento dos canais de ascensão das camadas médias.

---

<sup>26</sup>A transferência de populações de localidades rurais para urbanas pressionou as autoridades pela ampliação do ensino (CUNHA, 2000).

Antes da década de 1950 a ascensão da classe média ocorria mediante a reprodução do pequeno capital. Em outras palavras, utilizava-se certo montante para abrir pequenos negócios e a partir disso crescer economicamente. No entanto, “à medida que o processo de centralização do capital levava à monopolização na indústria e começava a repercutir no comércio e nos serviços, ficava cada vez mais difícil a sobrevivência dos pequenos negócios existentes e ainda mais difícil a abertura de novos” (*ibidem.*, p. 47), visto que essa fase da industrialização brasileira tinha como principal característica o predomínio do grande capital sobre o médio capital.

Simultaneamente à restrição do caminho “empresarial” de ascensão das camadas médias, observou-se a ampliação e especialização das burocracias públicas e privadas. Nesse cenário, os cargos burocráticos passaram a ser almejados pelas camadas médias como uma via de ascensão social. No entanto, com o processo de especialização, surgiu a exigência de formação específica para ocupá-los. Esse movimento, delineado por Cunha (1983), evidencia que as camadas médias passaram a se consolidar como um grupo de pressão político e social em favor da expansão da educação secundária e superior.

As questões mencionadas tiveram um impacto significativo no notável crescimento da escolarização de nível médio que ocorreu entre os anos de 1945 e 1964. Este foi o “fator considerado de maior importância dentre os que propiciaram o crescimento do ensino superior” (Cunha, 2000, p. 171), assim como a equivalência<sup>27</sup> da escola secundária aos demais ramos do ensino médio.

O ensino médio foi o nível que mais cresceu no período:

[...] o ‘termo de troca’ política não era qualquer escola de 1º ciclo de grau médio, mas, principalmente, a do ramo secundário, o ginásio. Isso porque o diploma do ginásio tinha um valor maior do que os demais, definido pelo próprio mecanismo de promoção escolar/ascensão social. Era o diploma do ginásio que dava acesso irrestrito ao colégio e o diploma deste, por sua vez, ao ensino superior. (Cunha, 1983, p. 75)

---

<sup>27</sup>Desde o Estado Novo, o ensino médio contava com uma estruturação dual: para as “elites condutoras”, o ensino secundário que conduzia ao ensino superior e para as massas, os ramos profissionais “que não permitiam aos seus diplomados ingressarem no grau posterior, a não ser que fossem cumpridas exigências adicionais, mesmo assim, restringindo a candidatura a cursos previamente fixados.” (Cunha, 1983, p. 77) A partir da década de 1950 surgem as “Leis de equivalência”, dispositivos legais que visavam “eliminar as barreiras que se levantavam entre o ramo secundário e os ramos profissionais do ensino médio, e entre estes e o ensino superior” (*ibidem.*, p. 78). Esses dispositivos visaram facilitar a candidatura ao ensino superior, mas só com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 essas restrições são deixadas de lado definitivamente. Esta é a “verdadeira ‘lei de equivalência’ dos cursos de grau médio, para efeito de promoção no sistema escolar. Todos os cursos de grau médio ganharam plena ‘equivalência’, garantida pela presença, nos cursos técnicos, de disciplina do secundário em ambos os ciclos.” (*ibidem.*, p. 82).

Somado aos fatores citados anteriormente, houve o aumento da demanda por cursos superiores. A resposta das autoridades se materializou em três linhas:

Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a 'federalização' de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades. (Cunha, 2000, p. 171)

Os anos de 1945 até 1964 foram palco da expansão acelerada do ensino superior no Brasil. De acordo com Cunha (1983), de 5 universidades, em 1945, o Brasil passou a ter 37 no ano de 1964, ao passo que as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564, nessas quase duas décadas. Destaca-se que o número de universidades aumentou mais de 7 vezes, enquanto o de escolas isoladas sequer dobrou. O Estado teve um papel preponderante neste crescimento.

A conjugação dos processos geradores da demanda e da oferta do ensino superior resultou num intenso crescimento das matrículas. De 27.253 estudantes, em 1945, passou-se a 142.386, em 1964, ou seja, um crescimento anual linear de 12,5%. Foi a ampliação das matrículas nas escolas públicas existentes, e a criação de novas, que respondeu pela maior parte dessa expansão. Em 1954, já em crescimento acelerado, as escolas e universidades públicas abrangiam 59,7% das matrículas, aumentando um pouco sua participação até o fim do período analisado, chegando a 61,3%, em 1964. (*ibidem.*, p. 93)

Constata-se uma transformação no panorama do ensino superior da época. “Enquanto no início da república populista<sup>28</sup> os estabelecimentos isolados preponderavam, nos anos de 1954 a 1964, a organização do ensino superior tinha forma predominantemente universitária” (*ibidem.*, p. 60).

As transformações destacadas foram, em grande parte, resultado da política de federalização de faculdades e escolas isoladas, estaduais ou privadas, que ocorreu em larga escala entre 1945 e 1964. Esse fenômeno experimentou um notável crescimento resultando no incremento da participação ativa da União no financiamento e na manutenção do ensino

---

<sup>28</sup>De acordo com Cunha (1983; 2000) a república populista é o período da história brasileira compreendido entre os anos de 1945 e 1964, fase em que vigorou o populismo, instrumento de dominação e conciliação das massas. A origem do conceito de populismo, que remonta a década de 1950, entrou em crise em fins da década de 1980, sobretudo a partir da obra de Ângela Castro Gomes, “A invenção do trabalhismo brasileiro”. A autora salientava a necessidade de enfatizar o caráter ativo do povo e propôs a ideia de “reciprocidade de interesses” em vez da dicotomia entre massas manipuladas e Estado manipulador, destacando a tensão entre manipulação e a satisfação real dos interesses do povo. Diante das críticas dirigidas ao conceito de populismo e em conformidade com o exposto na nota de rodapé 4, em alinhamento com Gomes e Ferreira (2013), optamos por utilizar o termo “Terceira República” para nos referir ao período de 1945 a 1964. O termo “populismo” surge em algumas instâncias neste trabalho devido à sua ampla utilização nas principais referências sobre o ensino superior entre 1945 e 1964. No entanto, deve-se considerar o debate historiográfico explicitado nesta nota.

superior no país. Durante esse intervalo, a implementação do processo de federalização desempenhou um papel fundamental no aumento da disponibilidade de ensino superior público e gratuito, bem como na fundação da maioria das universidades federais que existem atualmente (Cunha, 2000).

As federalizações desempenharam um papel importante na definição de um modelo universitário para o país. Segundo a primeira lei específica sobre as federalizações, o sistema federal de ensino superior visava constituir “centros unificadores do pensamento científico brasileiro” (Brasil, 1950). A Lei Nº 1.254/1950 destinava-se a regulamentar o sistema federal de ensino superior e definir a abordagem legal para o processo de federalização de IES. A norma, regulamentava IES subvencionadas pela União, faculdades e escolas mantidas pelo governo federal, e universidades federalizadas a partir da reunião de diferentes IES.

A iniciativa do Estado em criar um sistema de universidades federais vinculado à União atendia às demandas de centralização do ensino superior. Prevalecia a percepção de que a fragmentação deste nível de ensino estava associada à sua baixa produtividade e rendimento. Destacava-se a importância de aprimorar as atividades no âmbito do ensino superior como um elemento fundamental para impulsionar o desenvolvimento e a modernização do país, superando sua condição de subdesenvolvimento.

A maior referência da ideologia desenvolvimentista brasileira, Juscelino Kubitschek, tomou posse em 1956, “com êle, inicia-se uma nova forma de intervenção do Estado na economia, visando o desenvolvimento industrial. No governo Juscelinista, o Estado brasileiro se transformou num instrumento deliberado do desenvolvimento do país” (Cavalcanti, 1990, p. 1) e a necessidade de expandir o ensino superior tornou-se urgente.

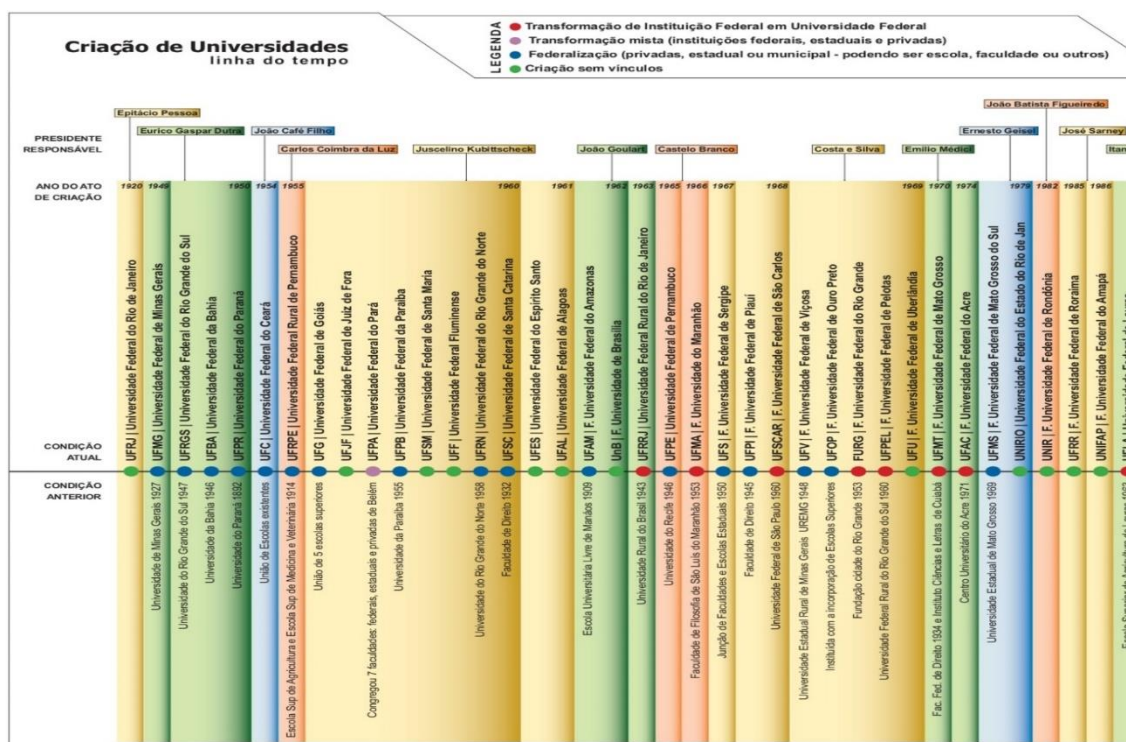
Apesar da educação não figurar entre os 31 objetivos do Plano de Metas<sup>29</sup> do governo Kubitschek, houve uma significativa expansão do sistema universitário federal durante seu mandato. Sob sua presidência, foram criadas dez universidades federais, sendo cinco fundadas sem vínculos prévios e as demais resultantes da federalização de IES já existentes (Brasil, 2021).

---

<sup>29</sup> O Plano de Metas, implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi uma iniciativa ambiciosa lançada em 1956 para atingir, em cinco anos, 31 objetivos abrangendo setores cruciais como energia, transporte, infraestrutura, indústria e agricultura. Com o intuito de superar o atraso econômico e social no Brasil, o programa implementou uma política desenvolvimentista, no qual o Estado assumiu o papel principal de agente promotor do desenvolvimento nacional.

Para concretizar as metas, o plano utilizou investimentos públicos, viabilizado principalmente através da emissão monetária, resultando em uma inflação crescente, e financiamento externo, levando à deterioração das reservas nacionais e ao aumento da dívida pública. O descontrole nas contas públicas, destinadas a cumprir os objetivos do Plano de Metas, combinado com crescentes déficits nas contas externas, desencadeou crises econômicas e dificuldades orçamentárias nos governos brasileiros, culminando numa forte crise no início dos anos 1960 (MARTINS, 2015).

**Figura 1 – Criação de Universidades: linha do tempo (Corte)**



Fonte: Ministério da Educação. [Online] Disponível em: <  
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

Segundo o documento intitulado "Criação de Universidades: linha do tempo", elaborado pelo Ministério da Educação e disponibilizado em seu portal virtual, durante a Terceira República (1945-1964), foram criadas 19 universidades federais. Dessas, apenas 6 foram fundadas sem vínculos prévios, enquanto as demais resultaram do processo de federalização de IES pré-existentes, ocorrendo em três modalidades diferentes, conforme os tipos de instituições que originaram a universidade criada (Brasil, 2021).

A expressiva ampliação da rede de universidades federais em 1960 perdeu intensidade nos anos seguintes, principalmente devido à crise econômica que se desencadeou após o término do governo JK. O crescimento acelerado durante a gestão de Juscelino resultou em aumento da inflação, descontrole nas contas públicas e crescimento da dívida externa (Martins, 2015). A “crise dos anos 60” impactou diretamente na desaceleração da expansão do sistema universitário federal.

Diante dos desafios econômicos, a estratégia de fortalecer o ensino superior do país por meio da federalização de instituições estaduais, municipais ou particulares preexistentes começou a enfrentar críticas, especialmente após a criação do Conselho Federal de Ensino (CFE) em 1962. O órgão, previsto na Lei 4024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases,

[...] opôs forte resistência a esse expediente. Justificando essa posição pela falta de recursos, sucessivos pareceres do CFE defendiam a prioridade da expansão de vagas das escolas superiores oficiais sobre a ‘federalização’ de escolas particulares, as principais candidatas a essa mudança de status jurídico-financeiro. Além do mais, a jurisprudência firmada pelo conselho dizia que nenhuma nova ‘federalização’ de escola superior deveria ocorrer enquanto as despesas do governo federal com esse grau de ensino permanecessem acima das dotações orçamentárias. (Cunha, 1983, p. 92).

### O Conselho

[...] alegava, em defesa da gratuidade restrita aos que tivessem falta ou carência de recursos financeiros, razões legais (a Constituição e a LDB) e razões de justiça social: se o Estado não tinha recursos para oferecer ensino primário gratuito a todos, seria injusto beneficiar com ensino superior muito mais caro (24 vezes o custo médio daquele), e os estudantes capazes de pagar por ele. (*ibidem.*, p. 91-92)

Apesar do crescimento no número de vagas desde o início da Terceira República, a demanda continuava a ultrapassar a oferta. Em 1946, a média de candidatos por vaga era de 1,4, em 1964 esse número subiu para 1,7, evidenciando um aumento persistente na concorrência pelas vagas no ensino superior (*ibidem.*). O “fenômeno dos excedentes” tornava-se cada vez mais evidente, revelando a existência de um número considerável de candidatos que não conseguiam ingressar nas instituições de ensino superior.

Mesmo diante desse cenário, o CFE manteve sua posição contrária à criação e federalização de IES pelo Estado no início da década de 1960. Em vez disso, o Conselho recomendava o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis nas instituições já existentes, que estavam sob a responsabilidade da União, com foco no aumento das matrículas e da produtividade, visando evitar o aumento dos gastos públicos.

Paralelo à expansão do ensino superior, a Terceira República foi palco do avanço dos debates sobre a melhor forma de conduzi-lo. De acordo com Mendonça (2000, p. 142), “o paradigma até então vigente para o ensino superior começava a ser posto em questão, sob o influxo do desenvolvimentismo que viria a alimentar as propostas de modernização desse nível de ensino, visando adequá-lo às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país.”. Vários grupos participaram deste debate, entre eles destacaram-se a comunidade científica organizada e o movimento estudantil (*ibidem.*).

A fundação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1947 representou um dos primeiros passos em direção à modernização do ensino superior. “Embora criado para atender às necessidades de formação de pessoal de alto nível para um setor específico, sua estrutura rompia com a forma como estavam organizadas até então as instituições de ensino

superior” (*ibidem.*), sobretudo com relação a adoção do sistema departamental em detrimento do catedrático<sup>30</sup>, dedicação exclusiva dos professores ao ensino e pesquisa, e funcionamento de cursos de pós-graduação para formação de professores e pesquisadores.

No final da década de 1940, surgiram mais dois espaços que influenciaram na modernização do ensino superior, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no ano de 1948, e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1949. Ambos foram de grande importância no crescimento da comunidade científica brasileira e no desenvolvimento de sua organização e articulação política. Poucos anos depois foram criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de promover a pesquisa científica, investir na formação dos quadros universitários e financiar pesquisadores e institutos especializados (*ibidem.*).

Gusso, Córdova e Luno (1985 *apud* Mendonça, 2000, p. 143) destacam as tensões envolvidas no processo de modernização do ensino superior nos anos 1950 e 1960 e:

Apontam como fatores dificultadores da sua modernização o conservantismo dos catedráticos e das congregações das universidades públicas, ampliadas com o processo das federalizações, que penetrava também os setores hegemônicos da burocracia educacional. Segundo esses autores, os postos de maior poder, na universidade e no âmbito governamental, continuavam nas mãos dos mesmos grupos que haviam concebido e executado as políticas educacionais do Estado Novo. Por essa razão, ‘os órgãos centrais do governo se colocariam sistematicamente contra mudanças mais profundas nas estruturas do ensino superior’ (*ibidem.*, p. 125), contando com o respaldo do próprio Congresso, onde inclusive vários dos parlamentares eram oriundos das congregações tradicionais. A longa e acidentada tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) seria a expressão da força dessa resistência. Para os autores, essa força seria a justificativa para o fato de que, apesar das críticas e pressões providas de diferentes setores sociais, não se tivesse conseguido encaminhar até meados da década de 1960 nenhum projeto mais abrangente de reforma universitária. A própria LDB é, a esse respeito, excessivamente tímida, praticamente nada incorporando do debate.

A tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi um processo longo e complexo, envolvendo mais de uma década de debates, até que começasse a influenciar efetivamente as transformações no ensino superior a partir de sua publicação, em 1961 (Mendonça, 2000). A elaboração da Lei teve como objetivo cumprir a determinação estabelecida pela Constituição

---

<sup>30</sup> O regime de cátedras teve início com o estabelecimento do ensino superior no Brasil. Foi uma prática herdada de Portugal e consistia em unidades ou cadeiras específicas dentro de um curso de ensino superior. Gradualmente, as cátedras se agregaram em faculdades e, posteriormente, formaram as universidades. As cátedras eram comandadas por um professor catedrático. O catedrático permanecia à frente da cátedra de forma vitalícia, até sua aposentadoria, momento em que escolhia seu sucessor. A concentração excessiva de poder nas mãos dos catedráticos gerou forte rejeição por parte de estudantes, professores jovens e intelectuais ao longo das décadas de 1950 e 1960. Esse movimento se fortaleceu e culminou na Reforma Universitária de 1968, que estabeleceu a extinção do regime de cátedras e sua substituição pelo regime departamental.

de 1946, que exigia a criação de uma legislação que orientasse as diretrizes e bases da educação nacional.

A promulgação da LDB resultou na criação do Conselho Federal de Educação (CFE). O Conselho assumiu diversas responsabilidades no âmbito do ensino superior, incluindo a deliberação sobre o funcionamento de estabelecimentos isolados, sejam eles federais ou privados, e o reconhecimento de universidades, mediante a aprovação de seus estatutos, e de estabelecimentos isolados de ensino superior (Brasil, 1961). Além dessas medidas, o CFE desempenhava o papel de avaliar os relatórios anuais dos institutos mencionados previamente, emitia pareceres sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, condicionados à verificação da existência de recursos orçamentários, e sugeria medidas para a organização e funcionamento do sistema federal de ensino (*ibidem.*).

A atuação do CFE representou mais um passo em direção à centralização das atividades de educação superior no país. Conforme destacado anteriormente, esse órgão contribuiu para o controle da expansão das práticas de federalização a partir de 1962, ano em que o Conselho começou a funcionar.

Embora tenha contribuído para a centralização das ações no ensino superior com a criação do CFE, a LDB também trouxe consigo medidas descentralizadoras, conferindo parcela de poder aos estados e ao setor privado. A Lei assegurou à iniciativa privada autonomia para oferecer ensino em todos os níveis e indicou a importância da cooperação do poder público com empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico (*ibidem.*).

A LDB reservou considerável atenção ao fomento da pesquisa no âmbito do ensino superior, destacando-a como um dos objetivos principais desse nível de ensino. A legislação direcionou recursos federais, priorizando sua aplicação no fortalecimento do sistema público de ensino, ao aprimoramento do corpo docente, estímulo à pesquisa e promoção de eventos acadêmicos, como congressos e conferências (*ibidem.*).

A norma ainda impactou o direcionamento do ensino superior ao estabelecer a equivalência dos cursos de nível médio como requisito para a prestação de exames vestibulares para ingresso no ensino superior e rejeitar dispositivos que fortaleceriam o regime de cátedras vitalícias presentes no anteprojeto da lei (Francisco Filho, 2001).

A atribuição da responsabilidade de definir a participação estudantil na administração das IES aos estatutos de cada instituição foi um aspecto controverso da Lei. Essa questão gerou uma intensa mobilização estudantil, culminando em uma greve nacional de vários meses de duração, ocorrida na segunda metade do ano de 1962. A greve teve como objetivo alcançar o aumento da participação estudantil na gestão das IES, devido ao receio dos estudantes de que



as instituições elaborassem estatutos que limitassem ou reduzissem sua participação, ou até mesmo restringissem a sua atuação a determinadas questões (*ibidem.*).

A partir da segunda metade da década de 1950, e de forma ainda mais intensa a partir de 1960, os estudantes universitários se engajaram de maneira significativa nas causas políticas e sociais, emergindo como um grupo de atuação social expressivo sob a forma da União Nacional dos Estudantes (UNE). Outros atores sociais progressistas emergiram no período, como os movimentos sindicais, as Ligas Camponesas, os movimentos de educação popular, os católicos de esquerda, as organizações de subalternos das Forças Armadas, o bloco parlamentar Frente Parlamentar Nacionalista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os nacional-revolucionários de Leonel Brizola (Ferreira, 2003).

Paralelamente, houve um notável fortalecimento das forças conservadoras em diversos setores da sociedade brasileira. Segmentos da Igreja Católica, empresariado, partidos políticos de direita, como a União Democrática Nacional (UDN), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), tiveram papel de destaque nesse contexto.

A radicalização das esquerdas e dos grupos de direita culminaram no golpe civil-militar de 1964, que interrompeu o processo de “democracia representativa em consolidação”. A experiência de democracia-liberal brasileira do período conviveu com uma “conjuntura política extremamente tensa, marcada por diversas crises políticas, autênticas tentativas de golpe de Estado” (*ibidem.*, p. 265)<sup>31</sup>.

A polarização política cresceu constantemente ao longo desses anos, com as forças de esquerda pressionando o governo de João Goulart (1961-1964) em favor das reformas de base, enquanto a direita se organizava na oposição ao governo, rotulando-o como comunista e golpista. O golpe representou a tomada de poder pela direita e a repressão aos grupos de esquerda.

A ditadura militar marcou um momento de ruptura significativo para o ensino superior brasileiro, no qual as universidades assumiram um papel fundamental nos projetos e planos do regime (Motta, 2014). O ensino superior do período foi marcado pela influência de agências estadunidenses como a *United States Agency for International Development* (USAID), pelo

---

<sup>31</sup>Ver mais em: FERREIRA, J. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3), pp 301-342.

crescimento do setor privado e pela modernização do ensino superior, materializada na Reforma Universitária de 1968<sup>32</sup>.

Desde o início do regime houve intervenção nas universidades, visando controlar o ambiente acadêmico, restringir a liberdade de expressão e o debate político. Professores e estudantes que se opunham ao regime foram perseguidos e houve uma repressão intensa às atividades estudantis. A mobilização estudantil – embora limitada pelos dispositivos repressores – continuou presente no início da ditadura, em especial no ano de 1968. Este ano foi marcado, nacional e internacionalmente, por intensas movimentações estudantis: passeatas, ocupações, protestos e confrontos com as forças de segurança do governo. Essa atuação foi desarticulada após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de dezembro de 1968, conhecido como o “golpe dentro do golpe”, o dispositivo revelou a face mais autoritária e repressiva do período ditatorial.

Os fatos narrados apontam o fim da experiência democrática da Terceira República e a mudança nos rumos do ensino superior em favor de uma visão excessivamente pragmática e privatista. A expansão acelerada do número de universidades públicas sofreu declínio diante do crescimento exponencial de faculdades privadas, resultando na perda de primazia do sistema público de IES para a rede privada.

A seguir, examinaremos a trajetória do ensino superior no estado da Paraíba, enfatizando os desafios enfrentados na sua implementação, o contexto socioeconômico e político regional, além das mudanças ocorridas durante a Terceira República, que tiveram impacto tardio na Paraíba e culminaram na criação de escolas isoladas e de uma instituição universitária no estado.

## **2.2 “Em busca da maioria intelectual e cultural da Paraíba”<sup>33</sup>: a formação do ensino superior em solo paraibano**

---

<sup>32</sup>Os primeiros anos da década de 1960 foram palco de um movimento vigoroso em busca da reforma universitária, uma demanda que se manteve após o golpe. Diante dessa pressão, o novo regime sentiu a necessidade de reestruturar o sistema de ensino superior brasileiro, resultando na promulgação da Reforma Universitária de 1968. A Reforma teve importantes medidas para a modernização do sistema universitário brasileiro: a abolição das cátedras vitalícias, introdução do regime departamental, institucionalização da carreira acadêmica, valorização da integração entre ensino e pesquisa e criação de uma política nacional de pós-graduação. Ao mesmo tempo, a Reforma Universitária foi alvo de críticas e controvérsias, especialmente em relação à percepção de uma abertura excessiva para o surgimento de um “novo ensino superior privado” de menor qualidade e guiado por interesses meramente comerciais (Neves, 2009).

<sup>33</sup> Palavras do General José de Oliveira Leite (NDHIR, 1979), então diretor da Escola de Engenharia, ressaltando a relevância do ensino superior para o estado.

### 2.2.1 Das primeiras iniciativas à criação das Escolas Isoladas

A situação geral da Paraíba no século XIX em relação às demais províncias do país era de atraso e precariedade. A infraestrutura básica do estado apresentava graves deficiências, como a falta de iluminação pública e de abastecimento de água. A qualidade da educação pública era precária, com professores recebendo salários ínfimos. Era comum as aulas serem ministradas nas residências dos professores devido à falta de prédios escolares públicos. Além disso, a disponibilidade de materiais escolares era insuficiente, e havia uma proporção consideravelmente baixa de alunos matriculados no ensino primário. Rodrigues (1986) relata que em 1866 apenas 6% das crianças em idade escolar estavam frequentando o ensino primário.

A economia da província naquela época era baseada principalmente na agricultura, com destaque para as culturas de algodão e cana-de-açúcar. Essa estrutura econômica refletia uma sociedade dividida em duas classes distintas: uma grande massa de trabalhadores empobrecidos que se dedicavam às atividades agrícolas e pecuárias, e uma pequena elite composta por proprietários de terra, frequentemente desempenhando papéis adicionais como comerciantes, políticos e funcionários públicos. Essa condição de desigualdade, segundo Nunes e Machado (2013), ainda perduraria por décadas, atravancado as possíveis mudanças sociais, econômicas e políticas da Paraíba.

Nesse contexto, profissionais liberais urbanos e segmentos médios não exerciam um papel significativo no tecido social paraibano. Conforme mencionado por Rodrigues (*ibidem.*, p. 57):

Nas cidades, havia um pequeno grupo cujo estilo de vida permitia classificá-lo entre a elite e a massa trabalhadora, sem que, todavia, pudesse ser considerada legitimamente como classe média, tanto do ponto-de-vista socioeconômico, como do ponto-de-vista sociocultural.

Os fatores ligados à composição socioeconômica da província se traduziam numa “profunda indiferença da população quanto à educação formal” que “nada representava na estratégia de sobrevivência ou de ascensão social da quase totalidade do contingente demográfico” (*ibidem.*, p. 29). Era amplamente difundida a concepção de que a educação não era essencial para alcançar enriquecimento e ascensão social. Como resultado, não havia interesse por parte da população em promover o desenvolvimento do ensino primário, médio e muito menos superior ao longo do século XIX.

Na Paraíba, marcada pelo desenvolvimento da economia agrícola, com pouca demanda tecnológica, o ensino, longe de ser uma prioridade, se constituía num enorme óbice às prementes necessidades de mão-de-obra produtiva e

“obediente”. Ter formação profissional poderia significar criticidade e exigência por melhores condições de trabalho e remuneração, o que passaria a dificultar o crescimento econômico e a exploração das elites proprietárias de terra. (Castelo Branco, 2005, p. 173)

Portanto, fica claro que:

A Paraíba carecia [...] de fatores e condições imprescindíveis ao florescimento de cursos superiores ou, mais ainda, Universidade. Esta poderia ser ali implantada em decorrência de um ato legislativo do governo central. Não surgiria, entretanto, como resposta a necessidades sentidas por contingentes significativos da população e expressas em pressões sobre a administração pública. (Rodrigues, 1983, p. 32)

Diante desse quadro, as primeiras iniciativas em prol da formação do ensino superior do estado não surgiram do povo, mas das elites que reconheciam no título de bacharel um símbolo de prestígio social, bem como por políticos locais que utilizavam essas propostas como forma de legitimar seu poder político.

[...] a preocupação não é com instrução/escolarização da população paraibana, mas apenas atender aos interesses da elite, que pretendia formar seus filhos sem que estes precisassem se deslocar da Paraíba para as províncias vizinhas, ou, até mesmo, Bahia e Rio de Janeiro, para adquirir seu diploma de “Doutor”. Além da comodidade das classes abastadas, havia também o interesse político da parte daqueles que eventualmente fossem responsáveis pela implantação dessas instituições, uma vez que isso seria contabilizado como prestígio e poder, rendendo aos interessados votos nas campanhas eleitorais e cargos junto ao serviço público. (Bezerra, 2007, p. 24)

Seguindo esta tendência, a primeira proposta de implementação do ensino superior na Paraíba surgiu durante os debates da Assembleia Constituinte de 1823. Durante o evento, um deputado paraibano defendeu a ideia, enfatizando principalmente o clima ameno e a falta de entretenimento e distrações para os estudantes (*ibidem.*). A sugestão não teve grande repercussão e o assunto só voltaria a ser debatido de forma efetiva quase um século depois.

Outras iniciativas relacionadas ao ensino superior surgiram entre o fim do século XIX e início do XX, como o Instituto Jurídico Paraibano, a Universidade Popular e o curso de Agrimensura, as duas últimas criadas durante o governo Castro Pinto (1912-1915). Porém, “diante da precariedade do sistema de instrução pública na Paraíba, qualquer tentativa de implantação, seja de cursos superiores seja de um protótipo de Universidade, como a Universidade Popular<sup>34</sup>, seria fadada ao fracasso” (Castelo Branco, 2005, p. 37) e foi exatamente isso que se verificou com as experiências mencionadas.

---

<sup>34</sup>A Universidade Popular consistiu numa série de conferências realizadas no Lyceu Parahybano entre 1913 e 1921. Apesar do nome não tinha caráter universitário nem popular. Foram aproximadamente 12 palestras que se propunham tomar como público-alvo trabalhadores, alunos do Lyceu e a intelectualidade do estado. As

No caso da Universidade Popular, apesar de fadada ao fracasso no propósito de criação do ensino superior na Paraíba (*ibidem.*), consistiu numa experiência inovadora, ao proporcionar um movimento pioneiro de aglutinação de políticos, intelectuais e educadores em torno de conferências de cunho científico e acadêmico (Machado; Nunes e Vasconcelos, 2015)

A transição do século XIX para o XX não resultou em mudanças significativas na situação econômica do estado, que permaneceu predominantemente voltado para o cultivo do algodão e açúcar. Socialmente, o federalismo estabelecido com a promulgação da República fortaleceu ainda mais as oligarquias locais, ampliando seus poderes e consolidando a dominação baseada no coronelismo, mandonismo e nas relações de compadrio (Castelo Branco, 2005).

Sem alterações significativas na estrutura socioeconômica do estado no início do século XX, a educação continuou praticamente a mesma, com índices exorbitantes de analfabetismo e baixíssima adesão à educação formal. Conforme o recenseamento de 1920, a taxa de analfabetismo na Paraíba alcançava 86,6%, e dos cerca de 900.000 habitantes do estado, somente aproximadamente 0,6% frequentavam as escolas primárias estaduais (Rodrigues, 1983, p. 35-36).

A formação das classes médias nas áreas urbanas, segmento social fundamental para o crescimento da demanda pela expansão do ensino superior, foi tardia no contexto paraibano, tornando-se perceptível somente a partir das décadas de 1940 e 1950. Conforme destacado por Bezerra (2006, p. 34):

Apesar das mudanças que vinham ocorrendo no Brasil pós-30, a Paraíba ainda estava mergulhada na antiga estrutura onde imperava a política de favores e a força do coronelismo, em que as ações governamentais se limitavam à atuação da personalidade política, representando uma elite latifundiária que lhe garantia sucesso nas eleições [...]

A criação da primeira escola de ensino superior na Paraíba evidencia de forma representativa o domínio das oligarquias locais e a força do personalismo político nos acontecimentos processados no estado. A “Escola de Agronomia do Nordeste” surgiu em 1934 por iniciativa do político areense José Américo de Almeida<sup>35</sup>. Almeida utilizou do seu prestígio

---

conferências versavam sobre diversos temas considerados relevantes para a introdução da modernidade na Paraíba da Primeira República como instrução pública, voto, higiene, literatura e direitos da mulher. Essa “miragem universitária” fragmentada e desconectada da realidade da maioria da população não obteve aderência nem continuidade significativas (Costa; Espíndola, 2017; Rodrigues, 1983).

<sup>35</sup>José Américo de Almeida (1887-1980) foi um importante político e intelectual paraibano, nascido no município de Areia. Almeida foi uma figura relevante para o movimento de 1930 e ocupou diversos cargos durante os governos de Getúlio Vargas – interventor, embaixador, ministro de Viação e Obras Públicas e do Tribunal de Contas da União. Foi eleito governador da Paraíba e ocupou o cargo nos anos 1950 à 1953 e 1954 à 1956.

junto ao governo federal e da sua influência no âmbito estadual para criar a primeira instituição de ensino superior do estado na sua terra natal, o município de Areia, um dos principais redutos das oligarquias paraibanas à época (*ibidem.*).

Com base em seu relato durante a entrevista conduzida pelo Projeto História da UFPB (Almeida, 1980), a escola foi conquistada através de um acordo político entre José Américo de Almeida e o político Juarez Távora. Almeida conseguiu que Vargas nomeasse Távora como Ministro da Agricultura. Em contrapartida, como parte dessa troca de favores, foi acordada a instalação da instituição de ensino superior no município de Areia.

A escola deveria alinhar-se aos propósitos do ministério liderado por Juarez Távora. Ademais, a criação de um curso agrícola era justificada pelas particularidades da região, caracterizada como uma “zona rural com clima propício à cultura de cana e cereais”, conforme apontado por Almeida (*ibidem.*). A despeito disso, a Escola “não foi bem recebida pela elite da cidade de Areia, que vislumbrava na formação de médicos, advogados e sacerdotes a garantia de prestígio, tradição e erudição, desejando permutar a Escola por uma Faculdade de Direito” (Castelo Branco, 2005, p. 150). Entretanto, devido ao compromisso assumido com o Ministério da Agricultura, a oferta se restringia a um curso superior na área agrícola, concretizando-se essa alternativa.

A partir de 1945, com a redemocratização do país após o período ditatorial do Estado Novo, presenciamos na Paraíba o declínio da política coronelística. O domínio dos coronéis cedeu lugar às dinâmicas político-partidárias como nova base das relações de poder no estado (Cittadino, 1998). Nesse contexto, observa-se o fortalecimento do poder público em detrimento do poder privado dos coronéis, acompanhado pela incorporação dos grupos populares, especialmente urbanos, nas decisões políticas.

Durante o período compreendido entre 1940 e 1960, o estado experimentou um crescimento populacional de 42% (Rodrigues, 1983). Esse aumento demográfico, aliado à migração das populações rurais para os centros urbanos, exerceu um impacto significativo no aumento das matrículas no ensino básico. Nesse mesmo intervalo, registrou-se um crescimento de 94% nas matrículas do ensino primário e de 504% no ensino secundário (*ibidem.*). Os indivíduos provenientes desses níveis educacionais formaram os grupos de pressão que impulsionaram a demanda pela expansão do ensino superior no estado.

O aumento da demanda por educação superior na Paraíba não resultou “do processo de urbanização e industrialização estadual”, uma vez que este se encontrava “bem abaixo do nível

---

Considerado o “mentor do ensino superior paraibano” teve papel ativo na criação de diversas escolas de ensino superior do estado nas décadas de 1930-1950 e fundou a Universidade da Paraíba em 1955.

verificado no contexto nacional” (Castelo Branco, 2005, p. 172). Em vez disso, surgiu da influência exercida pelos grandes centros urbanos, que moldavam as perspectivas das elites e das camadas médias do estado por meio dos meios de comunicação, tais como a imprensa, o rádio e a televisão. Esses segmentos sociais começaram a reconhecer a educação superior como um recurso fundamental para a ascensão social e, especialmente para a classe média, como um meio eficaz de evitar a proletarização.

Passou-se uma década até outra escola superior surgir no estado, dessa vez na capital e de natureza privada. A criação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1947, da mesma forma que a Escola de Agronomia, foi recebida com indiferença pela imprensa da época (Rodrigues, 1983).

O ímpeto pela formação de um “ambiente universitário” na Paraíba começou a ganhar força na virada da década de 1940 para 1950. Essa tendência tornou-se evidente, especialmente com a criação, em 1948, de uma Comissão de Planejamento do Ensino Superior na capital do estado. A comissão evidenciou a preocupação do governo estadual com o ensino superior, embora as principais iniciativas para fomentar esse debate fossem lideradas, em grande parte, pelas elites vinculadas ao setor privado (Lima, 2021).

Constatou-se uma mudança na posição da opinião pública em relação à questão universitária nesse período. O interesse da imprensa cresceu substancialmente ao divulgar a criação da Faculdade de Medicina, em 1951. Desde então, conforme evidenciado pelas referências exploradas, observam-se sucessivas criações de cursos e faculdades de ensino superior no estado, frequentemente destacados com entusiasmo pelos jornais locais<sup>36</sup>.

Enquanto a imprensa e a comunidade local foram receptivas à criação da escola,

[...] certos setores da comunidade mais ampla do país mostram-se avessos à iniciativa, considerando sobretudo que o saber não tinha condições de penetrar regiões economicamente fechadas e atrasadas. Essa posição foi assumida por determinados porta-vozes de setores da própria classe médica brasileira [...] O prof. Geraldo de Paulo Souza, médico de nome internacional, é um dos elementos que se coloca de viva voz contra o empreendimento, protestando contra "a proliferação de faculdades de medicina que estava ocorrendo no país" e pondo-se de público em posição contrária "as fábricas de doutores que não preparavam médicos, mas somente concediam títulos a vaidosos elementos de cidades do interior". Os discursos em torno da Faculdade de Medicina punham em relevo a questão das desigualdades regionais e a hegemonia econômica de outras regiões sobre o Nordeste. (Formiga; Limeira, 1986).

---

<sup>36</sup> A avaliação da postura da imprensa em relação à criação dos estabelecimentos isolados de ensino superior no estado foi conduzida por Rodrigues (1986) no primeiro capítulo da sua tese intitulada “Sociedade e universidade: um estudo de caso”.

Além da escassez de recursos e do tamanho reduzido do estado, um argumento frequentemente levantado contra a instalação do ensino superior na Paraíba era a proximidade de Recife, que já abrigava instituições de ensino superior semelhantes. Isso evidencia não apenas a hegemonia econômica que Recife exercia sobre a Paraíba, mas também sua hegemonia cultural. (*ibidem.*)

Bezerra (2006, p. 39) destaca a resistência do “Centro-Sul do país, de estados vizinhos, de órgãos do governo federal e, até mesmo, a falta de confiança dentro do próprio estado.”. De acordo com o autor:

Para representantes políticos e a imprensa do Sudeste, não havia a necessidade de um ensino tão elevado em um estado de pouca expressão econômica como a Paraíba. O estado de Pernambuco tinha interesse em manter o monopólio de verbas destinadas à educação superior na região. Assim, a Diretoria de Ensino Superior (órgão ligado ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro) dificultou o reconhecimento das instituições, argumentando a proximidade territorial com Recife (detentora de uma tradicional Faculdade de Direito formadora da intelectualidade de boa parte da elite nacional). Dessa forma, a precariedade das instalações físicas, os poucos recursos financeiros e a falta de qualificação de profissionais, justificavam a não autorização de funcionamento das instituições de ensino superior na Paraíba.

A implementação do ensino superior na Paraíba não foi uma tarefa fácil. Apesar da oposição de certos grupos, o ensino superior do estado se firmou, financiado principalmente pela iniciativa privada. De maneira semelhante ao que ocorreu em nível nacional, o ensino superior se disseminou no estado por meio de estabelecimentos de ensino isolados.

Como demonstra o quadro abaixo, o ensino superior paraibano cresceu consideravelmente a partir do final da década de 1940. A instalação desses cursos se deu principalmente na capital do estado, mas também foi estendida aos municípios de Areia e Campina Grande, segunda maior cidade da Paraíba.

**Quadro 1** – Ensino superior na Paraíba antes da federalização da Universidade da Paraíba.

| <b>Ano de criação</b> | <b>Denominação</b>                | <b>Localização</b> | <b>Natureza</b> |
|-----------------------|-----------------------------------|--------------------|-----------------|
| 1934                  | Escola de Agronomia do Nordeste   | Areia              | Estadual        |
| 1947                  | Faculdade de Ciências Econômicas  | João Pessoa        | Privada         |
| 1949                  | Faculdade de Filosofia da Paraíba | João Pessoa        | Estadual        |
| 1949                  | Faculdade de Direito da Paraíba   | João Pessoa        | Privada         |
| 1951                  | Faculdade de Medicina             | João Pessoa        | Privada         |
| 1951                  | Faculdade de Odontologia          | João Pessoa        | Privada         |
| 1951                  | Escola de Serviço Social          | João Pessoa        | Privada         |
| 1952                  | Escola de Engenharia              | João Pessoa        | Privada         |



|      |                                                       |                              |          |
|------|-------------------------------------------------------|------------------------------|----------|
| 1952 | Escola Politécnica da Paraíba                         | Campina Grande               | Estadual |
| 1953 | Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (Lourdinias) | João Pessoa                  | Privada  |
| 1954 | Faculdade Católica de Filosofia                       | Campina Grande               | Privada  |
| 1955 | Escola de Enfermagem                                  | João Pessoa                  | Estadual |
| 1955 | Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande    | Campina Grande               | Privada  |
| 1955 | Universidade da Paraíba                               | João Pessoa e Campina Grande | Estadual |
| 1956 | Faculdade de Farmácia                                 | João Pessoa                  | Privada  |

Fonte: Bezerra, (2007).

Os idealizadores dessas instituições eram provenientes de diversas esferas, incluindo entidades religiosas, associações profissionais e o governo estadual. Das 13 instituições criadas entre 1947 e 1956, aproximadamente 70% eram de caráter privado. Assim como as IES estaduais, os estabelecimentos privados também dependiam de doações do poder público. Era comum, especialmente no caso dos cursos de saúde, devido aos seus elevados custos operacionais, depender do suporte financeiro fornecido pelo governo federal para seu funcionamento. A natureza estadual das IES não implicava gratuidade do ensino. Nesse contexto, tanto as instituições privadas quanto as estaduais cobravam taxas dos alunos, restringindo o acesso da educação superior a um contingente bastante limitado.

Mário Moacyr Porto (1980, p. 2) se refere ao período das escolas isoladas como a “fase heróica” das faculdades paraibanas. Particularmente em relação à Faculdade de Direito, Porto enfatiza as condições infraestruturais “precaríssimas”, dotações orçamentárias ínfimas e a remuneração “puramente simbólica” dos professores que atuavam nas instituições isoladas, puramente por sua “boa vontade e espírito de sacrifício e renúncia”. Essa condição foi destacada por todos os professores entrevistados pelo Projeto História da UFPB entre 1979 e 1980 que atuaram durante o período das escolas isoladas.

Apesar de suas limitações, foi a partir dessas instituições que se delineou um ambiente propício para a primeira iniciativa concreta de estabelecer uma universidade em solo paraibano.

O funcionamento efetivo das escolas superiores isoladas estaduais e particulares, o satisfatório contingente de alunos, abrindo margem para uma crescente procura de cursos, o andamento precário de algumas escolas por falta de infraestrutura financeira, a formação a curto e médio prazos de mercados de trabalho nos diversos ramos profissionais, como Medicina, Odontologia, Magistério Secundarista, Advocacia e Engenharia, seriam as condições propulsoras de criação da Universidade Estadual da Paraíba, em 1955. Dificuldades materiais levariam o governo a encampar algumas Escolas para que pudessem sobreviver. (Formiga; Limeira, 1986)

O governo estadual, que até então, tinha sua contribuição no ensino superior ocorrendo “basicamente através da doação de prédios públicos e reconhecimento, por lei, dos cursos, escolas e faculdades” (Bezerra, 2006, p. 40), tornou-se o principal gestor e financiador do ensino superior do estado a partir da criação da Universidade da Paraíba, em 1955, inaugurando um novo capítulo na história do ensino superior paraibano.

### **2.2.2 A Universidade da Paraíba: tempos de escassez e incertezas**

A Universidade da Paraíba foi criada pela Lei Estadual nº 1.366 de 2 de dezembro de 1955. A iniciativa foi liderada pelo então governador José Américo de Almeida, contando ainda com a contribuição dos professores fundadores das escolas isoladas e da Comissão de Planejamento do Ensino Superior (Leite, 1979; Gouveia, 1980).

De acordo com a Lei Nº 1.366, a Universidade foi composta inicialmente por duas categorias de instituições: incorporadas e agregadas. As instituições incorporadas eram mantidas pelo Estado da Paraíba, ao passo que as agregadas, preservando sua personalidade jurídica, continuavam a ser sustentadas financeiramente pelas entidades que as fundaram. Nesse sentido, a agregação das instituições à universidade tinha o objetivo exclusivo de “criar e fortalecer o vínculo universitário” das IES paraibanas.

Foram incorporadas à UP, a Faculdade de Filosofia da Paraíba, Faculdade de Odontologia da Paraíba, Escola Politécnica da Paraíba e Escola de Enfermagem da Paraíba; e agregadas a Faculdade de Direito da Paraíba, Faculdade de Medicina da Paraíba, Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, Escola de Engenharia da Paraíba e Escola de Serviço Social.

A criação da UP não resultou em alterações substanciais na responsabilidade financeira do estado. Todas as instituições incorporadas já possuíam natureza estadual, com exceção da Faculdade de Odontologia, único estabelecimento que foi transferido para a responsabilidade do estado da Paraíba após a fundação da UP. As IES estaduais, que cobravam taxas aos alunos antes da estadualização, continuaram a prática após a transformação em universidade devido à escassez dos recursos estatais. As instituições agregadas, todas de caráter privado, mantiveram-se financiadas por particulares e pelos alunos. Portanto, além da estadualização da Faculdade de Odontologia, os únicos encargos adicionais para o estado da Paraíba após a criação da universidade referem-se aos custos associados à manutenção da reitoria universitária.

Nesse contexto, a aglutinação das IES sob a forma universitária acarretou, principalmente, uma transformação de ordem administrativa., uma vez que todas as instituições, fossem incorporadas ou agregadas, passaram a estar subordinadas a uma autoridade central, o

Reitor, e ao Estatuto, aprovado em outubro de 1956. Conforme o documento, a Universidade da Paraíba deveria perseguir os seguintes propósitos:

- a) estimular a investigação e a cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b) concorrer para o aprimoramento da educação, entendida no seu conceito integral;
- c) empenhar-se pela formação e difusão de uma cultura superior, adaptada as realidades brasileiras;
- d) contribuir para a formação das elites dirigentes;
- e) fomentar a cooperação no trabalho intelectual;
- f) concorrer para o desenvolvimento da solidariedade humana. (1956, p. 1)

As finalidades delineadas no Estatuto da UP sugerem particularidades da visão sobre a educação superior almejada pela instituição. Os propósitos apontam para uma perspectiva elitista e academicista da educação superior, que buscava disseminar uma *cultura superior* e formar as *elites dirigentes* do estado.

O elitismo dessa fase foi descrito por Newton Leite, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) entre 1959 e 1961, e aluno da Universidade da Paraíba nos anos de 1959 a 1961 e 1966 a 1971. Leite (1980) afirmou notar uma diferença expressiva na constituição do alunado dos dois períodos. Enquanto, no início, a composição estudantil era notavelmente restrita, o segundo momento representava uma mudança, já que a universidade buscava ampliar as oportunidades ao adotar uma abordagem mais flexível nos critérios de ingresso. Conforme narrado pelo egresso:

No período de 1958 a 61 nós verificamos que alguns privilegiados tinham acesso a Universidade. Para exemplificar, eu me lembro do vestibular que foi feito em 1958, onde de Engenharia houve aproximadamente 100 candidatos e somente 02 foram aprovados [...] O curso de Engenharia funcionou com dois alunos. Era um elitismo que existia, digamos não muito social, mas um elitismo intelectual. [...] Então realmente naquele tempo o acesso à Universidade era muito vetado, era muito difícil, era muito elitista (1980, p. 3).

Retornando às finalidades estabelecidas no Estatuto, observa-se que nenhum dos pontos abordava explicitamente a preparação profissional dos alunos, indicando uma ênfase na formação cultural e teórica em detrimento dos aspectos técnicos e práticos. Essa concepção adotava uma abordagem focada na erudição e alinhada com as tendências predominantes no ensino superior anterior à década de 1960. A partir da década de 1960, as universidades passam por uma transformação significativa, o ensino superior passa a priorizar formação profissional e comprometer-se com o desenvolvimento econômico nacional e regional como parte essencial de sua missão institucional.

Mesmo com a recepção favorável dentro do estado, a situação da Universidade da Paraíba não transformou de forma efetiva a precariedade que os institutos enfrentavam antes da

sua união sob administração estadual. As críticas a Universidade eram constantes e estavam presentes desde seu surgimento, com a opinião pública de fora do estado taxando-a de desnecessária ou mesmo ignorando sua fundação.

Para representantes políticos e a imprensa do Sudeste, não havia a necessidade de um ensino tão elevado em um estado de pouca expressão econômica como a Paraíba. O estado de Pernambuco tinha interesse em manter o monopólio de verbas destinadas à educação superior na região. Assim, a Diretoria de Ensino Superior (órgão ligado ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro) dificultou o reconhecimento das instituições, argumentando a proximidade territorial com Recife (detentora de uma tradicional Faculdade de Direito formadora da intelectualidade de boa parte da elite nacional). Dessa forma, a precariedade das instalações físicas, os poucos recursos financeiros e a falta de qualificação de profissionais, justificavam a não autorização de funcionamento das instituições de ensino superior na Paraíba. (Rodrigues, 1983, p. 39)

Muito do que se alertava se efetivou com a fundação da universidade. Logo que começou a funcionar, a instituição passou a enfrentar diversos problemas: instalações precárias, falta de professores e escassez de recursos financeiros. “O governo estadual não dispunha de condições para manter a instituição que criara” e como resultado “esta passou a depender de forma vital dos recursos federais a ela repassados.” (Rodrigues, 1983, p. 42).

Os repasses federais para o ensino superior não eram provenientes de uma política orçamentária específica; eles estavam atrelados à influência dos políticos locais, o que resultava em uma irregularidade de recursos para o funcionamento da universidade (Bezerra, 2006, p. 43). Diante desse cenário de penúria e considerando as subvenções federais já destinadas às escolas isoladas e à Universidade da Paraíba, deu-se início à campanha pela federalização da instituição. O objetivo era buscar recursos federais estáveis para aprimorar o funcionamento da universidade.

### **2.2.3 “Salvação, sobrevivência e desenvolvimento”<sup>37</sup> do ensino superior paraibano: a federalização da Universidade da Paraíba**

A manutenção da universidade apresentou-se como um complexo desafio para o governo da Paraíba, a instituição enfrentava uma condição de grave precariedade e dependia das instáveis verbas provenientes do governo federal para seu funcionamento. Nesse contexto,

---

<sup>37</sup> Termos utilizados por Mário Moacyr Porto em entrevista ao projeto História da UFPB (NDHIR, 1979) para definir a importância da federalização para a continuidade da instituição universitária no estado.

A federalização se fazia premente, na expectativa de desafogo dos cofres estaduais, melhoria dos quadros universitários e ampliação de maiores possibilidades de acesso, sobretudo às classes médias, em virtude de uma aguardada gratuidade do ensino e por não requerer a locomoção para outros centros culturais. (Castelo Branco, 2005, p. 171)

Em consonância com esse raciocínio, professores, alunos, intelectuais e políticos locais se envolveram na campanha em prol da federalização da instituição. Nacionalmente, havia condições favoráveis para que esta demanda fosse aceita, considerando o número expressivo de instituições de ensino superior federalizadas entre as décadas de 1940 e 1950.

A ideia da federalização surgiu como uma forma de salvação. Representava a sobrevivência da Universidade, bem como a liberação do estado da Paraíba do pesado encargo de manter a instituição, embora precariamente. Para os professores e funcionários se apresentava como uma perspectiva de melhoria salarial e para o alunado significava o ensino gratuito, ampliando desta forma as oportunidades de acesso das camadas menos favorecidas da sociedade ao ensino superior. (Cavalcanti, 1990, p. 12)

A campanha pela federalização ganhou mais impulso em 1960, menos de cinco anos após a criação da UP. A proposta de federalizar a Universidade da Paraíba “surgiu da benéfica loucura do General”<sup>38</sup> José de Oliveira Leite, professor fundador da Escola de Engenharia da Universidade da Paraíba. Conforme narrado pelo deputado Abelardo Jurema, principal articulador da proposta, esse foi um compromisso que ele assumiu “depois de estar sendo acutilado diariamente pelo General Leite [...] ele só pensava nisso, não pensava em Exército, não pensava em nada, só pensava na federalização da Universidade” (Jurema, 1979, p.1).

Além de mobilizar um político do estado de forte projeção nacional, General Leite se articulou com o movimento estudantil universitário, representado pela União Estadual dos Estudantes (UEEP), instituição bastante atuante no período. Imediatamente após a apresentação da proposta de Leite, os líderes da UEEP partiram para o Rio de Janeiro, onde se encontraram com Jurema para discutir a viabilidade da federalização. Ao retornarem à Paraíba, organizaram um ato público em frente à Faculdade de Direito para dar início à campanha.

O líder da UEEP na época, Luís Lidenberg Farias, salienta que o reitor da época, o professor João Medeiros da Escola de Medicina, foi convidado, mas recusou-se a comparecer e expressou ceticismo em relação à iniciativa. Segundo o relato de Farias, o reitor afirmou “que não sabia como uma pessoa de bom senso como eu ia atrás das loucuras do General e que a federalização era coisa para 50 anos” (Farias, 1980, p. 15).

---

<sup>38</sup> Palavras do líder estudantil Luís Lidenberg de Farias (1980, p. 13).

De acordo com o líder estudantil, não apenas o reitor desacreditava no movimento. No ato inicial da campanha, poucos professores compareceram, “porque a essa altura os professores não acreditavam no êxito da federalização”. No entanto, tanto o movimento estudantil quanto o deputado Abelardo Jurema persistiram na iniciativa. Jurema, então deputado do PSD e líder da maioria durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), tinha forte prestígio junto ao governo federal e utilizou seu capital político para articular o rápido andamento do projeto.

O período de campanha pela federalização da UP coincidiu com a posse do novo reitor da Universidade, o professor da Faculdade de Direito Mário Moacyr Porto, uma figura crucial para o êxito do processo de federalização da UP e sua subsequente implementação. A nomeação de Porto como reitor destaca a importância central que o movimento estudantil universitário detinha naquele período.

Em 1959, a UEEP, diante da inoperância do Reitor João Medeiros em relação às demandas estudantis, iniciou um movimento contra sua recondução à reitoria. Conforme descrito por Farias (1980, p. 5-6), em um trecho que evidencia o personalismo que influenciava as tomadas de decisão na universidade naquela época, embora os professores da UP concordassem que Medeiros não tinha sido um reitor eficaz, reconheciam sua conduta como um bom cidadão e sustentavam que não demonstrariam oposição a ele, “porque Dr. João era pediatra dos filhos deles, tratava de graça não cobrava nada. Apesar de nós advertirmos que os problemas da Universidade não deveriam ser analisados dessa maneira [...]”.

Sem êxito na persuasão junto aos professores da instituição, o movimento estudantil buscou minar o “esquema para a recondução do Dr. João Medeiros”, conseguindo convencer um dos professores presentes na lista tríplice a efetivamente concorrer ao cargo. Antônio Augusto Arroxelas (1980, p. 6-7), estudante da Faculdade de Odontologia da Paraíba e Presidente da UEEP entre 1961 e 1962, descreve a iniciativa dos estudantes em procurar um Reitor que verdadeiramente atendesse às expectativas dos discentes:

Nós estudantes nos reunimos e chegamos a conclusão que dos três nomes, aquele que apresentava no momento melhores qualidades seria o do Dr. Mário Moacyr Porto.

Uma grande comissão constituída de estudantes foi até a casa do Dr. Mário Moacyr Porto, eu fiz parte desta comissão. E nós procuramos saber as possibilidades da aceitação, quando

Dr. Mário nos informou que tinha apenas aceito o seu nome para efeito de compor, quando então nós chamamos a atenção dele que, sendo assim, a lista não seria tríplice mas apenas de dois nomes. Praticamente era um esquema para a recondução do Dr. João Medeiros que não interessava aos estudantes do período. Ele caiu por terra diante da informação, mas dizia que não havia possibilidades porque ele não tinha condições de acumular pois era presidente do Tribunal de Justiça.

Diante de nossa argumentação ele ficou de estudar o caso e posteriormente chegou a conclusão de que realmente não havia incompatibilidade. E aceitando a indicação, essa indicação criou corpo com pressão dos estudantes e como ele era um nome bem visto pelo próprio governador, terminou sendo indicado.

Mario Moacyr Porto, empossado em abril de 1960, foi uma figura fundamental para o andamento célere do projeto. Lima (2016) ressalta a utilização de recursos pessoais pelo novo Reitor para custeio das viagens realizadas com o propósito de solucionar questões relacionadas aos trâmites do projeto de federalização. Sua atuação foi ainda mais destacada na implementação da federalização, como veremos no capítulo a seguir.

Enquanto o projeto de lei avançava, a imprensa, especialmente o jornal oficial “A União”, desempenhou um papel significativo na cobertura e mobilização com favor da federalização da Universidade da Paraíba (Porpino, 2021). No ano de 1960, “A União” veiculou 40 publicações sobre o tema, engajando a população paraibana a favor dessa causa, referida como uma “velha aspiração da classe universitária e de quantos sonharam com a emancipação cultural do Estado”<sup>39</sup> pelo periódico. Não é uma simples coincidência que, durante esse mesmo período, o governo da Paraíba, que estava à frente do jornal, fosse comandado pelo PSD, o mesmo partido do deputado Abelardo Jurema, titular do projeto de federalização.

Apesar da vinculação da federalização com o partido do político encarregado da iniciativa, a obtenção de uma universidade federal era amplamente apoiada pela sociedade paraibana como um todo, independente da filiação político-partidária. Constatou-se apenas um único conflito relacionado à federalização da UP, centrado na figura do deputado udenista João Agripino. De acordo o editorial “Contra a Universidade” (Contra [...], 1960, p. 3):

[...] na maior *surpresa* e na mais chocante decepção para os paraibanos: o deputado João Agripino, através de uma questão de ordem parlamentar tão inoportuna quanto nociva colocou uma pedra no caminho do projeto da federalização da Universidade da Paraíba [...] o laço burocrático armado pelo deputado João Agripino no caminho até então tranquilo do projeto deixou no espírito dos paraibanos uma mágoa que a eventualidade da vitória removendo a questão de ordem não conseguiu dissipar.

Os “entraves burocráticos” criados por Agripino ao projeto também apareceram nas publicações intituladas “Federalização: Abelardo derrota Agripino e projeto volta ao ritmo 'a jato'” e “João Agripino quis enterrar o Projeto de Federalização”, de dezembro de 1960. Dado que Agripino e Jurema eram de partidos opostos, é provável que os obstáculos impostos pelo

<sup>39</sup>CONTRA a Universidade. **A União**, João Pessoa, n. 304, p. 3, 11 dez. 1960

primeiro tenham surgido de rivalidades político-partidárias. O adiamento não parecia ter como objetivo frustrar o projeto de federalização, mas sim permitir a Agripino ganhar tempo no novo governo federal liderado por Jânio Quadros, do qual era aliado, para destacar sua importância como principal líder político do estado da Paraíba.

Embora tenha o fato tenha sido alardeado pelo jornal “A União” como um entrave, ao que se compreende nas análises das fontes, não houve qualquer tipo de obstrução ao processo de federalização do ensino superior, mas tão somente divergências de natureza política com a demarcação de poder de duas lideranças expressivas em ascensão na Paraíba dos anos de 1960, Agripino (UDN) e Jurema (PSD).

A caracterização de Agripino pelo jornal associado ao PSD como “a pedra no caminho do projeto” e a evocação de que “ainda permanece a sua lembrança no espírito das classes cultas e dos estudantes da nossa terra, como um corpo estranho a irritar permanentemente a opinião pública mais sadia” (Contra [...], 1960, p. 3), refletem uma narrativa politicamente carregada, evidenciando nos discursos publicados as tensões entre as facções políticas emergentes na época e a utilização do ensino superior como instrumento de mobilização política da população.

Em entrevista ao NDHIR, quando questionado, Abelardo Jurema (1979) negou a existência de forças políticas que pudessem ser consideradas como obstáculos para a tramitação do projeto de federalização. No entanto, Jurema reconheceu o impedimento causado por representantes de outros estados. Para superar esse desafio, o deputado afirma ter colaborado com as universidades de Alagoas, Rio Grande do Norte e São Carlos para aumentar o número de votos favoráveis à aprovação do seu projeto de federalização. Nesse contexto, podemos afirmar que a federalização da Universidade da Paraíba contribuiu para o processo de federalização de outras universidades no país.

Desde o lançamento do Projeto de Lei (PL) até sua aprovação transcorreram pouco mais de cinco meses (Porpino, 2021). O progresso ágil da iniciativa foi conquistado principalmente pelo prestígio político do autor do projeto, mas também contou com o engajamento do movimento estudantil, a participação ativa do Reitor Mário Moacyr Porto e o incentivo da imprensa paraibana.

O ex-presidente do DCE, Newton Leite (1980, p. 26-27), descreveu as expectativas da comunidade acadêmica em relação à consumação do processo de federalização:

Por parte do corpo discente a nossa *idéia* fundamental, a que mais prevalecia para nos dar ânimo para lutar pela Federalização, seria o maior aporte de verbas, é evidente. Melhor estruturação física da Universidade, a permissão de liberdade do nosso estudante em transferir-se para outras Universidades federais congêneres, a respeitabilidade que a Universidade passaria a ter,



apesar de um escritor que falou até em Universidade de 'Caixa Prego'. Apesar disso tudo, nós sabíamos que a Federalização significava um reconhecimento patente do poder, da pujança da Universidade que começava a emergir e estava se firmando. E isso nos deu muito ânimo pra luta. E sabíamos também que além disso, viria melhores salários para os professores, melhores salários para os funcionários, significando no futuro uma melhor qualificação desse corpo docente e do corpo auxiliar da Universidade.

Reconhecida como um elemento revolucionário diante das dificuldades que o ensino superior enfrentava no estado da Paraíba, a federalização foi acolhida com grande entusiasmo pela população local. Essa iniciativa foi interpretada como uma conquista significativa do povo paraibano, representando um passo decisivo em direção à sua autonomia cultural e acadêmica.

A criação da Universidade Federal da Paraíba se revelou como o passo crucial para consolidar e elevar a qualidade do ensino superior no estado da Paraíba. No próximo capítulo, examinaremos as primeiras repercussões desse processo nos âmbitos acadêmico, financeiro e administrativo da Universidade, refletindo sobre as principais características da educação superior paraibana nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964.

### **3. IMPLEMENTAÇÃO DA FEDERALIZAÇÃO DA UFPB: DESAFIOS E PROTAGONISMO ESTUDANTIL**

A Universidade da Paraíba foi federalizada por meio da Lei Nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960 (Brasil, 1960). Com essa legislação, a UP passou a fazer parte do Ministério da Educação e Cultura e teve seu financiamento incorporado ao orçamento da União. A autonomia didática, disciplinar, administrativa e financeira que a instituição detinha antes da federalização foi preservada, uma vez que o Estatuto de 1956 já conferia essas prerrogativas à universidade.

A UFPB foi criada, unificando as instituições anteriormente diferenciadas e eliminando a distinção entre incorporadas e agregadas. Todas as escolas passaram a compartilhar das mesmas prerrogativas. As unidades que compunham a UFPB foram então designadas como: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Odontologia; Escola Politécnica; Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina e Escola Anexa de Enfermagem; Faculdade de Ciências Econômicas; Escola de Engenharia; Escola de Serviço Social da Universidade da Paraíba; Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande; e Faculdade de Farmácia da Paraíba.

Considerando o Quadro 1, que foi apresentado no capítulo anterior e listou as instituições de ensino superior existentes na Paraíba antes da federalização da Universidade da Paraíba, observamos que das 14 IES paraibanas existentes até a federalização, 11 passaram a fazer parte da UFPB. Apenas a Escola de Agronomia do Nordeste, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a Faculdade Católica de Filosofia permaneceram independentes da instituição.

As duas faculdades de filosofia encerraram suas atividades poucos anos após a criação da UFPB. Já a Escola de Agronomia de Areia, federalizada em 16 de janeiro de 1950, permanece ativa até os dias atuais, tendo sido integrada à Universidade Federal da Paraíba em 16 de maio de 1968. Nesse contexto, ao longo da década de 1960, a UFPB inicialmente representava a maioria e, ao final desse período, consolidava-se como a única instituição responsável por todo o ensino superior oferecido no estado da Paraíba.

Além da campanha pela federalização, que se estendeu por aproximadamente um ano e envolveu a participação de diversos atores sociais, a implementação da federalização na Universidade também foi marcada pela atuação de figuras e grupos específicos, destacando-se principalmente os estudantes. Este grupo desempenhou um papel fundamental ao sensibilizar os políticos sobre a necessidade de agilidade nas etapas de efetivação da federalização, como a

transferência do patrimônio, a nomeação dos docentes incorporados e a obtenção de recursos financeiros.

### 3.1 O ano de 1961 na história da UFPB: a consolidação do processo de federalização

No último ano de seu mandato, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou dez leis que culminaram na criação de universidades, tanto por meio da federalização quanto da criação independente. A implementação desse processo exigia, no início de 1961, a nomeação de milhares de profissionais para compor o corpo docente e administrativo dessas instituições, além da imprescindível alocação de recursos financeiros para garantir o pleno funcionamento das novas universidades. Esse momento coincidiu com a transição do Executivo Federal, caracterizada pela saída de Juscelino (PSD) da presidência e a posse de Jânio Quadros, representante da UDN.

Cientes de que tal circunstância poderia comprometer a efetivação da federalização da Universidade da Paraíba, o movimento estudantil universitário paraibano, representado pelas lideranças da UEEP e do DCE<sup>40</sup>, em fevereiro de 1961, reconheceu a necessidade de estabelecer articulações com figuras políticas de relevância no cenário estadual “visando a instalação da Universidade dentro do mais breve espaço de tempo” (Instalação [...], 1961, p. p.4).

Diante disso, os líderes estudantis, em publicação na folha Paraíba Universitária, solicitaram publicamente “o vivo empenho do Governador Pedro Gondim e do Ministro João Agripino”<sup>41</sup> para que se concretizassem o mais rápido possível “os desejos da cultura e da

---

<sup>40</sup> O movimento estudantil universitário paraibano no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 era liderado por dois órgãos principais: o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP). Criado em 1960, o DCE era um órgão de atuação institucional da Universidade da Paraíba (mais tarde, UFPB). Com uma ênfase mais "administrativa", seu papel central era representar os estudantes no Conselho Universitário e resolver questões internas e burocráticas que afetavam os estudantes. Por outro lado, a UEEP, atuante desde a segunda metade da década de 1950, abrangia todo o ensino superior do estado, englobando a universidade e os estabelecimentos isolados. Este órgão era vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE) e agia de acordo com suas diretrizes. Sua atuação transcendia os temas universitários, destacando-se por uma posição política mais proeminente, notadamente na defesa de causas progressistas (Cittadino, 1998; Farias, 1979). A criação de uma aliança *operário-estudantil-camponêsa* em 1962 evidenciou os ideais revolucionários da UEEP, ressaltando sua sólida articulação política com outros movimentos sociais populares (Movimento [...], 1962, p. 4).

<sup>41</sup> João Agripino, uma figura política destacada na cena paraibana afiliada à UDN, ganhava ainda mais relevância nesse novo contexto visto que compartilhava da filiação partidária do recém-eleito presidente Jânio Quadros, assumindo o cargo de Ministro de Minas e Energia a partir de fevereiro de 1961. Como integrante do novo governo, Agripino era considerado pelos estudantes como um possível articulador das demandas universitárias locais. No entanto, ao analisar o movimento político em prol da universidade, principalmente através da imprensa local, não se observava a participação ativa desse político em favor da causa universitária. Isso pode ser explicado pela falta de interesse específico desse agente político em lutar pelas demandas da universidade local ou pelo possível silenciamento do jornal pesquisado, que seguia uma orientação pessedista, de destacar ações positivas de políticos de oposição.

juventude paraibana”. A exposição dessas ações em um jornal de grande circulação no estado fazia parte de sua estratégia para obter uma resposta mais rápida e angariar apoio da população para sua causa, intensificando assim a pressão sobre os agentes políticos.

Informados de que a lei de federalização estipulava que a incorporação de todos os bens das faculdades e escolas que constituiriam a UFPB ao patrimônio da universidade deveria ocorrer no prazo de 180 dias (Brasil, 1960), os estudantes universitários continuaram suas iniciativas em busca de agilidade nesse processo de modo que a federalização não fosse comprometida

Havia dois entraves na consolidação do processo de federalização: o primeiro relacionava-se à Assembleia Legislativa, que necessitava autorizar a transferência dos bens das escolas e faculdades, mas não dispunha da quantidade suficiente, o “quórum”, de deputados presentes para a votação; o segundo referia-se à falta de regularização da situação de alguns professores que não apresentaram a documentação necessária para o provimento de cátedra na reitoria. Isso ocorreu porque a lei de federalização também disciplinava o aproveitamento do corpo docente e administrativo.

Diante dessa situação, no dia 11 de março de 1961, um “grande número de alunos” da UFPB se reuniu no Restaurante Universitário lançando “as bases de um movimento de vulto com vistas ao rápido encaminhamento da federalização da Universidade da Paraíba”. No dia seguinte, os universitários promoveram uma passeata buscando o respaldo da população de João Pessoa (Movimento [...], 1961, p.4). O objetivo era pressionar os deputados a agilizarem os procedimentos necessários para autorizar a transferência do patrimônio das faculdades estaduais e privadas à União, e incentivar os professores que ainda não haviam entregue a documentação necessária para sua nomeação na reitoria a fazê-lo prontamente.

A imprensa também desempenhou um papel importante na mobilização em favor dessa causa. Além de reportar as atividades e apelos do movimento estudantil, o jornal *A União* publicou editoriais e colunas de opinião alinhados aos ideais dos universitários, buscando sensibilizar os envolvidos e a sociedade sobre a importância da consolidação da federalização. Nos textos, questionava-se por que a Universidade do Rio Grande do Norte, federalizada após a Universidade da Paraíba, já havia concluído seus processos legais e operava como um estabelecimento federal, enquanto a implementação da federalização da UP permanecia estagnada. Destacava-se também, a ação “incansável” do Reitor Mário Moacyr Porto para a conclusão desse processo (Albuquerque, 1961, p. 6; A Universidade. 1961, p.3; Em que [...], 1961, p.3; Ferreira, 1961, p. 4).

Diante da iminência do prazo final estipulado para a entrega dos documentos, programado para maio de 1961, a UEEP decidiu iniciar uma greve no dia 21 de março de 1961 (Universitários [...], 1961, p. 3). No dia subsequente à declaração de greve pelos estudantes, o líder do governo, deputado Vital do Rêgo (UDN), realizou uma reunião com o Reitor e alguns parlamentares de diferentes partidos. Nessa ocasião, conforme veiculado, o líder do Governo “expôs ao Reitor os altos propósitos da Casa Legislativa no sentido de fazer votar a matéria, desde que os parlamentares não voltassem a ser atingidos pela campanha insultosa encetada pelos universitários” (*ibidem.*).

No início do último mês destinado à conclusão dos processos legais para a transferência dos bens para a União, a lei de transferência encontrava-se em fase de correção de um erro e aguardava uma nova votação na Assembleia Legislativa. Preocupados com a possibilidade de que essa demora comprometesse o processo de federalização, líderes estudantis reuniram-se com alguns deputados e enviaram telegramas a todos os membros da Assembleia Legislativa, solicitando empenho na aprovação da lei (Universitários [...], 1961, p. 3). Enquanto isso, o Reitor Mário Moacyr Porto, um indivíduo que dedicou vigorosamente seus esforços em prol dos anseios dos universitários, expedia documentos, participava de reuniões e realizava viagens utilizando recursos próprios para acelerar os trâmites relacionados à transferência do patrimônio de instalação da UFPB (Federalização: [...], 1961, p. 4).

Essa primeira etapa do processo de consolidação da federalização evidencia o protagonismo dos universitários e do movimento estudantil na época. Os estudantes desempenhavam um papel crucial nos destinos do ensino superior paraibano antes do golpe de 1964, sendo os principais articuladores das ações que delineavam as transformações na instituição, como será evidenciado ao longo deste capítulo. Através de manifestações, protestos nas ruas, publicações na imprensa e articulações com gestores e agentes políticos, os estudantes universitários buscavam transformar a universidade em uma instituição genuinamente sua.

Essa constatação endossa a tese de Gomes e Ferreira (2018), que aponta o período de 1945 a 1964 como uma fase de consolidação democrática. Em várias circunstâncias, notamos que os universitários faziam um uso estratégico do sistema político para buscar a satisfação dos seus interesses e necessidades, o que configura o efetivo processo democrático.

Ademais, o movimento estudantil local demonstrava um alto grau de politização e conexão com outros movimentos populares atuantes na época, como o movimento camponês e as organizações de trabalhadores urbanos (Cittadino, 1998). Os universitários paraibanos que se expressavam a partir da folha *Paraíba Universitária* demonstravam almejar uma universidade efetivamente democrática e popular. Segundo texto sem autoria definida: “Trata-

se de levar a Universidade ao povo, para trazer o povo à Universidade” (Universitário [...], 1961, p. 4).

No cenário de dicotomia e radicalização que se formava no Brasil nos anos que precederam o golpe, o movimento estudantil universitário paraibano alinhava-se de maneira firme aos ideais progressistas, compartilhando com outros coletivos uma ideologia voltada para reformas sociais amplas e políticas voltadas para os trabalhadores.

As organizações estudantis da UFPB intensificaram ainda mais suas estratégias de mobilização social durante a luta pelas verbas previstas na lei de federalização. Esse movimento foi bastante amplo e engajou múltiplos setores da sociedade paraibana em favor da causa universitária.

A Lei Nº 3.835 assegurava, para cumprimento das disposições da lei, a abertura no Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior de crédito especial de Cr\$130.788.000,00 cruzeiros. Essa verba deveria ser utilizada durante o período de efetivação da federalização para pagamento do corpo docente e administrativo e instalação da reitoria, até que o aporte orçamentário anual da instituição federal fosse regularizado.

A breve presidência de Jânio Quadros, entre janeiro e agosto de 1961, teve como uma de suas principais tônicas no campo da economia o corte de gastos públicos como uma das medidas para combater o déficit orçamentário e a inflação crescente. Um dos principais alvos dos cortes de Quadros foi o funcionalismo público das instituições federais. Para a UFPB, isso resultou em uma redução de mais de 50% na previsão orçamentária da instituição (Em perigo [...], 1961, p. 4) e a concessão de apenas 1/3 do crédito especial estipulado pela lei.

A instabilidade política permeou o país quando o presidente Jânio Quadros renunciou no final de agosto de 1961. Com a renúncia, a sucessão recaiu sobre João Goulart, o vice-presidente. Diante de resistências e conflitos, especialmente devido à sua orientação política à esquerda, a posse de Goulart foi aceita mediante a condição de que o Congresso adotasse o parlamentarismo, com Goulart como chefe de Estado e Tancredo Neves como primeiro-ministro. Essa medida visava diminuir a atividade presidencial em favor do gabinete ministerial, ao mesmo tempo em que buscava conciliar interesses e apaziguar tensões políticas.

A mobilização contra os cortes do orçamento da UFPB ocorreu em meio à instabilidade política durante a fase inicial do governo parlamentarista. O Reitor Mário Moacyr Porto passou o mês de setembro de 1961 no Rio de Janeiro, lutando “desesperadamente junto a todas as autoridades do Poder Central no sentido de obter a liberação dos créditos destinados a Universidade”, porém não obteve sucesso.

Em uma extensa publicação na primeira página, com ênfase para a manchete intitulada “Crime e afronta: apenas no fim do ano Universidade terá um terço das verbas”, a redação de *A União* denunciava o atraso e os cortes no pagamento dos créditos especiais da universidade promovidos pelo poder público federal. O destaque recai sobre a discriminação do governo federal em relação às universidades no Nordeste, evidenciada pela restrição de 66% no orçamento especial aplicada exclusivamente às instituições recém-criadas de Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ainda de acordo com a publicação, o Reitor teria acusado que:

o corte de créditos é uma política discriminatória a estabelecer dualidade de tratamento para as Universidades. Enquanto quase todas recebem milhões e mais milhões de créditos para manutenção, construção e pessoal, orçamentários ou não, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Alagoas recebem apenas a promessa de que terão em futuro remoto um terço de suas verbas. Esse tratamento desigual dá lugar a uma justa revolta dos nordestinos, que voltam a ser golpeados em suas aspirações mais legítimas, segundo *frizou* o Reitor em uma das entrevistas que manteve com o sr. Oliveira Brito. (*ibidem.*)

As universidades federalizadas no final do mandato de Kubitschek não faziam parte das prioridades orçamentárias do novo governo. O rápido desenvolvimento durante a gestão de Juscelino resultou em um significativo aumento na dívida pública. As medidas de contenção de gastos adotadas pelos governos subsequentes, no contexto do ensino superior, concentraram-se especialmente nas instituições recentemente estabelecidas. Estas, sendo menos tradicionais e ainda em processo de definição de seus orçamentos, foram particularmente afetadas. O impacto dessa abordagem foi mais evidente nas universidades situadas no Nordeste, localizadas em municípios menos desenvolvidos e com menor dinamismo econômico, sendo percebidas mais como despesas para os cofres públicos do que como investimentos.

O Ministro da Educação e Cultura, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, que assumiu o cargo em setembro de 1961, justificou sua recusa em destinar o crédito especial à UFPB, alegando que os professores universitários da instituição recebiam salários baixos no período anterior à federalização. Brito argumentou que os docentes “se dariam por satisfeitos se chegassem a receber um terço dos seus vencimentos como catedráticos federais”.

O argumento do ministro é questionável, visto que um dos principais elementos defendidos em favor federalização consistia na ampliação dos recursos da instituição e na busca por uma maior uniformidade em comparação com as demais universidades federais do país. Entretanto, além de refletir a política discriminatória do Ministro em relação aos estados menores, a postura do novo governo em relação às federalizações também ficava evidente.

A rápida expansão do ensino superior federal, resultante das massivas federalizações entre o final da década de 1950 e o início de 1960, não foi bem recebida pelas autoridades

responsáveis pelo ensino superior no governo de João Goulart e Tancredo Neves. No boletim informativo da CAPES de setembro de 1962, o diretor de Ensino Superior, o professor paraibano Durmerval Trigueiro, expressou uma abordagem crítica à "maneira desordenada" como essa expansão foi conduzida.

Da mesma forma, em resposta à greve dos estudantes da Universidade Mackenzie em busca da federalização da instituição, o Ministro Oliveira Brito destacava a posição contrária do novo governo em relação às federalizações. Brito ressaltou que a expansão acelerada do sistema universitário federal resultou em um notável desequilíbrio entre o orçamento destinado ao ensino superior e ao ensino básico, indicando a necessidade premente de direcionar maior atenção ao ensino fundamental e médio. Em declaração, o Ministro destacou que:

É do programa do atual govêrno não criar nem federalizar Escolas Superiores ou Universidades senão depois de dotar as atuais dos equipamentos e instalações indispensáveis para lhes dar condições razoáveis de eficiência. Com a federalização, no ano de 60 e em janeiro de 61, de mais de uma dezena de Escolas e Universidades, as despesas da União com o ensino superior subiram a perto de 30 bilhões de cruzeiros anualmente, enquanto as verbas reservadas para o ensino médio não chegam a 6 bilhões e as do ensino primário não ultrapassam 4 bilhões, o que vem agravando o contraste brasileiro [....] (CAPES, 1962).

Embora algumas críticas apresentadas por Trigueiro e Brito fossem válidas, constatou-se, em contrapartida, que a federalização foi uma política particularmente benéfica para os estados menos favorecidos, os quais necessitavam de forma mais urgente de um aporte consistente de recursos, incapaz de ser obtido junto ao governo estadual devido à sua limitada capacidade financeira.

O editorial de *A União*, publicado em 17 de outubro de 1961, refletia a perspectiva prevalente de ressentimento da população em resposta à discriminação direcionada às novas universidades nos estados do Nordeste.

Queremos desacreditar que as autoridades do ensino superior nas altas esferas do *Govêrno* Federal não estejam considerando as Universidades como questão desligada dos supremos interesses regionais, a ponto de desvalorizar até os limites do pejorativo os problemas das universidades pequenas, como acontece com as da Paraíba, Rio Grande do Norte e *Alagôas*. Na verdade, tão profundos são os vínculos entre as instituições de ensino universitário e a situação global do Nordeste que a própria SUDENE, há alguns meses, considerou numa das reuniões de seu Conselho Deliberativo, a organização de um projeto de reaparelhamento das universidades nordestinas, reconhecendo em tais organismos instrumentos poderosos para a revolução pacífica do desenvolvimento que se pretende promover na região. Desprestigiar o impulso do grande movimento universitário que se difunde pelo Brasil, como fruto material de uma consciência nova formada dentro do



próprio espírito de emancipação econômica que se processa através do país, significa desapontar as elites novas que vão surgindo com pretensões e capacidade de se inscrever na liderança do movimento de redenção econômica e social iniciado, praticamente, pelas gerações de hoje.

Nenhum modelo técnico de desenvolvimento econômico – e o Nordeste é hoje uma região cujas maiores aspirações se esgotam na esquematização criteriosa de seus problemas e respectivas soluções – pode ser levado a cabo se simultaneamente não se cuida de empreender o desenvolvimento mental de suas elites, criando no próprio meio condições humanas capazes de suportar as atribuições complexas de um programa de inovações radicais.

Se não se cuida da educação do povo, se se despreza o ensino universitário, responsável pela formação das elites de liderança, se se pensa em desenvolver uma região interditando as aspirações culturais de seus habitantes, pode-se ficar na certeza de que todo *esforço* naquele sentido estará irremediavelmente condenado ao fracasso. Ninguém aponta um único país do mundo onde se recomende o fechamento de escolas, de centros artesanais, de instituições de ensino técnico ou de órgãos universitários a título de compressão de despesas, pois a verdade é que, sob o ponto de vista de desenvolvimento, nenhuma inversão de capitais é mais lucrativa do que quando aplicada em fins educativos.

Tão poderosa é a arma da educação que os países colonizadores não permitem em suas colônias a fundação de centros universitários [...]

É bem possível que o Nordeste, simples colônia do Sul como já se disse, esteja vendo suas pretensões barradas, no que se refere ao ensino universitário, justamente por isto: não querem que esta região, pela força da inteligência bem orientada de seus filhos, liberte-se do atraso em que sempre viveu, subjugada ao poder econômico, político e cultural da florescente metrópole meridional do Brasil. (As verbas [...], 1961, p. 3)

O texto representava uma perspectiva ideológica em evidência na década de 1960, que defendia o ensino superior como um elemento crucial para o desenvolvimento das regiões *subdesenvolvidas*. Aleixo (2018, p. 15) esquematiza essa relação entre a ideologia desenvolvimentista e a educação:

As décadas de 1950 e 1960 caracterizam-se pelo atrelamento do debate educacional às perspectivas desenvolvimentistas. Nesse cenário, os chamados ‘desequilíbrios regionais’ ganham visibilidade [...] O intenso processo de industrialização na região centro-sul do país, seguido pela divulgação das Contas Nacionais – a partir de 1951 e 1952 – contribuiu para a intensificação das pressões políticas de várias regiões do país sobre o estado, em decorrência das diferenças entre os ‘níveis e ritmos’ de ‘crescimento regional’. As análises recaíam na caracterização de ‘dois Brasis’: um ‘arcaico’, ‘subdesenvolvido’, localizado, sobretudo, no Nordeste; outro ‘moderno’, identificado com o ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’, localizado no centro-sul (FURTADO, 1967). A noção de ‘centro-periferia’, aplicada à interpretação das disparidades entre as nações, era transposta para as interpretações das desigualdades regionais internas ao país. O ensino superior, assentado no binômio ‘ciência e técnica’, emerge aí enquanto mecanismo considerado capaz de reverter o ‘atraso histórico’ que caracterizaria a região nordeste.

O debate em torno das “disparidades regionais” no campo da educação superior ganhou força com a “posição discriminatória” do Ministro em relação as verbas das universidades recém-federalizadas do Nordeste.

Após uma atuação intensa no Rio de Janeiro, o Reitor, ao perceber que suas iniciativas não surtiram efeito, regressou à Paraíba. Lá, convocou o Conselho Universitário para uma sessão especial, com o propósito de relatar os acontecimentos ocorridos durante sua viagem. Porto acreditava em uma ação conjunta das universidades nordestinas prejudicadas pela medida proposta pelo Ministro. Mais uma vez, a continuidade do ensino superior na Paraíba encontrava-se ameaçada.

A mobilização envolveu a elaboração de um memorial por diversos setores do Nordeste, com o objetivo de pleitear a liberação dos recursos destinados às universidades federalizadas da região:

Em apoio ao movimento que ora empolga *tôdas* as classes representativas do Nordeste contra o corte de verbas consignadas no Orçamento da República para as Universidades da Paraíba, de Alagoas e do Rio Grande do Norte, acaba de ser redigido e será enviado a todos seus representantes no Parlamento Nacional, um MEMORIAL de caráter regional, pedindo-lhes inteiro apoio e solidariedade contra a política discriminatória do Sr. Ministro da Educação, que entendeu reduzindo apenas um terço *tôda* a verba de pessoal consignada no Orçamento da República paga a uma das Universidades daqueles Estados Nordestinos. O Memorial em causa vem recebendo as assinaturas dos Governadores Estaduais e Presidentes de *Assembléias* e das Câmaras Municipais, Reitores, Prefeitos representantes de Sindicatos e de Instituições culturais e científicas. (Crise [...], 1961, p. 3,7)

Os cortes orçamentários de 66% não abrangeram as demais universidades federalizadas entre 1960 e o início de 1961, como as universidades de Goiás, Juiz de Fora, Santa Catarina, Pará e Espírito Santo. Isso reforça a argumentação presente no memorial e em outros textos opinativos em *A União*, que ressaltam a discriminação enfrentada pelas universidades nordestinas.

Os estudantes universitários, cientes dos desafios enfrentados pelo Reitor para garantir o orçamento previsto por lei à universidade, decidiram oficializar uma greve no dia 4 de outubro de 1961. Essa medida visava intensificar a pressão popular sobre os agentes públicos e sobre os políticos que poderiam colaborar na articulação para a liberação dos recursos necessários.

Diversos segmentos da sociedade paraibana uniram-se à causa, incluindo associações profissionais de médicos, jornalistas, comerciantes, dentistas, a Federação de Associações dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (FAPESP), a Federação do Comércio da Paraíba, a os presidentes do Legislativo e Judiciário paraibanos, secundaristas e alunos da Faculdade de

Filosofia das Lourdinias, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o filósofo Álvaro Vieira Pinto (No Nordeste [...], 1961, p. 7,8; Médicos [...], 1961, p. 3; Sindicato [...], 1961, p. 3; Verbas [...], 1961, p. 3; Em greve [...], 1961, p. 3; Crise [...], 1961, p. 3,7, Universitários [...], 1961, p. 3).

A imprensa mobilizou-se em defesa da UFPB, com jornalistas dos principais veículos de comunicação paraibanos reunindo-se no Palácio da Redenção, em conjunto com o governador, formando assim um Comitê de Imprensa dedicado a essa causa. Este Comitê, com sede providenciada pelo governador Gondim no Palácio, contou também com representantes do jornal O Globo, do Rio de Janeiro, e da Folha de São Paulo. A Associação Paraibana de Imprensa (API) também expressou publicamente seu apoio ao movimento.

O governador do Estado, Pedro Gondim, engajou-se completamente na campanha, desempenhando um papel ativo em todo o processo. Em outubro, Gondim afirmou ter dialogado com todas as autoridades com capacidade de ação mais imediata, incluindo o Presidente João Goulart, o Primeiro Ministro Tancredo Neves, o Ministro da Educação e o Ministro da Fazenda, Walter Moreira Sales (Universidade: [...], 1961, p. 1), (Governador [...], 1961, p. 1,7). Além disso, ele coordenou esforços com os governadores do Rio Grande do Norte, Aluisio Alves, e de Alagoas, Luiz Cavalcante.

Outro memorial, desta vez elaborado especificamente pelo estado da Paraíba, foi encaminhado por diversas entidades paraibanas aos Senadores e Deputados federais do estado, buscando apoio político para a causa (Em memorial [...], 1961, p. 8). Simultaneamente, uma Assembleia universitária extraordinária, que reuniu cerca de 250 professores universitários, diretores das Faculdades, dirigentes e representantes dos órgãos da classe universitária do estado, foi convocada para discutir a situação dos recursos destinados à UFPB (Em memorial [...], 1961, p. 8).

A mobilização ultrapassava os limites da comunidade acadêmica, evidenciando a significativa importância da instituição universitária para uma parcela considerável da população urbana do estado da Paraíba.

Os estudantes formaram um “Comando Geral da Greve” com “quartel general” na Faculdade de Direito. Após enterro simbólico do ministro Oliveira Brito (Greve [...], 1961, p. 3) e uma intensa mobilização, os manifestantes afirmaram, em um comunicado distribuído à população, que só abandonariam as ruas e retomariam as aulas quando as autoridades do Poder Central, diretamente responsáveis pelo destino do país, concordassem em atendê-los mediante a liberação integral dos recursos destinados à Universidade (Estudantes [...], 1961, p. 3)

O Presidente da União Nacional dos Estudantes, Aldo Arantes, permaneceu dois dias em João Pessoa, oferecendo apoio à greve dos estudantes paraibanos, e em seguida, dirigiu-se ao Rio de Janeiro para pressionar o Ministério da Educação pela liberação dos recursos. Após 15 dias de paralisação, no “quartel general da greve”, os microfones permaneciam ativos. “ocupados a todo instante. Professores, estudantes, líderes classistas e representantes de *tôdas* as classes dirigem-se ao povo conclamando-o a apoiar o movimento por todos os meios lícitos ao seu alcance. [...] À noite, falaram vários oradores e houve passeata pelas ruas da cidade”.

Atendendo ao pedido dos estudantes, o Governador cedeu a Emissora Oficial do Estado, e a Rádio Tabajara da Paraíba começou a transmitir o movimento grevista dos universitários paraibanos “para todos os recantos do país”. Essas transmissões incluíam “mensagens em inglês, francês, espanhol e alemão, com o fim de fazer chegar ao conhecimento do exterior e não só da Nação, o descaso que está sofrendo a novel Universidade da Paraíba [...]” (Ondas [...], 1961, p. 8).

Com o decorrer das semanas e a ausência de qualquer mudança na posição do Ministro, o movimento grevista ameaçou abandonar sua postura pacífica. Em comunicado da UEEP, foi feito um alerta:

[...] líderes sindicais e camponeses ameaçam vir à praça pública lutar ao lado dos estudantes, nessa campanha de protesto contra os propósitos subalternos e mesquinhos de um inimigo da Paraíba. Essa informação atesta o fim de um movimento pacífico e o início de uma mobilização em termos mais enérgicos, que poderá assumir proporções e consequências imprevisíveis. (Nota [...], 1961, p. 4)

Diante do agravamento das tensões e da crescente mobilização popular, o professor Dumerval Trigueiro<sup>42</sup>, então Diretor do Ensino Superior, deslocou-se até João Pessoa para discutir a questão da UFPB com o governador, o Reitor e os líderes universitários. Trigueiro acalmou a opinião pública e, apesar dos sucessivos posicionamentos do Ministro que demonstrava oposição à liberação das verbas, declarou que não havia “a menor resistência à liberação total das verbas da Universidade da Paraíba” e que eventuais atrasos na liberação dos recursos decorreriam apenas do processo burocrático de tramitação para a liberação das verbas (Universidade [...], 1961, p. 7,8). Poucos dias após esse anúncio, o movimento grevista chegou

---

<sup>42</sup> Dumerval Trigueiro, paraibano e Reitor da UFPB entre 1955 e 1956, assumiu a Diretoria do Ensino Superior apenas três dias após o início da greve dos universitários paraibanos. Essa nomeação pode ser interpretada como uma estratégia do Ministro para aproveitar a influência de Trigueiro na comunidade acadêmica da UFPB. Além disso, pode ter sido uma manobra de Brito para rebater as acusações de discriminação em relação ao estado e à instituição.

ao fim, e dentro de alguns meses, as verbas previstas na lei foram recebidas, evidenciando o poder popular

Mesmo após a federalização, a situação orçamentária da UFPB manteve-se instável durante o período em análise, exigindo viagens frequentes do Reitor para solucionar essas questões. No final de 1962, ocorreu mais um corte de recursos por parte da União, reduzindo pela metade o orçamento previsto para o ano de 1963. Os cortes orçamentários impunham desafios significativos ao planejamento institucional, afetando áreas cruciais como manutenção e desenvolvimento de infraestrutura, remuneração do corpo docente e administrativo, investimentos acadêmicos e assistência estudantil.

O processo de consolidação da federalização foi árduo, envolvendo quase um ano de intensas articulações políticas e sociais. Os universitários, liderados pelo movimento estudantil, desempenharam um papel central nessas batalhas, utilizando diversas estratégias para mobilizar setores externos à comunidade acadêmica. A atuação decisiva do Reitor Mário Moacyr Porto e do governador Pedro Gondim foi fundamental para acelerar o processo e superar as barreiras impostas ao estabelecimento da UFPB. O envolvimento coletivo abrangente, suscitado pela greve estudantil de 1961, não só reflete a importância atribuída à preservação da educação superior, mas também evidencia a capacidade de união e articulação de diversos setores durante o período de consolidação democrática.

### **3.2 Repercussões institucionais da federalização da Universidade Federal da Paraíba: transformações estruturais e implicações pedagógicas**

As limitações orçamentárias enfrentadas pela universidade impactaram o potencial de transformação nos primeiros anos da UFPB. Mesmo com o aumento nas finanças da instituição em relação ao período anterior, o cenário herdado da universidade estadual revelava uma precariedade generalizada, e a instabilidade no fornecimento de verbas restringiu as melhorias na infraestrutura da instituição.

A falta de condições adequadas nas Faculdades de Medicina e Farmácia provocou indignação entre os estudantes da universidade.

Em março de 1963, os alunos dessas duas faculdades expressaram suas preocupações através da imprensa, exigindo melhorias imediatas nas instalações e ameaçando entrar em greve se suas demandas não fossem atendidas. Em uma entrevista concedida à *A União*, José Rodrigues Lopes, presidente do Centro Acadêmico de Medicina, afirmou de forma enfática:

Não podemos mais brincar de estudar Medicina. Ou a Faculdade de Medicina da Paraíba entra nos eixos ou seremos obrigados a fechá-la [...] Não vejo como uma Faculdade possa formar médicos sem instalações para treinamento clínico, sem laboratórios, sem a aparelhagem mínima admissível (geladeiras, microscópios, ‘slides’, etc., sem instalações condizentes, sem disciplinação dos horários dos catedráticos, sem salas de aulas técnicas, sequer” (Presidente [...], 1963, p. 1).

Os estudantes de Medicina chegaram a exigir a renúncia da diretoria da Faculdade, acusando os atuais dirigentes de negligência em relação à qualidade do ensino ofertado, conforme declarado em um documento assinado por mais de cem acadêmicos do curso (Universitários [...], 1963, p. 8).

Aproveitando a oportunidade, os estudantes de Farmácia, diante da condição semelhante de precariedade nas instalações, anunciaram uma greve simbólica. Isso ocorreu devido à recusa do diretor geral da Escola Industrial Coriolano de Medeiros em ceder, mesmo que temporariamente, uma das dependências do prédio para as aulas da Faculdade de Farmácia. Essa solicitação evidencia a precariedade dos cursos da universidade nos primeiros anos de universidade federalizada (Alunos [...], 1963, p. 3).

Embora tenham sido setores que se posicionaram de forma mais enérgica na denúncia das carências estruturais que padeciam, a área de saúde foi notavelmente mais contemplada com as primeiras obras realizadas pela UFPB. Levantamos que entre 1961 e abril de 1964 no campo dos cursos de saúde, foram estabelecidas importantes iniciativas, incluindo a criação da Policlínica Universitária e a fundação de diversos institutos especializados, como o Instituto de Psiquiatria, o Instituto de Puericultura e o Instituto de Anatomia. Além disso, foi implementado o serviço de Odontologia Sanitária, que incluía uma unidade móvel para atendimento. Essas iniciativas não apenas elevavam a qualidade da formação dos estudantes da UFPB, mas também beneficiavam a sociedade em geral, uma vez que ofereciam atendimento à população de João Pessoa.

As obras da universidade eram coordenadas pelo Serviço de Engenharia da UFPB, um órgão concebido pelo Reitor para gerenciar todos os projetos de construção em João Pessoa e Campina Grande. Apesar das dificuldades financeiras, observou-se, através de relatórios em *A União*, o progresso das obras de infraestrutura da instituição. Isso incluía a construção do Edifício da Reitoria e do auditório da Universidade, a edificação da Escola de Serviço Social, a reforma da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem, a criação dos Laboratórios da Faculdade de Odontologia, a reforma da Faculdade de Farmácia, a construção da Escola Politécnica de Campina e o Pavilhão do Serviço de Artes Plásticas do Departamento Cultural, além da edificação da Gráfica Universitária.

No reitorado de Mário Moacyr Porto, entre 1960 e 1964, destacam-se iniciativas no campo cultural. Durante esse período, foram estabelecidos o Departamento Cultural, o Departamento de Artes Plásticas, o Serviço de Cinema, o Serviço de Música e o Teatro da Universidade (PORTO, 1979). Assim como as medidas na área da saúde, essas inovações também visavam alcançar o público externo à comunidade acadêmica.

Essa visão está alinhada com as ideias promovidas pelo Diretor de Ensino Superior, Dumerval Trigueiro, em 1962. Segundo o diretor, uma nova abordagem estava se desenvolvendo para as universidades, visando integrá-las mais à comunidade externa e utilizar projetos culturais como meio de alcançar a população. Trigueiro ressaltou que essa iniciativa visava promover “uma política de autentica cultura popular inspirada no interesse de integrar o povo na cultura das elites, através do conhecimento dos grandes problemas ligados à atual conjuntura mundial e, particularmente a brasileira.” (Ensino [...], 1962, p. 8).

A perspectiva de “integrar o povo na cultura das elites” partia de uma abordagem elitista. Ao direcionar esforços para levar a cultura acadêmica à população, a universidade estaria perpetuando uma hierarquia de conhecimento, desconsiderando a importância de valorizar os conhecimentos populares.

No entanto, Trigueiro, apontava também para a introdução de perspectivas progressistas no campo do ensino superior nacional. Dialogando com as perspectivas pedagógicas freireanas, Trigueiro criticou os métodos tradicionais de educação de adultos, ressaltando a necessidade de conscientização popular sobre a situação política, social e econômica ao seu redor, de modo que as pessoas se sentissem motivadas a buscar instrução a partir desse entendimento. Além disso, o Diretor defendia o investimento em atividades culturais acessíveis e de qualidade como meio de promover “uma via de acesso e compreensão de certos problemas culturais fundamentais” e o “contato direto com a realidade múltipla em que vive”.

Especialmente com os debates sobre a reforma universitária promovidos por intelectuais e acadêmicos, a universidade começava a reconhecer a importância de se conectar com o mundo exterior e de empregar seus conhecimentos para efetuar mudanças. Essa tendência foi observada nos primeiros anos após a federalização da UFPB, com a multiplicação dos cursos de extensão abertos ao público. Esses cursos eram frequentemente ministrados por professores de outras instituições, o que representava um intercâmbio importante para o desenvolvimento acadêmico da universidade.

Durante os anos de 1961 a 1963, os universitários paraibanos desempenharam um papel ativo na luta pela concessão da meia passagem nos coletivos, enfrentando a resistência dos empresários do transporte. Ao longo desse período, os conflitos entre estudantes e proprietários

foram se intensificando gradualmente, envolvendo debates públicos, reuniões, assembleias, decisões de greve e manifestações nas ruas (PRI-4 [...], 1962, p. 3; Estudantes [...], 1963, p. 3).

O protesto de outubro de 1963 foi marcado por um grave conflito que teve um grande impacto na opinião pública. Nessa ocasião, estudantes e operários se mobilizaram contra a recusa dos proprietários de transportes coletivos em conceder o desconto de 50% nas passagens estudantis, conforme estabelecido por lei. O protesto acabou em confronto entre a guarda policial na sede do governo estadual e os manifestantes, resultando em vários feridos e na morte de um soldado. Segundo relatos de *A União*, a depredação de veículos pelos manifestantes, que desencadeou o conflito com a guarda, teria sido instigada por indivíduos infiltrados (Tiros [...], 1963, p. 7).

Nas reportagens sobre o incidente, o grupo minoritário responsável pelos atos conflituosos foi claramente distinguido dos estudantes, enquanto as demandas dos secundaristas e universitários foram consideradas legítimas, direcionando as críticas aos “agitadores” (*ibidem.*; Trazemos [...], 1963, p. 1). Após o ocorrido, o governador Gondim ordenou que os proprietários de transportes urbanos cumprissem imediatamente a lei que estabelece que os estudantes paguem meia passagem. Segundo relatos, após uma longa discussão na noite anterior, os proprietários de coletivos procuraram o Chefe do Executivo em sua residência e comunicaram sua decisão de cumprir a lei. Esse episódio evidencia mais uma vez o poder de mobilização dos estudantes e sua capacidade de articulação política para fazer valer suas demandas. Também destaca a influência do empresariado junto ao poder executivo, que estava anteriormente desrespeitando a norma municipal, e sugere que, sem a mobilização dos estudantes, a situação teria permanecido inalterada.

Durante o período pesquisado, além da greve devido aos cortes no orçamento, os universitários paraibanos se envolveram em outro movimento grevista. Desta vez, buscavam a obtenção de um terço da representação estudantil nas congregações, que eram os órgãos superiores responsáveis pela direção administrativa, pedagógica e didática das faculdades integrantes das universidades e dos estabelecimentos superiores isolados. Esta greve, alinhada às diretrizes da União Nacional dos Estudantes (UNE) teve início em 1º de junho e se estendeu até 10 de agosto de 1962.

O movimento nacional foi desencadeado em decorrência do cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases, que garantia o acesso dos estudantes aos órgãos diretivos das instituições de ensino superior, concedendo-lhes voz e voto. No entanto, a determinação sobre a proporção numérica dos estudantes nas congregações foi deixada a critério de cada faculdade. Diante dessa oportunidade para aumentar a participação estudantil nos espaços decisórios das IES, a UNE



lançou a iniciativa de buscar um terço em todo o país (Francisco Filho, 2001), com os universitários paraibanos liderados pela UEEP aderindo firmemente ao movimento.<sup>43</sup>

Essa defesa não apenas buscava aumentar a participação dos estudantes nas decisões do ensino superior, mas também representava uma estratégia para conquistar a Reforma Universitária, um tema central nos debates estudantis da década de 1960.

O líder da UEEP entre os anos de 1961 e 1962, Antonio Augusto Arroxelas, (1980), destacou o papel do Reitor Mário Moacyr Porto como um dos principais apoiadores dessa iniciativa. O Conselho da UNE chegou a aprovar um voto de louvor ao Reitor paraibano em janeiro de 1963, destacando-o como um defensor singular da causa, em contraste com a postura da maioria dos reitores (Aplausos [...], 1963, p. 3).

Porto convocou o Conselho Universitário em 24 de junho de 1962, composto por representantes das unidades universitárias, docentes e pelo presidente do DCE. Na votação, registrou-se 13 votos a favor e 4 votos contrários. Em contraste com outros estados onde o corpo docente se opunha à participação estudantil, afirmando que a concessão do 1/3 se traduziria numa “infiltração esquerdista”, na UFPB, a situação era distinta, com a maioria dos professores demonstrando receptividade à democratização das decisões institucionais.

O editorial de *A União* ecoava uma postura progressista sobre o tema, alinhada aos ideais estudantis e criticando os professores que se opunham à medida:

Temos visto por aqui professores de Universidade repetindo o ‘slogan’ falsamente moralista de um conhecido líder do golpe- a tese de que ao estudante só deve interessar a escola, porque os problemas do país são de alçada dos estadistas ou de políticos como tal se nomeiam. Separar o estudante da realidade, privá-lo de uma participação ativa e consciente nos debates dos problemas de sua época e de seu povo, é negar o mais legítimo princípio normativo da educação – o dever de se fazer da escola um estabelecimento de preparação para a vida social, formando homens úteis à coletividade e à pátria. Os que são partidários de um diálogo estreito, formal e sem testemunhas do estudante com o livro poderão estar fazendo tudo, menos educação [...] (A voz [...], 1962, p. 3)

A participação de 1/3 foi conquistada na Paraíba em junho de 1962 com a colaboração decisiva do Reitor e da parcela majoritária dos docentes da UFPB. O Estatuto encaminhado em junho de 1962 ao Conselho Federal de Educação e aprovado em 1963 trazia a alteração em seu artigo 37, que dispunha sobre a congregação, órgão de suma importância para os rumos da universidade. O parágrafo único do artigo 37 estabelecia que: “a representação do corpo

---

<sup>43</sup> Conforme estabelecido pelo artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases “o corpo discente terá representação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações, e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades” (BRASIL, 1961)

discente será de 1/3 *sobre* o número dos professores catedráticos efetivos, escolhida na forma do Regimento de cada unidade universitária, incluindo o Presidente do Diretório Acadêmico” (Brasil, 1963).

Embora a Paraíba tenha alcançado rapidamente essa conquista, o mesmo não ocorreu no restante do país. A pasta da Educação e Cultura, recém-assumida pelo professor Roberto Lyra, adotou uma posição consideravelmente diferente de seu antecessor, mostrando-se favorável às transformações na universidade e ao aumento da participação estudantil nas decisões universitárias. No entanto, devido à postura retrógrada da maioria das IES e à indefinição do CFE, a UNE optou por suspender o movimento grevista e seguir com a luta através da mobilização das classes populares e da pressão sobre o legislativo para que este votasse a favor da participação estudantil e da Reforma.

As fontes silenciaram sobre diversos temas de interesse da pesquisa. A ausência dos relatórios do Reitor, particularmente entre 1960-1964, dificultou o levantamento minucioso das transformações institucionais do período. Apesar das dificuldades, a pesquisa se mostrou proveitosa. Ela constatou a efetividade das ações do movimento estudantil e sua articulação com agentes públicos e políticos em busca de melhorias para a instituição, bem como evidenciou a forte presença da ideologia desenvolvimentista e sua ligação com a questão das "disparidades regionais" nos discursos sobre a UFPB no período pesquisado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impulso para estabelecer um "ambiente universitário" na Paraíba ocorreu tardiamente, durante a transição das décadas de 1940 para 1950. O ensino superior no estado enfrentava considerável oposição da opinião pública das demais unidades federativas. Além da escassez de recursos e do tamanho reduzido do estado, um argumento comum contra a instalação do ensino superior na Paraíba era a proximidade de Recife, que já abrigava instituições semelhantes.

Apesar da oposição enfrentada, o ensino superior no estado começou a se desenvolver principalmente por meio de iniciativas de particulares sob a forma de estabelecimentos de ensino isolados. Foi um período “heroico” para o ensino superior na Paraíba, marcado pela precariedade da infraestrutura e pelos salários “puramente simbólicos” do corpo docente (Porto, 1980).

A união da maioria dessas instituições de ensino em uma universidade estadual em 1955, por iniciativa de José Américo, não alterou significativamente a situação de penúria. Devido ao tamanho reduzido e à baixa receita do estado, a Paraíba não tinha condições de sustentar uma universidade, levando à permanência da maioria das faculdades sob a responsabilidade financeira de entidades privadas. A principal alteração nesse período foi de natureza administrativa, pois todas as instituições de ensino superior que compunham a UP passaram a responder ao mesmo Estatuto e à figura do Reitor.

O maior benefício da criação da universidade estadual foi a abertura da oportunidade para buscar sua federalização. A federalização da UP era considerada um elemento decisivo para obter a sobrevivência e o desenvolvimento do ensino superior no estado da Paraíba. Compartilhava-se da ideia de que o financiamento federal proporcionaria os recursos necessários para instituir a gratuidade de ensino, melhorar os salários do corpo docente e aprimorar a infraestrutura precária da instituição.

A federalização foi um processo caracterizado por intensas batalhas travadas pelo movimento estudantil e pelos agentes públicos locais. Essa marca, que se tornou evidente desde a campanha pela federalização realizada ao longo do ano de 1960, perdurou até sua efetivação, alcançada no final de 1961.

A consolidação da federalização envolveu duas linhas principais de atuação: a resolução célere da questão burocrática da transferência dos bens e patrimônios das escolas e faculdades para a União dentro do prazo estabelecido pela legislação, e a luta pela obtenção dos recursos destinados à implementação da federalização conforme estipulado pela Lei 3.835/1960. O

primeiro ponto enfrentou a morosidade e o descaso do legislativo estadual na votação da questão, enquanto o segundo foi marcado pelo posicionamento controverso do Ministro da Educação, que propunha cortes mais abruptos nas instituições recém-federalizadas do Nordeste.

Os cortes orçamentários nos governos de Jânio Quadros e João Goulart ocorreram devido à instabilidade econômica decorrente da dívida pública herdada do período de desenvolvimento acelerado durante o governo JK. Os cortes no crédito especial das universidades recentemente federalizadas de Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba desencadearam um amplo movimento popular com forte adesão de diversos setores da população contra o que era considerado uma “política discriminatória” do Ministro da Educação, Oliveira Brito. Nesse contexto, destacavam-se textos que relacionavam a ideologia desenvolvimentista, prevalente na época, com a educação superior. Para estados menos favorecidos, destacava-se a importância das universidades como um elemento crucial para promover o desenvolvimento.

O desenvolvimento estrutural foi restringido pelos cortes orçamentários, porém, em contraste com a situação das universidades estaduais, a Universidade Federal da Paraíba implementou novos projetos e obras nos seus primeiros anos. Essas iniciativas impactaram não apenas o aspecto estrutural, mas também tiveram repercussões no âmbito pedagógico e social mais amplo, resultando em melhorias na qualidade da educação oferecida pela universidade paraibana e no início da prestação de serviços de saúde e cultura para a comunidade externa à instituição.

Sob o reitorado de Mário Moacyr Porto, foram notáveis as iniciativas culturais implementadas. Entre 1961 e 1964, foram criados o Departamento Cultural, o Departamento de Artes Plásticas, o Serviço de Cinema, o Serviço de Música e o Teatro da Universidade. Essas ações visavam impactar a comunidade externa, alinhando-se à política nacional para o ensino superior decretada pelo Diretor do Ensino Superior, Dumerval Trigueiro, em 1962. Trigueiro enfatizava uma nova abordagem para as universidades, buscando integrá-las à comunidade externa e utilizando projetos culturais como meio de alcançar principalmente a população adulta e analfabeta.

Observa-se que, especialmente no contexto dos debates pela reforma universitária, diante das críticas de intelectuais e estudantes, a ideia de uma universidade como uma “torre de marfim” estava sendo questionada em favor de uma instituição voltada para servir à sociedade e protagonizada pelos universitários.

O poder de liderança do movimento estudantil universitário paraibano era evidente, especialmente destacado durante a greve pela obtenção de verbas em 1961, a luta pela meia

passagem entre 1961 e 1963, e o movimento grevista por um terço da participação estudantil nas congregações em 1962. Todos esses movimentos resultaram em conquistas favoráveis às demandas dos estudantes e estavam fortemente alinhados às diretrizes da UNE.

A atuação do Reitor Mário Moacyr Porto, que mantinha uma relação extremamente positiva com os alunos, e do governador pelo PSD, Pedro Moreno Gondim, contribuíram para isso. Gondim, que também havia sido professor da universidade e estava inicialmente ligado às causas progressistas nos primeiros anos da década de 1960, desempenhou um papel eficaz nas questões estudantis. No entanto, à medida que se aproximava o golpe, as relações entre o líder do executivo estadual e os estudantes começaram a se tornar conflituosas. Diante da radicalização das forças políticas e sociais, Gondim optou por se alinhar às forças conservadoras, se distanciando do movimento camponês e estudantil (Cittadino, 1998).

Em síntese, observamos que o período em questão foi marcado sobretudo pela intensa mobilização estudantil em defesa de seus direitos, e por uma mudança gradual na percepção do papel da universidade. Essa perspectiva foi suplantada após o golpe civil-militar de 1964, que minou as perspectivas populares e progressistas e colocou em seu lugar uma visão privatista e mercadológica da educação superior. A reforma universitária, na conjuntura ditatorial, foi subvertida e o movimento estudantil, especialmente a partir do AI-5 promulgado em dezembro de 1968, foi severamente reprimido.

Esta pesquisa teve um caráter exploratório e buscou identificar as principais repercussões institucionais da federalização da UFPB, desde a campanha pela federalização em 1960 até o golpe de 1964. Acreditamos que foi possível levantar novas informações sobre o caráter institucional da UFPB no período investigado. Essa dissertação abre caminhos para novas investigações, especialmente no campo dos estudos sobre o movimento estudantil. Embora tenha sido amplamente estudado durante o período ditatorial, as pesquisas sobre sua organização estratégica e enérgica nos anos que precederam o golpe constitui uma lacuna no campo da História e da História da Educação.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, R. A. **A construção do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior**: intelectuais, política e educação na URNe. 2018. 338f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- AZEVEDO, F. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, mai./ago. 1984.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421 p.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006. 193 p.
- BEZERRA, F. C. História, cultura e Ensino Superior na Paraíba: implantação, estadualização e federalização. **Saeculum – Revista de História**, [S. l.], n. 15, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11355>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- BEZERRA, F. C. **O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974)**: aspectos acadêmicos e institucionais. João Pessoa, 2007. 138 p.
- BLOCH, M. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159 p.
- BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007. 223 p.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 14 de agosto de 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851**. Promulgado em 11 de abril 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20que%20o%20ensino%20superior,isolados%20pelos%20respectivos%20regulamentos%2C%20observados>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) Acesso em: 25 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 1.254**, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11254.htm#:~:text=LEI%20No%201.254%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201950.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20sistema%20federal,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11254.htm#:~:text=LEI%20No%201.254%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201950.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20sistema%20federal,Art). Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Linha do Tempo das IFES**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRETAS, S. A política da federalização dos estabelecimentos de ensino superior e a criação da Universidade Federal do Sergipe (1950-1970): uma contribuição ao debate histórico. **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/828.pdf> Acesso em 28 nov. 2020.

BRETAS, S. A.; OLIVEIRA, I. S. A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950-1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira. **Hist. Educ.** [online] Porto Alegre v. 18 n. 42, jan./abr, 2014. p. 151-169.

BOMENY, H. **Reformas Educacionais**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

CAPES. **Boletim informativo n. 118**. Setembro de 1962. 36 p. Disponível em: [https://memoria.capes.gov.br/uploads/r/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/2/1/f/21fcb1cc7ec569314d66e3d23b626dc482ad0d502c0527f73faa0b94d9f61300/Boletim\\_1962\\_-\\_Setembro-.pdf](https://memoria.capes.gov.br/uploads/r/coordenacao-de-aperfeicoamento-de-pessoal-de-nivel-superior-capes/2/1/f/21fcb1cc7ec569314d66e3d23b626dc482ad0d502c0527f73faa0b94d9f61300/Boletim_1962_-_Setembro-.pdf) Acesso em: 18 dez. 2023.

CARVALHO, M. E. G. Império e educação: rupturas e continuidades no processo educacional brasileiro durante o primeiro reinado (1822-1836). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, p. 7-18 jul./dez. 2010

CASTELO BRANCO, U. V.. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2005.

CITTADINO, M. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária Idéia. 1998. 198p.

COSTA, E. V. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 19-60.

COSTA, J. C. de C.; ESPINDOLA, M. L. A universidade popular na Parahyba: circulação de ideias, sujeitos e ações. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 158–173, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i71.8644641. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644641>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CUNHA, L. A. **A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. 260 p.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2. ed. p. 151-204.

ENDLICH, A. P. Bakhtin e a pesquisa documental de programas governamentais em educação. **Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, v. 23, n. 2, p. 54-65, jul./dez. 2017.

ESPÍNOLA, R. D. **O ensino Superior na Paraíba: um depoimento**. João Pessoa: Editora Gráfica Igramol Ltda, 1980.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FRANCISCO FILHO, G. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

FERREIRA, J. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

GOMES, A. C.; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

GOMES, A. de Castro. **As marcas do período**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). *Olhando para dentro*. Vol, 4. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

HOBBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico**. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História da Ciência). Programa de Pós-Graduação de Ensino, Filosofia e História das Ciências – PPGEFHC. Feira de Santana/Salvador: UFBA/UEFS, 2009.

LIMA, Juliana Augusta Dionisio de. **História de vida professoral de Mário Moacyr Porto: a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950 – 1969)**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIMEIRA, M. D.; FORMIGA, Z. **UFPB: implicações políticas e sociais da sua história**. Textos UFPB-NDIHR, João Pessoa, 1986.

MARTINS, A. L. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.



MARTINS, B. M. **Governo Juscelino Kubitschek: legado ou estrago?** Uma análise sobre as finanças públicas. 2015. Trabalho de conclusão de especialização, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/131515>. Acesso em: 06 jan. 2022.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, E. **A União: Jornal e História da Paraíba sua evolução gráfica e editorial.** João Pessoa: A União, 1977.

MACHADO, C. J.S; VIEIRA, C. M. C; NUNES, M. L S; FIALHO, L. M. F. Sufrágio feminino e feminismo na imprensa brasileira da Parahyba, 1913-1933: rebeldia ou conformação? **Ler História**, 82, 2023, p. 195-216.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S.; VASCONCELOS, L. M. O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideais da educação na Parahyba do Norte publicados no jornal A União (1912-1915). **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 184-195, mai./ago., 2015.

MELO, Z. C. **UFPB e o processo de federalização.** Textos UFPB-NDIHR, João Pessoa, 1990.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.14, p. 131-150.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 167-176.

MOLON, N. D.; VIANNA, R. O Círculo de Bakhtin e a Linguística Aplicada. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 142-165, jul./dec. 2012.

MONDINI, V. E. D.; DOMINGUES, M. J. C. Entendendo a classificação das IES no Brasil. In: V Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Anais Mar del Plata. 2005. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/97136/Vanessa%20Eduardo%20Dagnoni%20Mondini.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 15 nov. 2022.

MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 316 p.

NASCIMENTO, T. H. C. **Do fragmento à reorganização:** movimento estudantil da UFPB (1975-1979). 2015. 169 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

NEVES, C. E. B; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, T. (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação:** uma pesquisa sino-brasileira. – Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

NUNES, M. L. S.; MACHADO, C. J. S. Uma Página Feminina: escritos para a educação das mulheres paraibanas (década de 1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 54, p. 189-206, dez, 2013.

OLIVEIRA, J. S. **Reformas eleitorais na Terceira República (1945-1964):** moralização do voto ou interesses dos partidos? 2017. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/1932-2598-1-PB.pdf> Acesso em: 20 fev. 2023.

OECD. **Education at a Glance 2021:** OECD Indicators. OECD Publishing, Paris, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>.

PINHEIRO, J. G. R. **O diário de Dalila:** poética, testemunho e tragédia na formação escolanovista do indivíduo moderno (1933-1934). 2015. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PINTO, A. V. **A questão da universidade.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PORPINO, P. G. C. A. **A campanha pela federalização da Universidade da Paraíba na imprensa local.** 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

RODRIGUES, C. J. L. **Sociedade e Universidade:** um estudo de caso. João Pessoa: SEC/PB, 1986. 381 p.

RODRIGUES, D. S.; FRANÇA, M. P. S. A pesquisa documental sócio histórica. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação.** Belém: EDUEPA, 2010.

SANFELICE, J. L. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. **O público e o privado na história da educação brasileira.** São Paulo: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. **Poésis Pedagógica**, Catalão, v.8, n.2, p.4-17, ago/dez, 2010.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (org.) **Bakthin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-36.

Universidade Federal do Paraná. **Histórico.** Disponível em: <<https://ufpr.br/historico/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

VASCONCELOS, I. M. **A federalização do ensino superior no Brasil.** 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.

## FONTES

**ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DA PARAÍBA: FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA (FUNESC). Jornal “A União”.**

ALBUQUERQUE, Aurélio. *Apêlo* aos Deputados. **A União**, Paraíba, n. 56, p. 6, 15 mar. 1961.

ALUNOS de Farmácia em greve simbólica. **A União**, Paraíba, n. 58, p. 3, 17 mar. 1963.

A GREVE nacional. **A União**, Paraíba, n. 131, p. 4, 16 jun. 1962.

A IMPRENSA também na luta pela Universidade: comitê no Palácio. **A União**, Paraíba, n. 221, p. 8, 17 out. 1961.

AS VERBAS da Universidade. **A União**, Paraíba, n. 221, p. 3, 17 out. 1961.

A VOZ da mocidade. **A União**, Paraíba, n. 139, p. 3, 28 jun. 1962.

COMERCIANTES colaboram com a greve. **A União**, Paraíba, n. 231, p. 3, 27 out. 1961.

CRIME e afronta apenas no fim do ano Universidade terá um terço das verbas. **A União**, Paraíba, p. 1,7, 11 out. 1961.

CRISE da Universidade repercute no vizinho Estado de Pernambuco. **A União**, Paraíba, n. 221, p. 3,7, 17 out. 1961.

EM GREVE a Faculdade de Filosofia das Lourdinas. **A União**, Paraíba, n. 231, p. 3, 26 out. 1961.

EM PERIGO a Universidade. **A União**, Paraíba, n. 149, p. 4, 14 jul. 1961.

EM QUE fim ficou a federalização. **A União**, Paraíba, n. 52, p. 3, 11 mar. 1961.

EM MEMORIAL, universidade exige pagamento das verbas. **A União**, Paraíba, n. 224, p. 8, 20 out. 1961.

ENSINO superior inicia vasto programa cultural. **A União**, Paraíba, n. 126, p. 8, 10 jun. 1962.

ESTUDANTES só deixarão as ruas depois de vitoriosos. **A União**, Paraíba, n. 222, p. 3, 18 out. 1961.

ESTUDANTES vão protestar contra aumento de passagem. **A União**, Paraíba, n. 30, p. 3, 7 fev. 1963.

FEDERALIZAÇÃO: documentos sairão, hoje, da Paraíba. **A União**, Paraíba, n. 96, p. 4, 6 maio 1961.

FERREIRA, Osvaldo Duda. Nossa Universidade e o descaso do poder central. **A União**, Paraíba, n. 59, p. 4, 18 mar. 1961.

GREVE universitária. **A União**, Paraíba, n. 222, p. 3, 18 out. 1961.

GOVERNADOR falou sobre compromissos do novo Governo para com a Paraíba". **A União**, Paraíba, n. 221, p. 1,7, 15 out. 1961.

INSTALAÇÃO da Universidade. **A União**, Paraíba, n. 36, p. 4, 18 fev. 1961.

MAIS uma entidade aderiu à greve no dia de ontem. **A União**, Paraíba, n. 223, p. 3, 19 out. 1961.

MÉDICOS exigem verbas da Universidade. **A União**, Paraíba, n. 218, p. 3, 12 out. 1961.

MOVIMENTO operário-estudantil-camponês. **A União**, Paraíba, n. 25, p. 4, 4 fev. 1962.

MOVIMENTO Universitário: estudantes vão às ruas hoje. **A União**, Paraíba, n. 54, p. 4, 12 mar. 1961.

NO NORDESTE esquecido e pobre educação é fundamental Aldo. **A União**, Paraíba, n. 222, p. 7,8, 18 out. 1961.

NOTA da UEEP. **A União**, Paraíba, n. 225, p. 4, 21 out. 1961.

ONDAS curtas tabajara transmitindo greve universitária. **A União**, Paraíba, n. 225, p. 8, 21 out. 1961.

PRESIDENTE do D.A: não podemos mais brincar de estudar Medicina. **A União**, Paraíba, n. 52, p. 1, 9 mar. 1963.

PRI-4 promove debates entre estudantes e proprietários. **A União**, Paraíba, n. 132, p. 3, 17 jun. 1962.

SECUNDARISTAS aderiram a greve. **A União**, Paraíba, n. 231, p. 3, 26 out. 1961.

SINDICATO dos jornalistas manda *apôio* à Universidade. **A União**, Paraíba, n. 219, p. 3, 13 out. 1961.

TIROS contra polícia partiram de agitadores que se infiltraram no meio dos estudantes. **A União**, Paraíba, n. 332, p. 7-8, 26 out. 1963.

TRAZEMOS aos empresários e aos estudantes a palavra do *Govêrno*. **A União**, Paraíba, n. 333, p. 1, 27 out. 1963.

UEEP - DCE. **A União**, Paraíba, n. 225, p. 4, 21 out. 1961.

UNIVERSIDADE fez convênio com Hospital Santa Isabel. **A União**, Paraíba, p. 3, 19 mar. 1961.

UNIVERSIDADE: governador esteve ontem com Ministro da Educação. **A União**, Paraíba, n. 218, p. 1, 11 out. 1961.

UNIVERSIDADE não recuará; quer liberação integral das verbas: Assembleia decidiu. **A União**, Paraíba, n. 224, p. 1, 20 out. 1961.

UNIVERSIDADE receberá *tôdas* as verbas: greve já pode terminar. **A União**, Paraíba, n. 230, p. 7,8, 25 out. 1961.

UNIVERSITÁRIOS irão às últimas consequências. **A União**, Paraíba, n. 223, p. 3, 19 out. 1961.

UNIVERSITÁRIOS em greve geral a partir de hoje. **A União**, Paraíba, n. 61, p. 3, 21 mar. 1961.

UNIVERSITÁRIOS fazem *apêlo* aos parlamentares. **A União**, Paraíba, n. 93, p. 3, 3 maio 1961.

VERBAS da Universidade cortadas: os dentistas também fazem protestos. **A União**, Paraíba, n. 221, p. 3, 15 out. 1961.

ZENAIDE, Hélio. Vamos Lutar. **A União**, Paraíba, n. 221, p. 8, 17 out. 1961.

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR/UFPB). Entrevistas concedidas ao projeto “História da Universidade” (1979-1980) (NDHIR/UFPB).**

Coordenação: Prof<sup>a</sup> Rosa Maria Godoy Silveira. Entrevistadoras: Prof<sup>a</sup> Zélia Cavalcanti de Melo; Prof<sup>a</sup> Maria das Dores Limeira F. dos Santos; Prof<sup>a</sup> Zeluza da Silva Formiga.

ALMEIDA, J. A. **José Américo de Almeida**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1979. 10 p.

ARROXELAS, A. A. **Antônio Augusto Arroxelas**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1980. 21 p.

FARIAS, L. L. **Luís Lidenberg de Farias**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1980. 21 p.

GONDIM, P. M. **Pedro Moreno Gondim**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1980. 43 p.

GOUVEIA, P. **Péricles Gouveia**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1980. 18 p.

JUREMA, A. **Abelardo Jurema**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1979. 14 p.

LEITE, N. **Dr. Newton Leite**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1980. 44 p.

LEITE, J. O. **General José de Oliveira Leite**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1979. 28 p.

PORTO, M. M. **Mário Moacyr Porto**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1979. 33 p.

**ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA; MEIOS ELETRÔNICOS. Legislação UFPB.**

BRASIL. **Decreto nº 40.160**, de 16 de outubro de 1956. Concede prerrogativas de equiparação à Universidade da Paraíba. Estatuto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1956/d40160.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1956/d40160.html) Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.835**, de 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba. Brasília, DF, 14 dez. 1960. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=113133> Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 50.148**, de 27 de janeiro de 1961. Institui o Estatuto da Universidade da Paraíba. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=180644> Acesso em 18 ago. 2022.

BRASIL. Estatuto da Universidade Federal da Paraíba. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção I, Parte II, p. 3060-3064, 20 nov. 1963.

PARAÍBA. **Lei estadual nº 1.366**, de 02 de dezembro de 1955. Cria a Universidade da Paraíba. João Pessoa, 02 dez. 1955. Disponível em: <https://www.ufpb.br/sods/secretaria/Lei%201366.htm> Acesso em: 18 ago. 2022.